LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

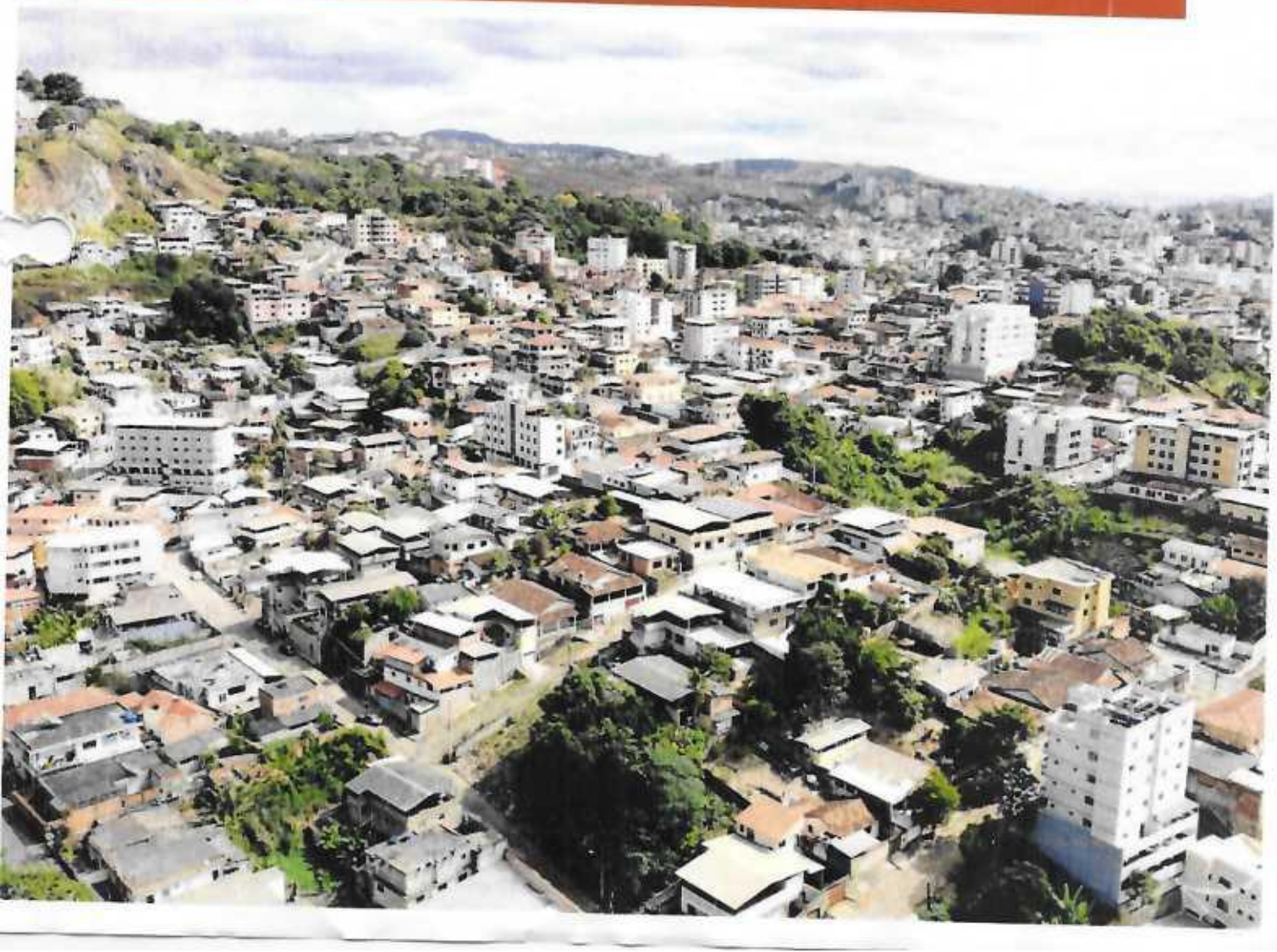
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em 28/05/24
Horário: 18h
Secretaria

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade
02

João Monlevade

LDO 2025



29 MAIO 2024

JOÃO MONLEVADE
PREFEITURA MUNICIPAL
Administração 2021-2024

João Monlevade, 28 de maio de 2024.

Recebido. 28/05/24
Fernando Linhares Pereira
Presidente

Câmara Municipal de J. Monlevade 03

Mensagem ao Projeto de Lei n° 123/2024

Objeto: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e dá outras providências.

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para apreciação desta Colenda Casa de Leis, o projeto de lei que trata das diretrizes para a elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2025.

Este projeto, de caráter extremamente técnico, tem como finalidade nortear a elaboração do orçamento para o exercício de 2025, apresentando, além das metas de resultados, primário e nominal, os riscos fiscais e as prioridades e metas da Administração do Município, estabelecidas nos programas e ações que constam do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025.

Câmara Municipal de João Monlevade
04

Temos, ainda, que entender que a lei de diretrizes orçamentárias – LDO traz em seu bojo, regras para se alcançar o equilíbrio de receitas e despesas, mas, além da responsabilidade fiscal, outras regras que deverão ser observadas pela Administração, tanto na elaboração quanto na execução da lei orçamentária anual.

Inicialmente deve ser dito que a mesma tem de ser balizada no Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025, lei n° 2431, de 27 de dezembro de 2021. É neste planejamento de médio prazo que são estabelecidos os programas, que estabelecem os objetivos e metas a serem alcançados, e demonstra, ainda, as ações que deverão ser executadas para o atingimento dos mesmos.

Neste projeto são delineadas as regras a serem seguidas na elaboração do orçamento, para que seja possível ao mesmo evidenciar a verdadeira proposta do Executivo, na consecução da sua proposta administrativa, política e social.

Neste diapasão o presente projeto de lei apresenta as suas diretrizes nos seguintes termos:

No capítulo I: aponta as diretrizes concernentes às metas e prioridades para o exercício financeiro, determina que as mesmas sejam apresentadas na forma de anexos, da seguinte forma:

- ✓ as metas fiscais, a serem alcançadas;
- ✓ os riscos fiscais a serem enfrentados; e
- ✓ as metas e prioridades na programação das despesas, que terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual;

No capítulo II: constam os conceitos e definições da estrutura orçamentária, que deverão orientar a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2025.

No capítulo III: trata da dívida pública, nela compreendida, além da dívida fundada os precatórios devidos. Ele determina que devem ser assegurados recursos para pagamento de juros e amortização. Alude, ainda, quanto a possibilidade de conter na lei orçamentária autorização para realização de operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas.

No Capítulo IV: dispõe quanto a política de pessoal. Nele encontramos a possibilidade de se conceder vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreira, etc., estabelecendo regras para que isto se concretize. Norteia, ainda, qual deve ser o procedimento a ser adotado para o caso das despesas com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na LC 101/2000.

No Capítulo V: dispõe sobre a estimativa da receita e as alterações na legislação tributária, com vistas à expansão das receitas tributárias e, para tanto, de forma não exaustiva, elenca medidas que poderão ser adotadas para sua consecução

No Capítulo VI: estabelece que a elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária anual devem ser orientadas no sentido de se conseguir superávit primário. Estabelece estratégias, também não exaustivas, para se alcançar o equilíbrio, buscando aumento de receitas e diminuição de despesas. Estabelece regras a serem observada para a renúncia de receita. Trata, ainda, da reserva de contingência, com a limitação de seu valor e regra de aplicação.

No Capítulo VII: estabelece regras para limitação de empenhos, caso as metas de resultado primário sejam comprometidas. Além das regras para limitação de empenhos, elenca as despesas que não poderão sofrer a limitação de empenhos.

No Capítulo VIII: estabelece normas a serem seguidas para consecução do controle de custos e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos do Orçamento.

Câmara Municipal de João Monlevade
06

No Capítulo IX: trata das alterações orçamentárias dando diretrizes para as autorizações para abertura de créditos adicionais que deverão constar na lei orçamentária anual, com obediência ao preceituado no art. 165, § 8° da Constituição federal e art. 7° da lei 4.320/64.

No Capítulo X: trata das condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas, privadas e para pessoas físicas.

No Capítulo XI: trata da autorização para o Município auxiliar no custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação, valendo citar como exemplo o convênio com a Polícia Militar.

No Capítulo XII: trata dos parâmetros para elaboração da programação financeira do cronograma mensal de desembolso, seguindo determinação disposta nos artigos 8° e 13 da LC 101/2000.

No Capítulo XIII: conceitua novos projetos e define critério para seu início.

No Capítulo XIV: trata da transparência das ações e da participação popular.

No Capítulo XV: trata das disposições gerais: estabelece regras para a dispensa de impacto orçamentário-financeiro; apresenta alternativa para execução de despesas com antevigência da lei orçamentária de 2025; estabelece regras para destinação de receitas originadas da alienação de ativos; norteia a aplicação dos recursos objeto do projeto de lei orçamentária para 2025, caso o Legislativo não o devolva para sanção até o dia 31 de dezembro de 2024, e trata da autorização para realização de transposição e transferência, conforme art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Neste projeto também denotamos o cumprimento ao inciso I do artigo 48 da LC 101/2000, que trata do incentivo a participação popular na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual foi realizada por meio de pesquisa virtual, para levantamento das demandas populacionais para prioridade dos investimentos governamentais.

Câmara Municipal de J. Monlevade
07

A Consulta Pública é um instrumento previsto na legislação como sendo uma etapa fundamental para a elaboração dos instrumentos de gestão e está prevista na Constituição de 1988 como um processo a ser aplicado nos municípios, de modo que os cidadãos expressem suas necessidades e anseios de modo que o poder público os transforme em prioridades governamentais frente as inúmeras demandas existentes.

No período de 20 de abril a 04 de maio de 2024, um universo de 463 cidadãos, residentes em João Monlevade, com idade acima de 16 anos, opinaram, num formato estimulado, utilizando o ambiente virtual (Google Forms). O mesmo foi disponibilizado no site da Prefeitura, amplamente divulgado em mídias socias e em outras plataformas virtuais.

Buscou-se entender quais ações e investimentos deveriam ser entendidos como prioritários pelo governo para melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, para a construção fidegina dos dados e melhor entendimento das demandas sociais, optou-se pela combinação das metodologias quantitativas e qualitativas divididas em dois blocos.

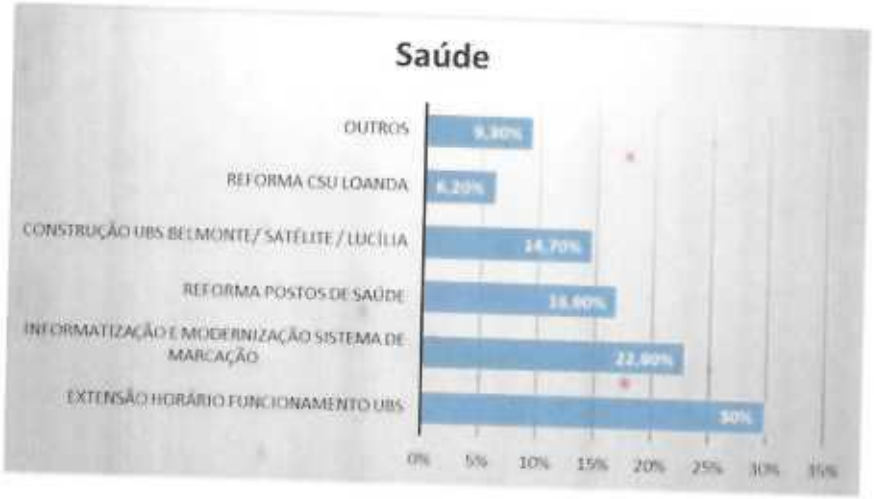
No primeiro bloco foram colhidas informações demográficas para reconhecimento do perfil dos ciddãos correspondentes e no segundo bloco buscou-se entender quais investimentos são considerados como prioritários pelo governo.

Partindo do pressuposto que o universo de cidadãos na cidade de João Monlevade, de acordo com o Censo IBGE 2022, é de 80.187 habitantes, realizou-se o cálculo da amostra aleatória simples considerando um intervalo de confiança de 95%.

Os dados apurados demonstram que o perfil majoritário dos respondentes são mulheres, com faixa etária entre 20 e 59 anos, renda entre 1 a 5 salários mínimos, os quais priorizaram as seguintes ações dentro das áreas temáticas supracitadas. A saber:

Câmara Municipal de J. Monlevade
08

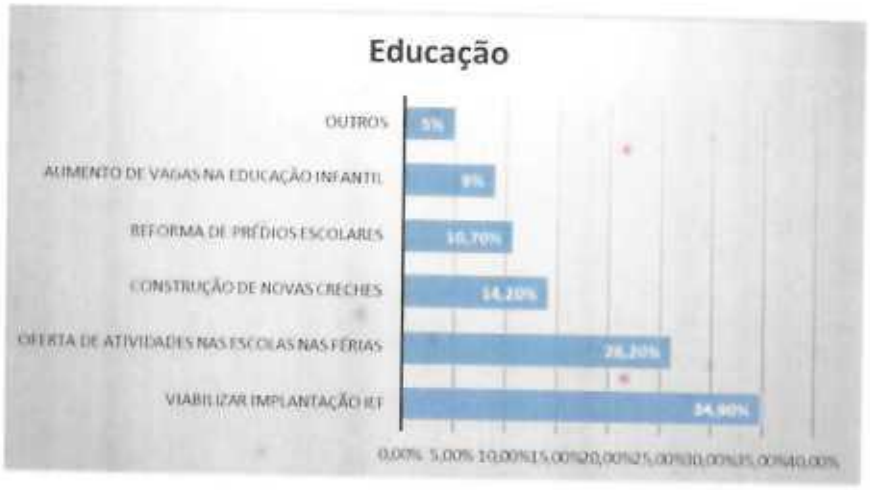
1. Áreas prioritárias da Saúde:



Elaboração: Equipe PMJM

A área apontada pela população como sendo prioritária é a Extensão do horário de funcionamento das UBS para atender cidadãos que trabalham durante o dia" o que representou 30% do total de respostas sendo seguido por "Informatização e modernização do sistema de marcação de consultas e exames" representando 22,9%. Em terceiro lugar temos prioridade apontada como sendo a "Reforma dos postos de saúde" representando 16,9% das respostas. "Construção de UBS na região dos bairros Belmonte, Satélite e Lucília" ficou em quarto lugar, totalizando 14,7% do total dos participantes. Em quinto lugar na ordem de prioridades apontadas pela população temos "Reforma do CSU Loanda" totalizando 6,2% da participação. Outras prioridades tiveram 9,3% do total de participações.

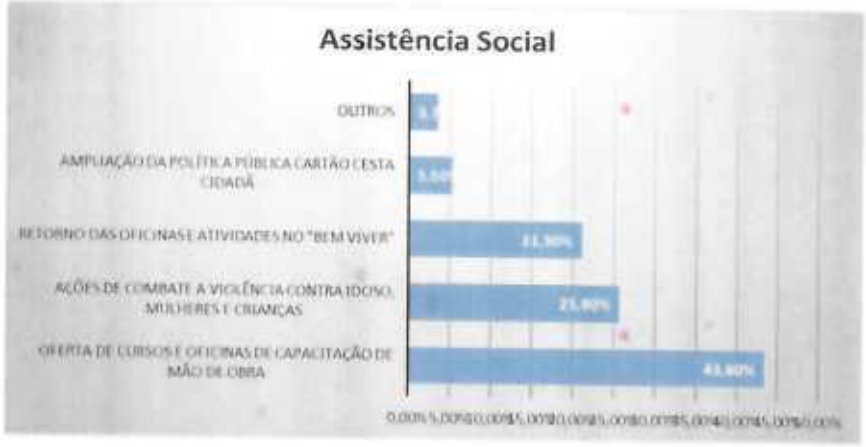
2. Áreas prioritárias da Educação:



Elaboração: Equipe PMJM

Em relação a Educação, a principal prioridade apontada pela população é a "Viabilizar implantação do IEF" representando 34,9% do total de respostas. Em segundo lugar temos como principal prioridade a "Oferta de atividades nas escolas nas férias", representando 26,2% das respostas. "Construção de novas creches" representa 14,2% do total de respostas e "Reforma dos prédios escolares", 10,7%. Em quinto lugar temos " Aumento da oferta de vagas na educação infantil" representando 9% do total de respostas. Outras sugestões representam 5% do total.

3. Áreas prioritárias da Assistência Social:

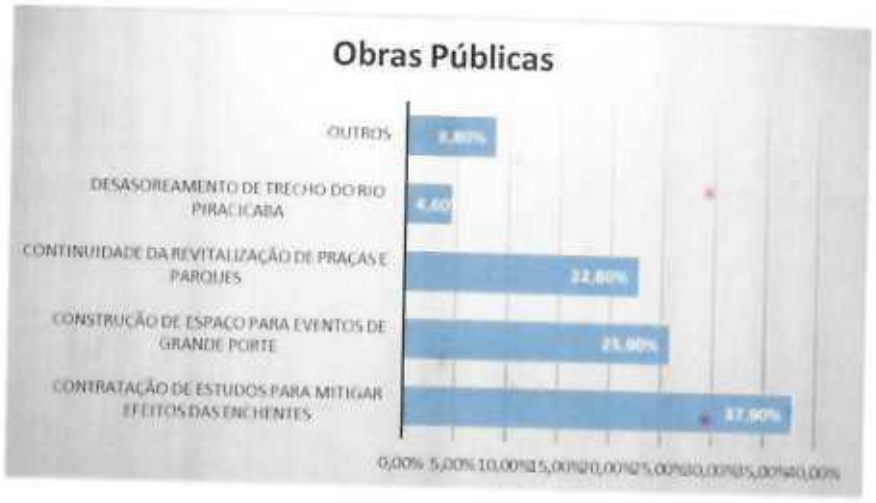


Elaboração: Equipe PMJM

Câmara Municipal de J. Monlevade
10

Nas áreas prioritárias da Assistencia Social, o principal apontamento foi para "Cursos de qualificação de Mão de obra", representando 43,6% do total de respostas. A segunda demanda apontada, foi a "Combate e prevenção à violencia contra Mulheres, Crianças e Idosos", representando 25,9% do total de respostas. A terceira prioridade registrada ,representando 21,3% do total de respostas foi o "Retorno das atividades no BEM VIVER". "Ampliação da política pública cesta cidadã ficou em quarto lugar, totalizando 5,5% das respostas. "Outros" representou 3,7% do total de participações.

4. Áreas prioritárias de Obras Públicas:

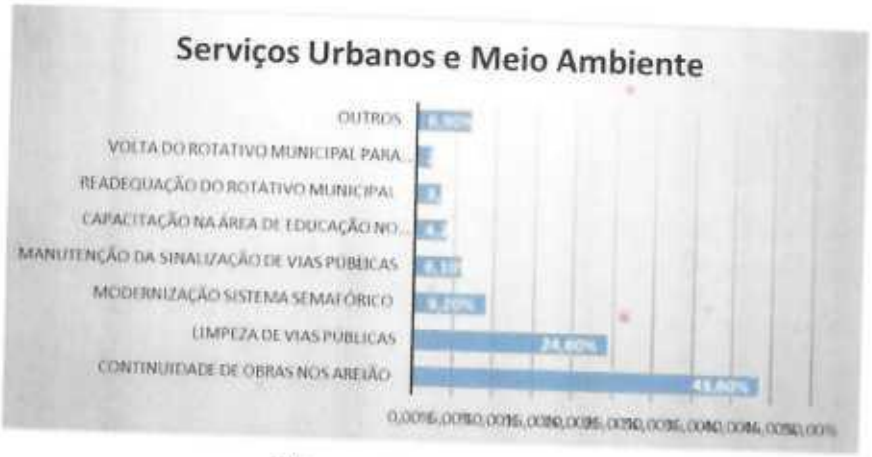


Elaboração: Equipe PMJM

Em relação as Obras Públicas a principal prioridade registrada pela população é a "Contratação de estudos para mitigar efeitos das enchentes", representando 37,9 do total das respostas. Como segunda prioridade apontada a "Construção de espaço para eventos de grande porte", representando 25,9% das respostas, sendo seguido por "Continuidade da revitalização de praças e parques", representando 22,8% do total de respostas. A quarta prioridade registrada "Desasoreamento do Rio Piracicaba", representando 4,6% do total de respostas. "Outros Representou 8,8% do total de participantes na pesquisa.

Câmara Municipal de J. Monlevade
11

5. Áreas prioritárias de Serviços Urbanos e Meio Ambiente:



Elaboração: Equipe PMJM

Nas áreas prioritárias dos Serviços Urbanos e Meio Ambiente foram elecadas as seguintes prioridades. Em primeiro lugar foi registrado o percentual de 43,6% para a "Continuidade de obras de revitalização do Parque do Areião". Seguidamente temos "Limpeza de vias púbicas" representando 24,6% do total. A terceira prioridade registrada foi a "Modernização do sistema semafórico" com 9,2% do total de respostas, sendo seguida por "Manutenção da sinalização das vias públicas" com 6,1% do total. Em quinto lugar na ordem de prioridades dos participantes temos "Capacitação na área de educação no trânsito", representando 4,2%. Seguidamente temos como prioridade a "Readequação do sistema de rotativo municipal com 3,3% do total de respostas. Em sexto lugar temos "Volta do rotativo para formato anterior" com 2,1% do total. "Outros" representam 6,9% do total de respostas.

6. Áreas prioritárias da Cultura , Esporte e Lazer:

Câmara Municipal de J. Monlevade
12



Elaboração: Equipe PMJM

Enquanto prioridades da Cultura, Esporte e Lazer foi apontado como principal a "Permanência de eventos culturais já realizados" representando 31,3% do total de respostas. Em segundo temos "Melhoria de quadras Poliesportiva" representando 20,9% do total. Já em terceiro temos "Oferta de novos cursos da Casa de Cultura" com 11,7% do total de respostas. "Criação de Museu da cidade" representou 10% do total de respostas. Em quinto lugar temos "Permanencia dos eventos esportivos totalizando 8,4% do total. Em seguida temos como prioridade apontada pela população a "Revitalização do estádio Louis Ensch" com 6,7% do total. "Outros" representam 11% do total de respostas.

Os dados coletados fornecem uma visão abrangente das necessidades e prioridades da população de João Monlevade. As áreas de saúde, educação, assistência social, obras públicas, serviços urbanos, meio ambiente, cultura, esporte e lazer são de suma importância e devem ser priorizadas no planejamento da LDO 2025.

Os dados apresentados acima demonstram que o perfil médio, já delineado neste documento, dos respondentes priorizaram as seguintes ações dentro das áreas temáticas supracitadas. A saber:

1. **Saúde**: Investir na extensão do horário das UBS, modernização dos sistemas de marcação e reformas estruturais.

2. **Educação**: Focar na implantação do IEF, construção de novas creches, reformas escolares e oferta de atividades extras.

3. **Assistência Social**: Priorizar cursos de qualificação e programas de combate à violência.

4. **Obras Públicas**: Implementar estudos para mitigação de enchentes e melhorar a infraestrutura pública.

5. **Serviços Urbanos e Meio Ambiente**: Continuar com a revitalização de espaços públicos e melhorias na mobilidade urbana.

6. **Cultura, Esporte e Lazer**: Manter e expandir eventos culturais e esportivos, além de desenvolver novos projetos culturais.

Por todo o exposto, a consulta pública forneceu material suficiente para que o poder executivo municipal tenha dados confiáveis e cientificamente calculados para registrar a percepção da população acerca de entraves públicos, o que permitirá que tais problemas sejam incorporados à agenda de políticas públicas a serem implementadas em âmbito local.

Na elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, utilizamos a metodologia consagrada no processo orçamentário e financeiro brasileiro, desde sua instituição pela Constituição Federal de 1988, e é também ajustada aos preceitos da LC 101/2000.

Em linhas gerais, são apresentadas as ações de desenvolvimento econômico e social do Município para 2025. Para os exercícios de 2026 e 2027, é apresentada a meta de resultados primário e nominal, ficando a apresentação de suas obras e ações prioritárias, reservadas para ocasião da apresentação de suas respectivas propostas orçamentárias.

O presente projeto de Lei encontra-se adequado às exigências da LC 101/2000, uma vez que traz em seu contexto os anexos de metas e de riscos fiscais, além da renúncia de receitas, como preceitua este regulamento, os mesmos foram elaborados de acordo com metodologia criada pelo Governo Federal.

Os resultados, primário e nominal, foram calculados, utilizando-se forma e metodologia técnicas, tendo como parâmetros o índice de inflação e crescimento do PIB do Estado, divulgados pela Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Banco Central do Brasil.

O resultado primário proposto para 2025 foi obtido a partir da operação de subtração realizada, entre a soma das receitas primárias e a soma das despesas primárias. Para se chegar ao resultado primário, demonstrado em anexo específico, constante do presente projeto, foram seguidas as técnicas determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, através de seu Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Vejamos:

- ✓ da receita total deduzimos as entendidas como não primárias (financeiras), em nosso caso, os rendimentos de aplicação, operação de crédito e alienação de bens.
- ✓ da despesa total deduzimos as entendidas como não primárias (financeiras), em nosso caso, os juros e amortização da dívida.

A presente proposta reflete a preocupação da Administração Municipal, que planeja com a austeridade que o momento exige, observando as constantes mudanças e instabilidades vivenciadas pela economia brasileira o que vem afetando diretamente nosso Município.

Neste momento, de incertezas e indecisões, na projeção das receitas para 2025, tomamos como base as realizadas no exercício de 2023, no período compreendido entre março e dezembro, somadas àquelas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, no produto apurado aplicamos a inflação e crescimento do PIB Nacional. Para os exercícios de 2026 e 2027, utilizamos a mesma metodologia. Mais uma vez aplicamos a inflação e crescimento do PIB previstos para 2025 e 2026, segundo o Banco Central do Brasil, projetando assim os valores para os exercícios de 2026 e 2027.

Apurados os respectivos valores promovemos a adequação necessária para equilíbrio com as despesas. Na fixação das despesas utilizamos a mesma fórmula utilizada para as receitas, corrigindo-as, com acréscimo ou redução, para adequação aos valores da receita projetada.

Resultado nominal é a diferença apurada do montante da dívida em um determinado exercício na relação com o imediatamente anterior. Para apuração do resultado nominal seguimos da mesma forma, o que determina a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, através de seu Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, conforme demonstrado em anexo próprio, constante do presente projeto. Vejamos:

- ✓ Para apurar o resultado da dívida consolidada no exercício, utilizamos o seu saldo acrescido do valor de restos a pagar processados, deduzindo deste valor o ativo disponível acrescido de haveres financeiros.

Nossa determinação é manter o equilíbrio fiscal do Município, com vistas à elevação de sua capacidade de poupança e investimento, visando a movimentação de suas ações de governo, principalmente aquelas voltadas para os menos favorecidos, bem como o aumento da eficiência da máquina pública, com elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

Como dito alhures, vivemos momentos de incertezas e indecisões, nas esferas de governo federal e estadual e, consequentemente, na esfera municipal as dificuldades são maiores, por não ter em sua estrutura aparato técnico de projeções e planejamento, vivendo, na maioria das vezes, somente das ações norteadas pela esfera federal e estadual.

É focado neste norte, com muita responsabilidade e compromisso, que propomos uma política de contenção de despesas correntes, cada vez mais austera, buscando viabilizar recursos para mantença e crescimento dos diversos serviços, principalmente os de assistência social, saúde e educação, que em momento de desemprego são prioritários, pois só eles são capazes de propiciar alguma tranquilidade para os nossos cidadãos em situação de vulnerabilidade.

De forma respeitosa, acreditando na parceria que deve reinar entre os Poderes do Município, necessária para construção dos empreendimentos propostos, e para crescimento da comunidade, colocamos diante desta Casa de Leis o presente projeto para apreciação, contando com o seu apoio. Apoio este que ela sempre dispensa aos assuntos de interesse de nossa comunidade.

Atenciosamente,

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
FERNANDO LINHARES PEREIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
JOÃO MONLEVADE – MG

29 MAIO 2024

CAMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 28/05/2
Horário: 18h
Secretário

Câmara Municipal de João Monlevade
17

PROJETO DE LEI Nº 1468/2024

DE 28 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e dá outras providências.

O Povo do Município de João Monlevade/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Aprovado em Turno Único
Sessão do dia 10/07/24
Presidente da Câmara
Fernando Linhares Pereira
Presidente

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1°. Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II. Orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária Anual;
III. Disposições relativas à dívida pública municipal;
IV. Disposições sobre a política de pessoal;
V. As disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;
VI. Equilíbrio entre receitas e despesas;
VII. Critérios e formas de limitação de empenho;
VIII. Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

Câmara Municipal de J. Monlevade
18

IX. Estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X. Normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

XI. Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XII. Critérios para início de novos projetos;

XIII. Critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;

XIV. Regras para promoção de alterações orçamentárias; e

XV. As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2°. Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2025, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2025 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal, observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1°. O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do **caput**.

§ 2°. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

I. Anexo de Metas Fiscais;

II. Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3°. O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

Câmara Municipal de J. Monlevade
19

§ 4°. Na ordem de execução dos investimentos, deverá ser dada preferência aos plurianuais em andamento.

CAPÍTULO II

DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3°. Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2025, entende-se por:

I. Órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

II. Unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

III. Subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:

IV. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII. Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII. Produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

IX. Concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

X. Convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2°. Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3°. As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora;

§ 4°. Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6°. A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I. Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;

II. Indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou

III. Indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7°. A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I. Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
II. Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
III. Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
IV. Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
V. Transferências a Instituições Multigovernamentais (Modalidade 70);
VI. Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
VII. Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (Modalidade 72);
VIII. Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90);
IX. Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93); e
X. Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4°. O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

I. Pessoal e encargos sociais;
II. Juros e encargos da dívida;
III. Outras despesas correntes;
IV. Investimentos;

Câmara Municipal de J. Monlevade
22

V. Inversões financeiras; e

VI. Amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5°. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Parágrafo Único. A Administração Pública Municipal como signatária do Programa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente, adotará a metodologia Orçamento Criança -OCA.

Art. 6°. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

I. Texto da lei;

II. Documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III. Quadros orçamentários consolidados;

IV. Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V. Demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no **caput**, os seguintes demonstrativos:

I. Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

II. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento

Câmara Municipal de J. Monlevade
23

do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

IV. Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;

V. Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

VI. A mensagem que deverá conter:

a) Resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) Metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) Demonstrativo sintético das principais receitas;
d) Resultado primário proposto; e
e) Síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7°. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2024, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8°. O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9°. O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2024, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1°. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2°. Os recursos alocados para fins previstos no **caput** só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Câmara Municipal de João Monlevade
25

Art.12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art.13. Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei

Câmara Municipal de J. Monlevade
26

Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2025.

§ 1°. Além de observar as normas do **caput**, no exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2°. Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3°. Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2024.

§ 4°. Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5°. Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2025, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2025 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Câmara Municipal de João Monlevade
27

Parágrafo único. As situações previstas no **caput**, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I. Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário- administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II. Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III. Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV. Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I. Atualização da planta genérica de valores do Município;

II. Procedimento do recadastramento imobiliário;

III. Instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

IV. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

V. Revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI. Revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

VII. Revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

VIII. Revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e

IX. Revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no **caput**.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir

Câmara Municipal de J. Monlevade
29

uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2025 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2025 a 2026, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I. Para elevação das receitas;
   a) A implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
   b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
   c) Promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
   d) Recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.

II. Para redução das despesas:
   a) Normatização de rotinas e procedimentos de compras, sendo predominante a modalidade de licitação Pregão Eletrônico e rigorosa pesquisa de preços, como forma de reduzir custos de toda e qualquer forma;
   b) Implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
   c) Implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e

Câmara Municipal de J. Monlevade
30

d) Racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:

I. Serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;

II. Ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2025 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

Art. 29. Se apurado que, no período de 12 (doze) meses, o montante das despesas correntes ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente arrecadada no mesmo período, conforme disposto no art. 167-A, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, é facultado aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo aplicar o mecanismo de ajuste fiscal, mediante vedação dos seguintes atos:

I. Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;

II. Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV. Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) A reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;

b) As contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

V. Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;

VI. Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII. Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

VIII. Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

CAPÍTULO VII

DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 30. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no **caput** do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2025, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1°. Excluem-se do **caput** as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

I. Programa de alimentação escolar;

II. Despesas com a manutenção dos serviços de saúde, relativas à:

a) Manutenção da atenção básica;

b) Manutenção de média e alta complexidade, prestados pelo Município;

c) Manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);

d) Manutenção da vigilância em saúde; e

e) Manutenção da segurança alimentar e nutricional na saúde.
Pessoal e encargos sociais;

III. Despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, relativas a:

a) Manutenção das atividades curriculares; e

b) Transporte escolar.

IV. Sentenças Judiciais; e

V. Serviço da Dívida.

§ 2°. A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3°. Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 31. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 32. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1°. A Lei Orçamentária de 2025 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2°. Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3°. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4°. O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX

DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 33. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1°. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2°. Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3°. Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento;

§ 4°. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 34. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 30% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

I - 20% (vinte por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e

II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1°. Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2°. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do **caput**, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 35. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Art. 36. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:

I. Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de

natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;

II. Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e

III. Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 37. A transferência de recursos a prevista no artigo 36, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I. De atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:

a) Educação especial; ou

b) Educação básica;

II. De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

III. De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:

a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou

c) Acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;

IV. Destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

V. Destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;

VI. Com atuação na área de segurança pública;

VII. Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

VIII. Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;

IX. Com atuação na área representativa comunitária; e

X. Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 38. Sem prejuízo das disposições do artigo 37, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:

I. Aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

II. Aquisição de material permanente; e

III. Construção, ampliação ou conclusão de obras;

Art. 39. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

Câmara Municipal de João Monlevade
37

A regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercicio de 2024;

I. A manutenção de escrituração contábil regular;

II. Sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

III. A capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e

IV. Que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 40. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

I. Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;

II. Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;

III. Aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;

IV. Aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;

V. Aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;

VI. Às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)

VII. Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

a) Membros de Poder ou do Ministério Público;
b) Dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) Pessoas jurídicas de direito público interno;
d) Pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VIII. Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 41. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:

I. Entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;
II. Decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 42. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 43. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§1°. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§2°. É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Câmara Municipal de João Monlevade
39

Art. 44. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 45. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 46. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII

DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 47. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1°. A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2°. Do cumprimento do estabelecido no **caput** o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3°. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o **caput** deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 48. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I. Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II. Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

Câmara Municipal de J. Monlevade
41

IV. Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2025, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2025.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 49. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2025 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

I. O controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

II. A transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 50. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas/consultas públicas para:

I. Elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2025 mediante regular processo de consulta; e

II. Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 51. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

I. As exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;

II. No que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;

III. No que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2025, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV. Os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 52. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput**.

Art. 53. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 54. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 55. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 56. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 57. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2025 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o **caput**.

Art. 58. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2024, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

I. Pessoal e encargos sociais;
II. Pagamento do serviço da dívida; e
III. Despesas de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e
IV. Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Câmara Municipal de João Monlevade
414

Art. 59. Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante decreto, a promover a transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2025, conforme art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, quando da repriorização comprovada de programas ou despesas, mantida a estrutura programática.

Parágrafo único. O remanejamento será realizado no caso de reforma administrativa, e será nos termos da lei que a promover.

Art. 60. Na execução do orçamento do exercício de 2025 fica o Executivo Municipal autorizado a promover alterações de fontes de recursos, nos elementos de despesas constantes em cada ação.

§ 1° Por não se constituir como créditos adicionais, as alterações de fontes autorizadas no caput, não irão impactar a autorização contida na lei orçamentária anual, conforme artigo 32, desta Lei.

§ 2° Nas alterações de fontes de recursos autorizadas no **caput**, deverá o Executivo observar, o equilíbrio orçamentário-financeiro das fontes de recursos movimentadas.

Art. 61. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

I. Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
II. Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;

III. Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
IV. Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;
V. Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

Câmara Mun. de João Monlevade
45

VI. Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VII. Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII. Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

IX. Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2025 a 2027;

X. Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2025 a 2027;

XI. Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2025 a 2027;

XII. Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2025 a 2027;

XIII. Montante da Dívida Pública;

XIV. Resultado Nominal;

XV. Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2025; e

XVI. Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 28 de maio de 2024.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

Aprovado em Redação Final
Sessão do dia 17/07/24
Presidente da Câmara
Fernando Linhares Pereira
Presidente

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2025

ARF (LRF, art 4º , § 3º)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais contra ao ente federativo	500.000,00	Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	500.000,00
Recuperação ambiental e assistência a catástrofes	1.000.000,00	Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	1.000.000,00
Outros Passivos Contingentes	500.000,00	Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	500.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00	**SUBTOTAL**	2.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	5.000.000,00	Cancelamento de despesas discricionárias	5.000.000,00
Discrepância de Projeções	3.000.000,00	Cancelamento de despesas discrionárias	1.000.000,00
		Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	2.000.000,00
SUBTOTAL	8.000.000,00	**SUBTOTAL**	8.000.000,00
TOTAL	10.000.000,00	**TOTAL**	10.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:00:54

Conforme o § 3º do art. 4º da LRF, o Anexo de Riscos Fiscais deve avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou a necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, entre outros casos:

- frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;
- restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos, guerras e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem do Estado ações emergenciais, com consequente aumento de despesas.

29 MAIO 2024
Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º_, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	485.000.000,00	469.961.240,31	0,046	104,752	515.000.000,00	483.557.178,05	0,048	102,183	540.000.000,00	492.262.813,65	0,049	97,297
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	463.674.679,08	449.297.169,65	0,044	100,146	492.688.538,34	462.607.920,89	0,046	97,756	516.696.299,53	471.019.211,59	0,047	93,098
Receitas Primárias Correntes	444.512.005,10	430.728.687,11	0,042	96,007	472.439.893,33	443.595.537,12	0,044	93,738	501.554.968,30	457.216.407,21	0,045	90,370
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.090.227,79	83.420.763,36	0,008	18,594	90.230.580,93	84.721.640,95	0,008	17,903	96.154.932,22	87.654.624,96	0,009	17,325
Transferências Correntes	309.113.145,40	299.528.241,67	0,029	66,763	329.355.729,53	309.247.237,18	0,030	65,348	348.720.448,81	317.892.795,01	0,031	62,833
Demais Receitas Primárias Correntes	49.308.631,91	47.779.682,08	0,005	10,650	52.853.582,87	49.626.659,00	0,005	10,487	56.679.587,27	51.668.987,23	0,005	10,213
Receitas Primárias de Capital	19.162.673,98	18.568.482,54	0,002	4,139	20.248.645,01	19.012.383,77	0,002	4,018	15.141.331,33	13.802.804,38	0,001	2,728
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	485.000.000,00	469.961.240,31	0,046	104,752	515.000.000,00	483.557.178,05	0,048	102,183	540.000.000,00	492.262.813,65	0,049	97,297
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	475.825.858,43	461.071.568,25	0,045	102,770	504.572.325,49	473.766.155,03	0,047	100,114	528.317.224,80	481.612.821,44	0,048	95,192
Despesas Primárias Correntes	418.911.285,55	405.921.788,32	0,040	90,478	443.726.218,54	416.634.947,70	0,041	88,041	464.038.621,32	423.016.587,73	0,042	83,611
Pessoal e Encargos Sociais	204.832.426,93	198.481.033,85	0,019	44,240	216.054.807,75	202.863.792,51	0,020	42,868	223.972.410,33	204.172.757,20	0,020	40,355
Outras Despesas Correntes	214.078.858,62	207.440.754,48	0,020	46,237	227.671.410,79	213.771.155,19	0,021	45,173	240.066.210,99	218.843.830,53	0,022	43,255
Despesas Primárias de Capital	56.914.572,88	55.149.779,92	0,005	12,293	60.846.106,95	57.131.207,32	0,006	12,073	64.278.603,48	58.596.233,72	0,006	11,582
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(12.151.179,35)	(11.774.398,60)	-0,001	-2,624	(11.883.787,15)	(11.158.234,13)	-0,001	-2,358	(11.620.925,17)	(10.593.609,85)	-0,001	-2,094
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(12.151.179,35)	(11.774.398,60)	-0,001	-2,624	(11.883.787,15)	(11.158.234,13)	-0,001	-2,358	(11.620.925,17)	(10.593.609,85)	-0,001	-2,094
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Pública Consolidada (DC)	18.056.110,12	17.496.230,74	0,002	3,900	18.940.859,52	17.784.443,84	0,002	3,758	19.831.079,92	18.077.968,89	0,002	3,573
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(97.735.927,92)	(94.705.356,51)	-0,009	-21,109	(103.279.988,38)	(96.974.329,57)	-0,010	-20,492	(108.852.147,84)	(99.229.378,63)	-0,010	-19,613
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(118.786,92)	(115.103,61)	0,000	-0,026	5.544.060,38	5.205.573,19	0,001	1,100	5.572.159,50	5.079.568,36	0,001	1,004

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:22:58

29 MAI 2024

Monlevade - Câmara Municipal

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
PIB real (crescimento % anual)	2,00	1,70	1,70
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	81,70	83,90	85,70
Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano)	4,70	4,75	4,79
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,20	3,20	3,00
Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00	1.053.000.000.000,00	1.080.000.000.000,00	1.110.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	463.000.000,00	504.000.000,00	555.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2025	2026	2027
Valor Corrente / 1,0320	Valor Corrente / 1,0650	Valor Corrente / 1,0969

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2025

29 MAIO 2024
Câmara Municipal de J. Monlevade
49

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º , Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	400.000.000,00	0,043	224,807	422.598.791,84	0,041	237,507	22.598.791,84	5,650
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	387.437.807,69	0,041	217,746	371.707.387,12	0,036	208,906	(15.730.420,57)	-4,060
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	400.000.000,00	0,043	224,807	415.521.645,88	0,040	233,530	15.521.645,88	3,880
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	395.119.713,48	0,042	222,064	358.861.091,27	0,035	201,686	(36.258.622,21)	-9,177
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(7.681.905,79)	-0,001	-4,317	12.846.295,85	0,001	7,220	20.528.201,64	-267,228
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(7.681.905,79)	-0,001	-4,317	12.846.295,85	0,001	7,220	20.528.201,64	-267,228
Dívida Pública Consolidada (DC)	20.899.768,24	0,002	11,746	16.109.031,77	0,002	9,054	(4.790.736,47)	-22,922
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(83.912.453,78)	-0,009	-47,160	(83.848.036,09)	-0,008	-47,124	64.417,69	-0,077

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2023

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2023	939.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2023	1.028.000.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/202

A finalidade desse demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	310.000.000,00	400.000.000,00	29,03	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	290.405.000,00	387.437.807,69	33,41	427.362.300,00	14,97	463.674.679,08	8,50	492.688.538,34	6,26	516.696.299,63	4,87
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	310.000.000,00	400.000.000,00	29,03	445.000.000,00	7,09	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	395.119.713,48	0,00	435.887.000,00	21,46	475.825.858,43	9,16	504.572.325,49	6,04	528.317.224,80	4,71
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	290.405.000,00	(7.681.905,79)	-102,64	(8.524.700,00)	-166,36	(12.151.179,35)	42,54	(11.883.787,15)	-2,20	(11.620.925,17)	-2,21
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	290.405.000,00	(7.681.905,79)	-102,64	(8.524.700,00)	-166,36	(12.151.179,35)	42,54	(11.883.787,15)	-2,20	(11.620.925,17)	-2,21
Dívida Pública Consolidada (DC)	16.109.031,77	20.899.768,24	29,74	16.682.498,10	3,56	18.056.110,12	8,23	18.940.859,52	4,90	19.831.079,92	4,70
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(73.388.344,61)	(83.912.453,78)	14,34	(97.617.141,00)	16,42	(97.735.927,92)	0,12	(103.279.988,38)	5,67	(108.852.147,84)	5,39

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

60

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	335.284.840,00	413.600.000,00	30,33	445.000.000,00	1,84	469.961.240,31	5,61	483.557.178,05	2,89	492.262.813,65	1,80
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	314.091.593,42	400.610.693,15	22,37	427.362.300,00	11,19	449.297.169,65	5,13	462.607.920,89	2,96	471.019.211,59	1,82
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	335.284.840,00	413.600.000,00	28,14	445.000.000,00	3,57	469.961.240,31	5,61	483.557.178,05	2,89	492.262.813,65	1,80
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	408.553.783,74	0,00	435.887.000,00	17,47	461.071.568,25	5,78	473.766.155,03	2,75	481.612.821,44	1,66
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	314.091.593,42	(7.943.090,59)	-95,77	(8.524.700,00)	-164,18	(11.774.398,60)	38,12	(11.158.234,13)	-5,23	(10.593.609,85)	-5,06
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	314.091.593,42	(7.943.090,59)	-95,77	(8.524.700,00)	-164,18	(11.774.398,60)	38,12	(11.158.234,13)	-5,23	(10.593.609,85)	-5,06
Dívida Pública Consolidada (DC)	17.422.948,84	21.610.360,36	-4,40	16.682.498,10	0,15	17.496.230,74	4,88	17.784.443,84	1,65	18.077.968,89	1,65
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(79.374.191,55)	(86.765.477,21)	9,23	(97.617.141,00)	12,59	(94.705.356,51)	-2,98	(96.974.329,57)	2,40	(99.229.378,83)	2,33

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2022	2023	2024*	2025*	2026	2027
5,80	4,60	3,40	3,20	3,20	3,00

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:23:54

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade 51

Menu LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade 52

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2023**	**%**	**2022**	**%**	**2021**	**%**
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	498.377,65	0,125	498.377,65	0,145	2.178,30	0,001
Resultado Acumulado	397.720.482,14	99,875	342.234.533,80	99,855	287.591.278,53	99,999
Total	398.218.859,79	100%	342.732.911,45	100%	287.593.456,83	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2023**	**%**	**2022**	**%**	**2021**	**%**
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/202

O conceito de Patrimônio Líquido está vinculado ao de Patrimônio Público. A composição do patrimônio, estabelece o conceito de Patrimônio
Público como segue:
Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Ele é composto pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, conforme segue:
1. Ativo - compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;
2. Passivo - compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
3. Patrimônio Líquido, Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
Assim, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade 53

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2025

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**9.138.693,37**	**887.952,54**	**0,03**
Alienação de Bens Móveis	343.720,00	215.585,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	8.067.611,42	653.045,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	727.361,95	19.322,54	0,03
DESPESAS EXECUTADAS	**2023 (d)**	**2022 (e)**	**2021 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**4.158.339,71**	**30.673,04**	**0,00**
DESPESAS DE CAPITAL	**4.158.339,71**	**30.673,04**	**0,00**
Investimentos	4.158.339,71	30.673,04	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2023 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2022 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2021 (i) = ((Ic - IIf))**
VALOR (III)	**5.837.633,19**	**857.279,53**	**0,03**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/202

O Demonstrativo deve conter informações sobre as receitas realizadas por meio da alienação de ativos (discriminando as alienações de bens móveis e imóveis), e as despesas executadas resultantes da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, discriminando as despesas de capital e as despesas correntes dos regimes de previdência.

A LRF estabeleceu esse artigo objetivando preservar o patrimônio público, de forma a impedir que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes de forma a evitar que haja a dilapidação do patrimônio público. Todavia, o que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2025	2026	2027	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Isenção	Isenção de IPTU para as famílias vitimas das chuvas em regiões alagadas - calamidade pública.	200.000,00	250.000,00	300.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Outros benefícios	Desconto por antecipação de pagamento.	1.200.000,00	1.320.000,00	1.500.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afeta a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	Redução de juros e multas para todos os contribuintes inscritos na dívida ativa inadimplentes através do refis.	300.000,00	330.000,00	360.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	Concessão de isenção em caráter não geral	Isenção de tributos em geral para empreendimentos de alcance socioeconômicos e de habitação (geração de emprego e renda).	2.000.000,00	2.200.000,00	2.420.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Total			3.700.000,00	4.100.000,00	4.580.000,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico. Emissão: 15/05/2024 , às 09:52:52

O Demonstrativo informa os valores previstos de novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-as da margem bruta de expansão (aumento permanente de receita e redução permanente de despesa).

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

54

29 MAIO 2024
Câmara Municipal de J. Monlevade
55

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	34.979.649,50
(-) Transferências Constituicionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	38.233,67
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	34.941.415,83
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	34.941.415,83
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	22.447.427,10
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	22.447.427,10
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Liquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	12.493.988,73

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/202

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado - DOCC foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF no art. 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um periodo superior a dois exercícios. É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado.

Ainda em relação ao mesmo artigo da LRF, está estabelecido que os atos que criarem ou aumentarem as DOCC deverão ser instruídos com a estimativa de impacto orçamentáriofinanceiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Também deve haver a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no § 1o do art. 4 da LRF e seus efeitos financeiros nos períodos seguintes devem ser o compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesas. As DOCC não serão executadas antes da implementação de tais medidas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
ARRECADADORA	**387.751.465,74**	**457.065.157,67**	**170,88**	**485.887.200,00**	**-45,41**	**526.106.322,10**	**38,83**	**559.878.529,87**	**12,03**	**589.662.708,77**	**-14,98**
Receitas Correntes	**372.462.264,87**	**417.498.875,72**	**12,09**	**469.187.200,00**	**12,38**	**504.166.849,55**	**7,46**	**536.717.023,16**	**6,46**	**571.471.611,24**	**6,48**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**59.963.714,87**	**69.611.243,39**	**16,09**	**87.254.000,00**	**25,34**	**86.090.227,79**	**-1,33**	**90.230.580,93**	**4,81**	**96.154.932,22**	**6,57**
Impostos	**58.298.363,01**	**67.800.794,73**	**16,30**	**84.516.000,00**	**24,65**	**84.055.635,86**	**-0,54**	**88.110.663,95**	**4,82**	**93.931.113,13**	**6,61**
Impostos sobre o Patrimônio	**17.314.255,61**	**18.356.136,86**	**6,02**	**23.761.000,00**	**29,44**	**22.010.655,98**	**-7,37**	**23.956.878,12**	**8,84**	**26.782.025,80**	**11,79**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**13.377.594,99**	**14.326.141,84**	**7,09**	**18.760.000,00**	**30,95**	**17.371.101,22**	**-7,40**	**19.109.585,18**	**10,01**	**21.625.710,09**	**13,17**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	**10.507.356,64**	**11.264.336,41**	**7,20**	**15.000.000,00**	**33,16**	**13.850.081,90**	**-7,67**	**15.430.735,91**	**11,41**	**17.688.054,90**	**14,63**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	0,00	11.264.336,41	0,00	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	55.294,31	67.897,23	22,79	100.000,00	47,28	71.427,89	-28,57	74.927,86	4,90	78.449,47	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Di	2.114.616,23	2.458.630,89	16,27	3.000.000,00	22,02	2.786.479,70	-7,12	2.913.217,21	4,55	3.140.738,42	7,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	700.327,81	535.277,31	-23,57	660.000,00	23,30	663.111,72	0,47	690.704,20	4,16	718.467,30	4,02
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**3.936.660,62**	**4.029.995,02**	**2,37**	**5.001.000,00**	**24,09**	**4.639.554,76**	**-7,23**	**4.847.292,94**	**4,48**	**5.156.315,71**	**6,38**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.000.000,00	24,07	4.639.554,76	-7,21	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**7.905.498,25**	**11.718.847,48**	**48,24**	**16.150.000,00**	**37,81**	**14.357.427,35**	**-11,10**	**14.952.310,70**	**4,14**	**15.560.129,31**	**4,07**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**7.905.498,25**	**11.718.847,48**	**48,24**	**16.150.000,00**	**37,81**	**14.357.427,35**	**-11,10**	**14.952.310,70**	**4,14**	**15.560.129,31**	**4,07**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**7.849.904,84**	**11.359.400,53**	**44,71**	**16.000.000,00**	**40,85**	**13.950.089,36**	**-12,81**	**14.535.643,74**	**4,20**	**15.124.819,00**	**4,05**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principi	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**55.593,41**	**359.446,95**	**546,56**	**150.000,00**	**-58,27**	**407.337,99**	**171,56**	**416.666,96**	**2,29**	**435.310,31**	**4,47**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendiment	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias	**33.078.609,15**	**37.725.810,39**	**14,05**	**44.605.000,00**	**18,23**	**47.687.552,53**	**6,91**	**49.201.475,13**	**3,17**	**51.588.958,02**	**4,85**
Impostos sobre Serviços	**33.078.609,15**	**37.725.810,39**	**14,05**	**44.605.000,00**	**18,23**	**47.687.552,53**	**6,91**	**49.201.475,13**	**3,17**	**51.588.958,02**	**4,85**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**33.078.609,15**	**37.725.810,39**	**14,05**	**44.605.000,00**	**18,23**	**47.687.552,53**	**6,91**	**49.201.475,13**	**3,17**	**51.588.958,02**	**4,85**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	32.585.845,65	37.093.230,29	13,83	44.000.000,00	18,62	47.022.078,27	6,87	48.503.392,63	3,15	50.858.065,64	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Mult	4.854,84	7.920,48	63,15	5.000,00	-36,87	8.332,34	66,65	8.740,62	4,90	9.151,43	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divid	356.158,81	477.926,36	34,19	400.000,00	-16,31	502.778,53	25,69	527.414,68	4,90	552.203,17	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Mult	131.749,85	146.733,26	11,37	200.000,00	36,30	154.363,39	-22,82	161.927,20	4,90	169.537,78	4,70
Taxas	**1.665.351,86**	**1.810.448,66**	**8,71**	**2.738.000,00**	**51,23**	**2.034.591,93**	**-25,69**	**2.119.918,98**	**4,19**	**2.223.819,09**	**4,90**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**295.264,65**	**450.344,49**	**52,52**	**468.000,00**	**3,92**	**503.762,34**	**7,64**	**518.976,74**	**3,02**	**552.334,65**	**6,43**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**294.611,90**	**449.308,66**	**52,51**	**465.000,00**	**3,49**	**500.672,65**	**7,67**	**515.833,66**	**3,03**	**549.137,85**	**6,46**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	220.618,83	263.321,76	19,36	380.000,00	44,31	297.014,44	-21,84	300.588,20	1,20	314.245,85	4,54
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	3.216,02	2.203,33	-31,49	5.000,00	126,93	2.317,90	-53,64	2.431,48	4,90	2.545,76	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	55.869,81	152.903,72	173,68	60.000,00	-60,76	168.854,71	181,42	178.736,59	5,85	196.667,21	10,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	14.907,24	30.879,85	107,15	20.000,00	-35,23	32.485,60	62,43	34.077,39	4,90	35.679,03	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	**652,75**	**1.035,83**	**58,69**	**3.000,00**	**189,62**	**3.089,69**	**2,99**	**3.143,08**	**1,73**	**3.196,80**	**1,71**

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Menu LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	652,75	1.035,83	58,69	1.000,00	-3,46	1.089,69	8,97	1.143,08	4,90	1.196,80	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.097.177,79	1.137.044,03	3,63	2.000.000,00	75,89	1.296.170,32	-35,19	1.354.782,67	4,52	1.413.757,46	4,35
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	9.184,42	9.017,49	-1,82	20.000,00	121,79	9.486,40	-52,57	9.951,23	4,90	10.418,94	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	190.107,85	161.704,86	-14,94	180.000,00	11,31	170.113,51	-5,49	178.449,07	4,90	186.836,18	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	73.617,15	52.337,79	-28,91	70.000,00	33,75	55.059,36	-21,34	57.757,27	4,90	60.471,86	4,70
Contribuições	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pút	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pút	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pút	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Receita Patrimonial	**12.546.243,30**	**13.333.265,54**	**6,27**	**11.642.700,00**	**-12,68**	**15.065.832,83**	**29,40**	**15.755.058,64**	**4,57**	**16.448.546,40**	**4,40**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Conc Permiss Autor ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imi	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Valores Mobiliários	**12.528.933,27**	**13.324.181,52**	**6,35**	**11.642.700,00**	**-12,62**	**15.056.276,44**	**29,32**	**15.745.033,99**	**4,57**	**16.438.050,59**	**4,40**
Juros e Correções Monetárias	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos - Principal	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**27.749.849,86**	**31.194.135,50**	**12,41**	**37.234.000,00**	**19,36**	**38.623.841,05**	**3,73**	**41.746.235,26**	**8,08**	**44.148.082,32**	**5,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.650.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

29 MAIO 2024

Câmara Municipal - Protocolo

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	493.520,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	274.259,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	51.200,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	**0,00**	**53.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**31.093.824,00**	**0,00**	**37.184.000,00**	**19,59**	**38.515.769,33**	**3,58**	**41.632.868,03**	**8,09**	**44.029.386,83**	**5,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**23.894.984,60**	**0,00**	**28.342.000,00**	**18,61**	**29.553.852,96**	**4,28**	**31.980.817,75**	**8,21**	**33.284.790,19**	**4,08**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	23.142.828,98	0,00	27.317.000,00	18,04	28.595.968,85	4,68	30.850.171,32	7,88	32.112.129,37	4,09
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	496.322,18	0,00	735.000,00	48,09	648.932,33	-11,71	775.830,01	19,55	802.894,02	3,49
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	203.352,00	0,00	230.000,00	13,10	244.907,31	6,48	285.927,77	16,75	297.016,38	3,88
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	52.481,44	0,00	60.000,00	14,33	64.044,47	6,74	68.888,65	7,56	72.750,42	5,61
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**6.501.427,02**	**0,00**	**8.067.000,00**	**24,08**	**7.990.578,28**	**-0,95**	**8.642.916,62**	**8,16**	**9.597.433,70**	**11,04**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**697.412,38**	**0,00**	**775.000,00**	**11,13**	**971.338,09**	**25,33**	**1.009.133,66**	**3,89**	**1.147.162,94**	**13,68**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços	**280.033,95**	**47.111,50**	**-83,18**	**50.000,00**	**6,13**	**52.105,32**	**4,21**	**54.658,48**	**4,90**	**57.227,43**	**4,70**
Outros Serviços - Principal	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Transferências Correntes	**259.955.685,10**	**293.071.843,22**	**12,74**	**322.901.000,00**	**10,18**	**351.351.579,07**	**8,81**	**375.418.846,44**	**6,85**	**399.619.532,22**	**6,45**
Transferências da União e de suas Entidades	**108.430.440,83**	**120.117.262,94**	**10,78**	**130.001.000,00**	**8,23**	**149.403.360,62**	**14,92**	**160.555.165,28**	**7,46**	**173.785.258,06**	**8,24**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**66.866.787,36**	**69.221.993,80**	**3,52**	**80.001.000,00**	**15,57**	**91.821.537,48**	**14,78**	**100.389.792,81**	**9,33**	**109.980.113,08**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**66.865.044,03**	**69.219.089,05**	**3,52**	**80.000.000,00**	**15,58**	**91.818.481,68**	**14,77**	**100.386.587,28**	**9,33**	**109.976.756,89**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	**61.206.371,05**	**63.675.389,61**	**4,03**	**75.000.000,00**	**17,78**	**85.986.509,87**	**14,65**	**94.268.848,85**	**9,63**	**103.571.484,75**	**9,87**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	**5.658.672,98**	**5.543.699,44**	**-2,03**	**5.000.000,00**	**-9,81**	**5.831.971,81**	**16,64**	**6.117.738,43**	**4,90**	**6.405.272,14**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas I	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.743,33**	**2.904,75**	**66,62**	**1.000,00**	**-65,57**	**3.055,80**	**205,58**	**3.205,53**	**4,90**	**3.356,19**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.356,19	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**3.765.434,24**	**2.629.377,51**	**-30,17**	**2.500.000,00**	**-4,92**	**4.806.105,15**	**92,24**	**5.901.644,30**	**22,79**	**7.038.021,58**	**19,26**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.039.242,17**	**1.284.453,37**	**23,60**	**1.000.000,00**	**-22,15**	**3.351.244,95**	**235,12**	**4.417.455,95**	**31,82**	**5.484.076,38**	**24,15**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Memo. LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transf dec de Compensação Financeira pela Exploraç	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**6.874.116,42**	**6.131.902,55**	**-10,80**	**6.000.000,00**	**-2,15**	**6.450.761,48**	**7,51**	**6.766.848,79**	**4,90**	**7.084.890,68**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**22.835.622,28**	**24.545.741,36**	**7,49**	**25.000.000,00**	**1,85**	**26.822.119,91**	**7,29**	**27.087.403,79**	**0,99**	**28.360.511,77**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.438.848,76**	**2.483.055,38**	**72,57**	**1.800.000,00**	**-27,51**	**2.612.174,26**	**45,12**	**2.740.170,80**	**4,90**	**2.868.958,83**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**552.977,12**	**471.468,96**	**-14,74**	**500.000,00**	**6,05**	**495.985,35**	**-0,80**	**520.288,63**	**4,90**	**544.742,20**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**13.000,00**	**5.350.060,67**	**41.054,31**	**8.500.000,00**	**58,88**	**5.628.263,82**	**-33,79**	**5.904.048,75**	**4,90**	**6.181.539,04**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	13.000,00	5.350.060,67	41.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	**2.824.153,56**	**4.682.891,64**	**65,82**	**3.910.000,00**	**-16,50**	**5.926.402,01**	**51,57**	**6.167.795,70**	**4,07**	**6.410.682,10**	**3,94**
Transf.do Salário-Educação	**2.210.521,65**	**2.636.707,20**	**19,28**	**3.000.000,00**	**13,78**	**3.773.815,97**	**25,79**	**3.909.732,95**	**3,60**	**4.046.490,40**	**3,50**
Transf.do Salário-Educação - Principal	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**601.704,00**	**861.827,80**	**43,23**	**890.000,00**	**3,27**	**906.642,85**	**1,87**	**951.068,35**	**4,90**	**995.768,56**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**11.927,91**	**19.571,49**	**64,08**	**20.000,00**	**2,19**	**20.589,21**	**2,95**	**21.598,08**	**4,90**	**22.613,19**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	**0,00**	**1.164.785,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.225.353,98**	**0,00**	**1.285.396,32**	**4,90**	**1.345.809,95**	**4,70**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	0,00	1.164.785,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Enti	67.670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**2.352.532,67**	**3.826.610,27**	**62,66**	**990.000,00**	**-74,13**	**4.025.594,00**	**306,63**	**4.222.848,11**	**4,90**	**4.421.321,97**	**4,70**
Transferência Especial da União	**0,00**	**850.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**894.200,00**	**0,00**	**938.015,80**	**4,90**	**982.102,54**	**4,70**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	894.200,00	0,00	938.015,80	4,90	982.102,54	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**619.262,94**	**728.876,19**	**17,70**	**990.000,00**	**35,83**	**766.777,75**	**-22,55**	**804.349,86**	**4,90**	**842.154,30**	**4,70**

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

59

Memo. LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n'	619.262,94	728.876,19	17,70	990.000,00	35,83	766.777,75	-22,55	804.349,86	4,90	842.154,30	4,70
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	**558.026,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art	558.026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**1.175.243,23**	**2.247.734,08**	**91,26**	**0,00**	**0,00**	**2.364.616,25**	**0,00**	**2.480.482,45**	**4,90**	**2.597.065,13**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entid	1.175.243,23	2.247.734,08	91,26	0,00	0,00	2.364.616,25	0,00	2.480.482,45	4,90	2.597.065,13	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**110.432.689,66**	**130.115.628,91**	**17,82**	**146.300.000,00**	**12,44**	**148.881.641,61**	**1,76**	**155.588.842,05**	**4,51**	**162.337.517,62**	**4,34**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**92.872.524,57**	**113.966.578,44**	**22,71**	**136.020.000,00**	**19,35**	**131.892.840,52**	**-3,03**	**137.767.589,70**	**4,45**	**143.678.566,42**	**4,29**
Cota-Parte do ICMS	**75.513.148,53**	**89.389.218,09**	**18,38**	**105.000.000,00**	**17,46**	**106.037.457,43**	**0,99**	**110.645.292,84**	**4,35**	**115.281.521,60**	**4,19**
Cota-Parte do ICMS - Principal	75.513.148,53	89.389.218,09	18,38	105.000.000,00	17,46	106.037.457,43	0,99	110.645.292,84	4,35	115.281.621,60	4,19
Cota-Parte do IPVA	**16.447.498,84**	**23.692.873,09**	**44,05**	**30.000.000,00**	**26,62**	**24.924.902,49**	**-16,92**	**26.146.222,71**	**4,90**	**27.375.095,18**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	16.447.498,84	23.692.873,09	44,05	30.000.000,00	26,62	24.924.902,49	-16,92	26.146.222,71	4,90	27.375.095,18	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	**852.225,36**	**872.463,19**	**2,37**	**1.000.000,00**	**14,62**	**917.831,28**	**-8,22**	**962.805,01**	**4,90**	**1.008.056,85**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	852.225,36	872.463,19	2,37	1.000.000,00	14,62	917.831,28	-8,22	962.805,01	4,90	1.008.056,85	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**59.651,84**	**12.024,07**	**-79,84**	**20.000,00**	**66,33**	**12.649,32**	**-36,75**	**13.269,14**	**4,90**	**13.892,79**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	59.651,84	12.024,07	-79,84	20.000,00	66,33	12.649,32	-36,75	13.269,14	4,90	13.892,79	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	13.855.122,29	15.728.003,94	13,52	10.000.000,00	-36,42	16.545.860,14	65,46	17.356.607,29	4,90	18.172.367,83	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	157.800,00	0,00	165.532,20	4,90	173.312,21	4,70
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**3.705.043,00**	**271.046,53**	**-92,68**	**280.000,00**	**3,30**	**285.140,95**	**1,84**	**299.112,86**	**4,90**	**313.171,16**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Soci	**1.145.495,94**	**199.812,00**	**-82,56**	**200.000,00**	**0,09**	**210.202,22**	**5,10**	**220.502,13**	**4,90**	**230.865,73**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	1.145.495,94	199.812,00	-82,56	200.000,00	0,09	210.202,22	5,10	220.502,13	4,90	230.865,73	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**71.234,53**	**71.234,53**	**0,00**	**80.000,00**	**12,31**	**74.938,73**	**-6,33**	**78.610,73**	**4,90**	**82.305,43**	**4,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Edu	71.234,53	71.234,53	0,00	80.000,00	12,31	74.938,73	-6,33	78.610,73	4,90	82.305,43	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**2.488.312,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princi	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Demais Transferências Correntes	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**4.968.822,15**	**2.996.530,84**	**-39,69**	**2.355.500,00**	**-21,39**	**3.364.335,00**	**42,83**	**3.519.387,42**	**4,61**	**3.675.398,63**	**4,43**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Especifica	**1.622.992,84**	**1.902.165,31**	**17,20**	**2.000.000,00**	**5,14**	**2.201.077,91**	**10,05**	**2.299.130,73**	**4,45**	**2.397.789,87**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Especifica - Principal	1.622.992,84	1.899.422,11	17,03	2.000.000,00	5,30	2.198.192,06	9,91	2.296.103,47	4,45	2.394.520,33	4,29
Multas Previstas em Legislação Especifica - Multas	0,00	2.743,20	0,00	0,00	0,00	2.885,85	0,00	3.027,26	4,90	3.169,54	4,70
Multas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**2.676.601,41**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações - Principal	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições - Principal	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Demais Receitas Correntes	**655.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Outras Receitas Correntes	**655.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receita	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Outras Receitas	**484.487,18**	**140.391,69**	**-71,02**	**30.000,00**	**-78,63**	**147.692,06**	**392,31**	**154.928,97**	**4,90**	**162.210,64**	**4,70**
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**484.487,18**	**16.481,58**	**-96,60**	**30.000,00**	**82,02**	**17.338,62**	**-42,20**	**18.188,21**	**4,90**	**19.043,06**	**4,70**
Outras Receit Não Arrec e Não Projet pela RFB - Primárias -	476.229,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receit Não Arrec e Não Projet pela RFB - Primárias -	8.257,33	16.481,58	99,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**0,00**	**123.910,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.353,44**	**0,00**	**136.740,76**	**4,90**	**143.167,58**	**4,70**
Outras Receit Não Arrec e Não Projet pela RFB - Financeiras	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Receitas de Capital	**15.289.200,87**	**39.566.281,95**	**158,79**	**16.700.000,00**	**-57,79**	**21.939.472,55**	**31,37**	**23.161.506,71**	**5,57**	**18.191.097,53**	**-21,46**

Menu: LDO "Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade

29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Operações de Crédito	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Alienação de Bens	**868.630,00**	**8.411.331,42**	**868,34**	**5.200.000,00**	**-38,18**	**3.849.835,75**	**-25,96**	**4.283.477,70**	**11,26**	**1.719.801,15**	**-59,85**
Alienação de Bens Móveis	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis - Principal	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Transferências de Capital	**9.167.712,89**	**28.515.408,16**	**211,04**	**5.500.000,00**	**-80,71**	**15.312.838,23**	**178,42**	**15.965.167,31**	**4,26**	**13.421.530,18**	**-15,93**
Transferências da União e de suas Entidades	**1.623.330,59**	**5.109.623,00**	**214,76**	**5.500.000,00**	**7,64**	**6.375.323,39**	**15,91**	**6.638.714,24**	**4,13**	**4.703.733,81**	**-29,15**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**199.686,00**	**534.009,00**	**167,42**	**0,00**	**0,00**	**561.777,47**	**0,00**	**589.304,56**	**4,90**	**617.001,87**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**199.686,00**	**534.009,00**	**167,42**	**0,00**	**0,00**	**561.777,47**	**0,00**	**589.304,56**	**4,90**	**617.001,87**	**4,70**
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**34.168,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.944,74**	**0,00**	**37.706,03**	**4,90**	**39.478,21**	**4,70**
Transf de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos d	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**499.841,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**525.832,73**	**0,00**	**551.598,53**	**4,90**	**577.523,66**	**4,70**
Transf de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos d	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**199.686,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos d	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transf para o Prog Nacional de Reest e Aquis de Equip para I	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	**50.000,00**	**400.000,00**	**700,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	**50.000,00**	**400.000,00**	**700,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	**1.273.644,59**	**3.472.285,68**	**172,63**	**6.000.000,00**	**44,00**	**3.652.844,53**	**-25,94**	**3.831.833,92**	**4,90**	**2011.930,12**	**-47,49**

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

Menu: LDO "Relatórios".

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**509.327,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**535.812,38**	**0,00**	**562.067,19**	**4,90**	**588.484,35**	**4,70**
Transferências de Convênios da União destinadas a Program	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**795.812,48**	**2.962.958,32**	**272,32**	**4.000.000,00**	**35,00**	**3.117.032,15**	**-22,07**	**3.269.766,73**	**4,90**	**1.423.445,77**	**-56,47**
Transferências de Convênios da União destinadas a Program	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**477.832,11**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Inf	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**100.000,00**	**703.328,32**	**603,33**	**0,00**	**0,00**	**739.901,39**	**0,00**	**776.156,56**	**4,90**	**812.635,92**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**100.000,00**	**400.000,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	**0,00**	**303.328,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**319.101,39**	**0,00**	**334.737,36**	**4,90**	**350.470,02**	**4,70**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**7.544.382,30**	**7.509.501,21**	**-0,46**	**0,00**	**0,00**	**5.899.995,27**	**0,00**	**6.287.095,04**	**6,56**	**5.676.588,51**	**-9,71**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**1.744.458,42**	**2.385.846,56**	**36,77**	**0,00**	**0,00**	**2.509.910,58**	**0,00**	**2.632.896,20**	**4,90**	**2.756.642,32**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**1.394.458,42**	**1.351.653,90**	**-3,07**	**0,00**	**0,00**	**1.421.939,90**	**0,00**	**1.491.614,96**	**4,90**	**1.561.720,86**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**0,00**	**950.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**999.400,00**	**0,00**	**1.048.370,60**	**4,90**	**1.097.644,02**	**4,70**
Transf de Convênios dos Estados destinadas a Programas de	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,02	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**350.000,00**	**84.192,66**	**-75,94**	**0,00**	**0,00**	**88.570,68**	**0,00**	**92.910,64**	**4,90**	**97.277,44**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Demais Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

29 MAIO 2024

Menu: LDO "Relatórios"

Monlevade - Câmara Municipal de J.

63

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receitas Correntes	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	819.534,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	733.794,77	0,00	958.000,00	30,55	913.577,01	-4,64	955.344,29	4,57	996.357,48	4,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - F	0,00	717.846,02	0,00	955.000,00	33,04	893.937,70	-6,39	932.840,65	4,35	971.984,16	4,20
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	42,29	0,00	1.000,00	2.264,63	46,77	-95,32	49,06	4,90	51,37	4,71
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	12.855,47	0,00	1.000,00	-92,22	16.216,15	1.521,82	18.914,84	16,63	20.615,84	8,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	3.050,99	0,00	1.000,00	-67,22	3.374,39	237,44	3.539,74	4,90	3.706,11	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

64

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Receitas Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências da União e de suas Entidades	(12.353.227,85)	(12.606.838,70)	2,05	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(12.241.622,55)	(12.606.838,70)	2,98	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Cota-Parte do ICMS	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do ICMS - Principal	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do IPVA	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(5.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(5.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
TOTAL DA RECEITA	347.147.902,70	422.598.791,84	21,73	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:25:53

29 MAIO 2024

Menu LDO "Relatórios"

Monlevade - Câmara Municipal
65

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
DESPESAS CORRENTES	**304.225.564,00**	**360.253.973,15**	**18,42**	**401.638.000,00**	**11,49**	**424.085.427,12**	**5,59**	**449.153.893,05**	**5,91**	**469.721.396,52**	**4,58**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	153.701.306,27	180.743.821,50	17,59	202.728.800,00	12,16	205.854.747,15	1,54	217.127.221,66	5,48	225.095.227,69	3,67
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRAT	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	153.188.554,32	179.702.626,45	17,31	201.398.800,00	12,07	204.759.409,96	1,67	215.978.212,95	5,48	223.892.215,57	3,66
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.530.596,42	1.683.957,10	10,02	1.695.000,00	0,66	2.390.867,54	41,05	2.878.620,05	20,40	2.966.915,19	3,07
PensÃµes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16.290.611,17	34.290.461,76	110,49	40.850.000,00	19,13	45.161.476,79	10,55	47.402.211,05	4,96	48.781.615,05	2,91
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	97.884.408,96	99.593.392,58	1,75	108.355.000,00	8,80	110.327.765,01	1,82	116.342.399,31	5,45	120.168.192,07	3,29
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	31.172.947,83	36.348.459,73	16,60	40.453.200,00	11,29	38.812.863,86	-4,05	40.883.454,19	5,33	43.094.056,55	5,41
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	2.493.639,03	3.102.657,01	24,42	3.803.000,00	22,57	3.263.995,17	-14,17	3.423.930,93	4,90	3.584.855,68	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.233.109,63	3.647.573,79	12,82	5.144.900,00	41,05	3.853.982,89	-25,09	4.039.064,25	4,80	4.225.746,80	4,62
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.375,80	0,00	500,00	-63,66	1.521,63	204,33	1.596,19	4,90	1.671,21	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	583.241,28	1.034.748,68	77,41	1.097.200,00	6,04	946.937,07	-13,70	1.006.936,98	6,34	1.069.163,02	6,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.846.472,64	176.535.340,70	19,40	195.609.200,00	10,80	215.101.178,84	9,96	228.743.824,70	6,34	241.189.028,35	5,44
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	15.617.221,80	3.910.289,44	-74,96	5.194.000,00	32,83	4.477.383,51	-13,80	4.721.605,31	5,45	4.939.992,75	4,63
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	61.324,61	78.262,28	27,62	120.000,00	53,33	126.090,94	5,08	168.779,40	33,86	182.412,03	8,08
CONTRIBUIÇÕES	1.423.323,58	1.764.250,96	23,95	2.786.000,00	57,91	1.965.992,01	-29,43	2.060.935,62	4,83	2.158.441,59	4,73
SUBVENÇÕES SOCIAIS	14.132.573,61	2.067.776,20	-85,37	2.288.000,00	10,65	2.385.300,56	4,25	2.491.890,29	4,47	2.599.139,13	4,30
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	120.538.010,97	156.289.433,34	29,66	178.153.100,00	13,99	192.347.192,27	7,97	205.302.163,04	6,74	216.577.836,33	5,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	219.621,71	374.742,28	70,63	352.200,00	-6,02	528.343,56	50,01	554.232,41	4,90	580.281,33	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	11.543.997,35	12.412.005,43	7,52	17.661.900,00	42,30	20.847.779,01	18,04	24.483.300,18	17,44	28.065.848,12	14,63
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	36.513,58	197.947,13	442,12	201.000,00	1,54	208.815,48	3,89	219.047,44	4,90	229.342,68	4,70
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.143.834,18	3.398.458,56	8,10	4.319.000,00	27,09	4.575.273,50	5,93	4.750.461,90	3,83	4.926.733,61	3,71

Menu LDO "Relatórios"

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

66

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Passagens e Despesas com Locomoção	1.048,80	17.686,57	1.586,36	13.900,00	-21,41	19.561,35	40,73	20.519,86	4,90	21.484,29	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CON	512.470,82	527.655,05	2,96	650.000,00	23,19	555.093,11	-14,60	582.292,67	4,90	609.660,43	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	304.692,90	540.216,43	77,30	1.509.000,00	179,33	633.420,33	-58,02	665.357,92	5,04	698.729,75	5,02
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	2.253.372,01	3.171.979,54	40,77	3.606.450,00	13,70	3.557.953,25	-1,34	3.726.822,96	4,75	3.922.624,48	5,25
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	81.929.815,79	111.661.269,84	36,29	122.548.950,00	9,75	133.457.627,09	8,90	140.575.050,82	5,33	146.179.204,28	3,99
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	1.711.995,65	2.466.764,47	44,09	3.510.000,00	42,29	3.612.907,43	2,93	3.740.449,90	3,53	3.868.781,05	3,43
SUBVENÇÕES SOCIAIS	137.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.464.506,47	14.684.650,49	40,33	17.094.000,00	16,41	17.125.258,42	0,18	18.237.996,09	6,50	19.269.981,91	5,66
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.313.453,70	3.530.669,53	6,56	3.406.300,00	-3,52	3.744.623,56	9,93	4.018.250,12	7,31	4.236.907,88	5,44
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.773.507,10	222.231,99	-87,47	470.000,00	111,49	233.788,05	-50,26	245.243,66	4,90	256.770,11	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.189.014,64	967.023,55	-18,67	1.213.000,00	25,44	1.058.609,27	-12,73	1.186.981,13	12,13	1.306.734,24	10,09
Sentenças Judiciais	1.073.618,28	1.039.339,34	-3,19	812.300,00	-21,84	1.055.435,07	29,93	1.107.151,00	4,90	1.159.143,96	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	239,70	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	928.745,29	1.076.793,14	15,94	772.500,00	-28,26	1.132.703,79	46,63	1.189.004,98	4,97	1.245.608,21	4,76
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTR	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃ	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
DESPESAS DE CAPITAL	**37.924.612,87**	**55.267.672,72**	**45,73**	**40.362.000,00**	**-26,97**	**56.914.572,88**	**41,01**	**60.846.106,95**	**6,91**	**64.278.603,48**	**5,64**
INVESTIMENTOS	34.676.694,54	52.801.387,37	52,27	37.962.000,00	-28,10	54.320.040,69	43,09	58.124.442,68	7,00	61.429.020,99	5,69
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	33.929.221,03	52.636.644,70	55,14	37.836.800,00	-28,12	52.146.731,40	37,82	55.942.641,24	7,28	59.238.674,88	5,89
MATERIAL DE CONSUMO	784.851,65	657.324,97	-14,06	5.000,00	-99,24	384.923,74	7.598,47	574.885,00	49,35	572.863,59	-0,35
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	84.823,28	387.822,46	357,21	945.000,00	143,67	838.028,07	-11,32	984.691,45	17,50	1.035.971,95	5,21
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	0,00	15.480,00	0,00	0,00	0,00	16.284,96	0,00	17.082,92	4,90	17.885,82	4,70
OBRAS E INSTALAÇÕES	26.678.963,47	42.313.386,51	58,60	32.179.000,00	-23,95	43.093.070,92	33,92	45.777.631,40	6,23	48.559.180,99	6,08

Menu: LDO "Relatórios"

29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.190.684,71	7.087.991,09	14,49	4.707.800,00	-33,58	7.801.979,39	65,72	8.575.296,38	9,91	9.039.105,30	5,41
Aquisição de Imóveis	0,00	2.162.810,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	209.897,92	11.829,20	-94,36	0,00	0,00	12.444,32	0,00	13.054,09	4,90	13.667,63	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TR	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**33,33**	**5.000.000,00**	**25,00**	**6.000.000,00**	**20,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
TOTAL DA DESPESA	**342.150.176,87**	**415.521.645,88**	**21,44**	**445.000.000,00**	**7,09**	**485.000.000,00**	**8,99**	**515.000.000,00**	**6,19**	**540.000.000,00**	**4,85**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:34:49

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

68

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
ARRECADADORA	**387.751.465,74**	**457.065.157,67**	**170,88**	**485.887.200,00**	**-45,41**	**526.106.322,10**	**38,83**	**559.878.529,87**	**12,03**	**589.662.708,77**	**-14,98**
Receitas Correntes	**372.462.264,87**	**417.498.875,72**	**12,09**	**469.187.200,00**	**12,38**	**504.166.849,55**	**7,46**	**536.717.023,16**	**6,46**	**571.471.511,24**	**6,48**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**59.963.714,87**	**69.611.243,39**	**16,09**	**87.254.000,00**	**25,34**	**86.090.227,79**	**-1,33**	**90.230.580,93**	**4,81**	**95.154.932,22**	**6,57**
Impostos	**58.298.363,01**	**67.800.794,73**	**16,30**	**84.516.000,00**	**24,65**	**84.055.635,86**	**-0,54**	**88.110.663,95**	**4,82**	**93.931.113,13**	**6,61**
Impostos sobre o Patrimônio	**17.314.255,61**	**18.356.136,86**	**6,02**	**23.761.000,00**	**29,44**	**22.010.655,98**	**-7,37**	**23.956.878,12**	**8,84**	**26.782.025,80**	**11,79**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**13.377.594,99**	**14.326.141,84**	**7,09**	**18.760.000,00**	**30,95**	**17.371.101,22**	**-7,40**	**19.109.585,18**	**10,01**	**21.625.710,09**	**13,17**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	**10.507.356,64**	**11.264.336,41**	**7,20**	**15.000.000,00**	**33,16**	**13.850.081,90**	**-7,67**	**15.430.735,91**	**11,41**	**17.688.054,90**	**14,63**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	0,00	11.264.336,41	0,00	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	55.294,31	67.897,23	22,79	100.000,00	47,28	71.427,89	-28,57	74.927,86	4,90	78.449,47	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	2.114.616,23	2.458.630,89	16,27	3.000.000,00	22,02	2.786.479,70	-7,12	2.913.217,21	4,55	3.140.738,42	7,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	700.327,81	535.277,31	-23,57	660.000,00	23,30	663.111,73	0,47	690.704,20	4,16	718.467,30	4,02
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**3.936.660,62**	**4.029.995,02**	**2,37**	**5.001.000,00**	**24,09**	**4.639.554,76**	**-7,23**	**4.847.292,94**	**4,48**	**5.156.315,71**	**6,38**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.000.000,00	24,07	4.639.554,76	-7,21	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**7.905.498,25**	**11.718.847,48**	**48,24**	**16.150.000,00**	**37,81**	**14.357.427,35**	**-11,10**	**14.952.310,70**	**4,14**	**15.560.129,31**	**4,07**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**7.905.498,25**	**11.718.847,48**	**48,24**	**16.150.000,00**	**37,81**	**14.357.427,35**	**-11,10**	**14.952.310,70**	**4,14**	**15.560.129,31**	**4,07**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**7.849.904,84**	**11.359.400,53**	**44,71**	**16.000.000,00**	**40,85**	**13.950.089,36**	**-12,81**	**14.535.643,74**	**4,20**	**15.124.819,00**	**4,05**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**55.593,41**	**359.446,95**	**546,56**	**150.000,00**	**-58,27**	**407.337,99**	**171,56**	**416.666,96**	**2,29**	**435.310,31**	**4,47**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendiment	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	**33.078.609,15**	**37.725.810,39**	**14,05**	**44.605.000,00**	**18,23**	**47.687.552,53**	**6,91**	**49.201.475,13**	**3,17**	**51.588.958,02**	**4,85**
Impostos sobre Serviços	**33.078.609,15**	**37.725.810,39**	**14,05**	**44.605.000,00**	**18,23**	**47.687.552,53**	**6,91**	**49.201.475,13**	**3,17**	**51.588.958,02**	**4,85**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**33.078.609,15**	**37.725.810,39**	**14,05**	**44.605.000,00**	**18,23**	**47.687.552,53**	**6,91**	**49.201.475,13**	**3,17**	**51.588.958,02**	**4,85**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	32.585.845,65	37.093.230,29	13,83	44.000.000,00	18,62	47.022.078,27	6,87	48.503.392,63	3,15	50.858.065,64	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	4.854,84	7.920,48	63,15	5.000,00	-36,87	8.332,34	66,65	8.740,62	4,90	9.151,43	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívid	356.158,81	477.926,36	34,19	400.000,00	-16,31	502.778,53	25,69	527.414,68	4,90	552.203,17	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	131.749,85	146.733,26	11,37	200.000,00	36,30	154.363,39	-22,82	161.927,20	4,90	169.537,78	4,70
Taxas	**1.555.351,86**	**1.810.448,66**	**8,71**	**2.738.000,00**	**51,23**	**2.034.591,93**	**-25,69**	**2.119.916,98**	**4,19**	**2.223.819,09**	**4,90**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**295.264,65**	**450.344,49**	**52,52**	**468.000,00**	**3,92**	**503.762,34**	**7,64**	**518.976,74**	**3,02**	**552.334,65**	**6,43**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**294.611,90**	**449.308,66**	**52,51**	**465.000,00**	**3,49**	**500.672,65**	**7,67**	**515.833,66**	**3,03**	**549.137,85**	**6,46**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	220.618,83	263.321,76	19,36	380.000,00	44,31	297.014,44	-21,84	300.588,20	1,20	314.245,85	4,54
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	3.216,02	2.203,33	-31,49	5.000,00	126,93	2.317,90	-53,64	2.431,48	4,90	2.545,76	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	55.869,81	152.903,72	173,68	60.000,00	-60,76	168.854,71	181,42	178.736,59	5,85	196.667,21	10,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	14.907,24	30.879,85	107,15	20.000,00	-35,23	32.485,60	62,43	34.077,39	4,90	35.679,03	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	**652,75**	**1.035,83**	**58,69**	**3.000,00**	**189,62**	**3.089,69**	**2,99**	**3.143,08**	**1,73**	**3.196,86**	**1,71**

Memo. LDO "Relatórios"

29 MAIO 2024

69

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	652,75	1.035,83	58,69	1.000,00	-3,46	1.089,69	8,97	1.143,08	4,90	1.196,80	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.097.177,79	1.137.044,03	3,63	2.000.000,00	75,89	1.296.170,32	-35,19	1.354.782,67	4,52	1.413.757,46	4,35
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	9.184,42	9.017,49	-1,82	20.000,00	121,79	9.486,40	-52,57	9.951,23	4,90	10.418,94	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	190.107,85	161.704,86	-14,94	180.000,00	11,31	170.113,51	-5,49	178.449,07	4,90	186.836,18	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	73.617,15	52.337,79	-28,91	70.000,00	33,75	55.059,36	-21,34	57.757,27	4,90	60.471,86	4,70
Contribuições	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Receita Patrimonial	**12.546.243,30**	**13.333.265,54**	**6,27**	**11.642.700,00**	**-12,68**	**15.065.832,83**	**29,40**	**15.755.058,64**	**4,57**	**16.448.546,40**	**4,40**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Conc Permiss Autor ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Valores Mobiliários	**12.528.933,27**	**13.324.181,52**	**6,35**	**11.642.700,00**	**-12,62**	**15.056.276,44**	**29,32**	**15.745.033,99**	**4,57**	**16.438.050,59**	**4,40**
Juros e Correções Monetárias	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos - Principal	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**27.749.849,86**	**31.194.135,50**	**12,41**	**37.234.000,00**	**19,36**	**38.623.841,05**	**3,73**	**41.746.235,26**	**8,08**	**44.148.082,32**	**5,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.650.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

29 MAR 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	493.520,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	274.259,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	51.200,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	**0,00**	**53.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**31.093.824,00**	**0,00**	**37.184.000,00**	**19,59**	**38.515.769,33**	**3,58**	**41.632.868,03**	**8,09**	**44.029.386,83**	**5,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**23.894.984,60**	**0,00**	**28.342.000,00**	**18,61**	**29.553.852,96**	**4,28**	**31.980.817,75**	**8,21**	**33.284.790,19**	**4,08**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	23.142.828,98	0,00	27.317.000,00	18,04	28.595.968,85	4,68	30.850.171,32	7,88	32.112.129,37	4,09
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	496.322,18	0,00	735.000,00	48,09	648.932,33	-11,71	775.830,01	19,55	802.894,02	3,49
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	203.352,00	0,00	230.000,00	13,10	244.907,31	6,48	285.927,77	16,75	297.016,38	3,88
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	52.481,44	0,00	60.000,00	14,33	64.044,47	6,74	68.888,65	7,56	72.750,42	5,61
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**6.501.427,02**	**0,00**	**8.067.000,00**	**24,08**	**7.990.578,28**	**-0,95**	**8.642.916,62**	**8,16**	**9.597.433,70**	**11,04**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**697.412,38**	**0,00**	**775.000,00**	**11,13**	**971.338,09**	**25,33**	**1.009.133,66**	**3,89**	**1.147.162,94**	**13,68**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços	**280.033,95**	**47.111,50**	**-83,18**	**50.000,00**	**6,13**	**52.105,32**	**4,21**	**54.658,48**	**4,90**	**57.227,43**	**4,70**
Outros Serviços - Principal	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Transferências Correntes	**259.955.655,10**	**293.071.843,22**	**12,74**	**322.901.000,00**	**10,18**	**351.351.579,07**	**8,81**	**375.418.846,44**	**6,85**	**399.619.532,22**	**6,45**
Transferências da União e de suas Entidades	**108.430.440,83**	**120.117.262,94**	**10,78**	**130.001.000,00**	**8,23**	**149.403.360,62**	**14,92**	**160.555.165,28**	**7,46**	**173.785.258,06**	**8,24**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**66.866.787,36**	**69.221.993,80**	**3,52**	**80.001.000,00**	**15,57**	**91.821.537,48**	**14,78**	**100.389.792,81**	**9,33**	**109.980.113,08**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**66.865.044,03**	**69.219.089,05**	**3,52**	**80.000.000,00**	**15,58**	**91.818.481,68**	**14,77**	**100.386.587,28**	**9,33**	**109.976.756,89**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**61.206.371,05**	**63.675.389,61**	**4,03**	**75.000.000,00**	**17,78**	**85.986.509,87**	**14,65**	**94.268.848,85**	**9,63**	**103.571.484,75**	**9,87**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**5.658.672,98**	**5.543.699,44**	**-2,03**	**5.000.000,00**	**-9,81**	**5.831.971,81**	**16,64**	**6.117.738,43**	**4,90**	**6.405.272,14**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.743,33**	**2.904,75**	**66,62**	**1.000,00**	**-65,57**	**3.055,80**	**205,58**	**3.205,53**	**4,90**	**3.356,19**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.356,19	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**3.765.434,24**	**2.629.377,51**	**-30,17**	**2.500.000,00**	**-4,92**	**4.806.105,15**	**92,24**	**5.901.644,30**	**22,79**	**7.038.021,58**	**19,26**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.039.242,17**	**1.284.453,37**	**23,60**	**1.000.000,00**	**-22,15**	**3.351.244,95**	**235,12**	**4.417.455,95**	**31,82**	**5.484.076,38**	**24,15**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70

29 MAIO 2024

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Exploraç	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**6.874.116,42**	**6.131.902,55**	**-10,80**	**6.000.000,00**	**-2,15**	**6.450.761,48**	**7,51**	**6.766.848,79**	**4,90**	**7.084.890,68**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públicos	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**22.835.622,28**	**24.545.741,36**	**7,49**	**25.000.000,00**	**1,85**	**26.822.119,91**	**7,29**	**27.087.403,79**	**0,99**	**28.360.511,77**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públicos	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.438.848,76**	**2.483.055,38**	**72,57**	**1.800.000,00**	**-27,51**	**2.612.174,26**	**45,12**	**2.740.170,80**	**4,90**	**2.868.958,83**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públicos	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**552.977,12**	**471.468,96**	**-14,74**	**500.000,00**	**6,05**	**495.985,35**	**-0,80**	**520.288,63**	**4,90**	**544.742,20**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públicos	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**13.000,00**	**5.350.060,67**	**41.054,31**	**8.500.000,00**	**58,88**	**5.628.263,82**	**-33,79**	**5.904.048,75**	**4,90**	**6.181.539,04**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públicos	13.000,00	5.350.060,67	41.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimen	**2.824.153,56**	**4.682.891,64**	**65,82**	**3.910.000,00**	**-16,50**	**5.926.402,01**	**51,57**	**6.167.795,70**	**4,07**	**6.410.682,10**	**3,94**
Transf.do Salário-Educação	**2.210.521,65**	**2.636.707,20**	**19,28**	**3.000.000,00**	**13,78**	**3.773.815,97**	**25,79**	**3.909.732,95**	**3,60**	**4.046.490,40**	**3,50**
Transf.do Salário-Educação - Principal	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**601.704,00**	**861.827,80**	**43,23**	**890.000,00**	**3,27**	**906.642,85**	**1,87**	**951.068,35**	**4,90**	**995.768,56**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**11.927,91**	**19.571,49**	**64,08**	**20.000,00**	**2,19**	**20.589,21**	**2,95**	**21.598,08**	**4,90**	**22.613,19**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	**0,00**	**1.164.785,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.225.353,98**	**0,00**	**1.285.396,32**	**4,90**	**1.345.809,95**	**4,70**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	0,00	1.164.785,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Enti	67.670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**2.352.532,67**	**3.826.610,27**	**62,66**	**990.000,00**	**-74,13**	**4.025.594,00**	**306,63**	**4.222.848,11**	**4,90**	**4.421.321,97**	**4,70**
Transferência Especial da União	**0,00**	**850.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**894.200,00**	**0,00**	**938.015,80**	**4,90**	**982.102,54**	**4,70**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	894.200,00	0,00	938.015,80	4,90	982.102,54	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**619.262,94**	**728.876,19**	**17,70**	**990.000,00**	**35,83**	**766.777,75**	**-22,55**	**804.349,86**	**4,90**	**842.154,30**	**4,70**

Mem: LDO "Relatórios"

29 MAR 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº	619.262,94	728.876,19	17,70	990.000,00	35,83	766.777,75	-22,55	804.349,86	4,90	842.154,30	4,70
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	**558.026,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art.	558.026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**1.175.243,23**	**2.247.734,08**	**91,26**	**0,00**	**0,00**	**2.364.616,25**	**0,00**	**2.480.482,45**	**4,90**	**2.597.065,13**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	1.175.243,23	2.247.734,08	91,26	0,00	0,00	2.364.616,25	0,00	2.480.482,45	4,90	2.597.065,13	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**110.432.689,88**	**130.115.628,91**	**17,82**	**146.300.000,00**	**12,44**	**148.881.641,61**	**1,76**	**155.588.842,05**	**4,51**	**162.337.517,62**	**4,34**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**92.872.524,57**	**113.966.578,44**	**22,71**	**136.020.000,00**	**19,35**	**131.892.840,52**	**-3,03**	**137.767.589,70**	**4,45**	**143.678.666,42**	**4,29**
Cota-Parte do ICMS	**75.513.148,53**	**89.389.218,09**	**18,38**	**105.000.000,00**	**17,46**	**106.037.457,43**	**0,99**	**110.645.292,84**	**4,35**	**115.281.621,60**	**4,19**
Cota-Parte do ICMS - Principal	75.513.148,53	89.389.218,09	18,38	105.000.000,00	17,46	106.037.457,43	0,99	110.645.292,84	4,35	115.281.621,60	4,19
Cota-Parte do IPVA	**16.447.498,84**	**23.692.873,09**	**44,05**	**30.000.000,00**	**26,62**	**24.924.902,49**	**-16,92**	**26.146.222,71**	**4,90**	**27.375.095,18**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	16.447.498,84	23.692.873,09	44,05	30.000.000,00	26,62	24.924.902,49	-16,92	26.146.222,71	4,90	27.375.095,18	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	**852.225,36**	**872.463,19**	**2,37**	**1.000.000,00**	**14,62**	**917.831,28**	**-8,22**	**962.805,01**	**4,90**	**1.008.056,85**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	852.225,36	872.463,19	2,37	1.000.000,00	14,62	917.831,28	-8,22	962.805,01	4,90	1.008.056,85	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**59.651,84**	**12.024,07**	**-79,84**	**20.000,00**	**66,33**	**12.649,32**	**-36,75**	**13.269,14**	**4,90**	**13.892,79**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econó	59.651,84	12.024,07	-79,84	20.000,00	66,33	12.649,32	-36,75	13.269,14	4,90	13.892,79	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	13.855.122,29	15.728.003,94	13,52	10.000.000,00	-36,42	16.545.860,14	65,46	17.356.607,29	4,90	18.172.367,83	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	157.800,00	0,00	165.532,20	4,90	173.312,21	4,70
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**3.705.043,00**	**271.046,53**	**-92,68**	**280.000,00**	**3,30**	**285.140,95**	**1,84**	**299.112,86**	**4,90**	**313.171,16**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	**1.145.495,94**	**199.812,00**	**-82,56**	**200.000,00**	**0,09**	**210.202,22**	**5,10**	**220.502,13**	**4,90**	**230.865,73**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - P	1.145.495,94	199.812,00	-82,56	200.000,00	0,09	210.202,22	5,10	220.502,13	4,90	230.865,73	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**71.234,53**	**71.234,53**	**0,00**	**80.000,00**	**12,31**	**74.938,73**	**-6,33**	**78.610,73**	**4,90**	**82.305,43**	**4,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	71.234,53	71.234,53	0,00	80.000,00	12,31	74.938,73	-6,33	78.610,73	4,90	82.305,43	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**2.488.312,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**

Menu: LDO "Relatórios"

29 MAIO 2024

13

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Demais Transferências Correntes	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**4.968.822,15**	**2.996.530,84**	**-39,69**	**2.355.500,00**	**-21,39**	**3.354.335,00**	**42,83**	**3.519.387,42**	**4,61**	**3.675.398,63**	**4,43**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Específica	**1.622.992,84**	**1.902.165,31**	**17,20**	**2.000.000,00**	**5,14**	**2.201.077,91**	**10,05**	**2.299.130,73**	**4,45**	**2.397.789,87**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.622.992,84	1.899.422,11	17,03	2.000.000,00	5,30	2.198.192,06	9,91	2.296.103,47	4,45	2.394.620,33	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas	0,00	2.743,20	0,00	0,00	0,00	2.885,85	0,00	3.027,26	4,90	3.169,54	4,70
Multas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**2.676.601,41**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações - Principal	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições - Principal	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Demais Receitas Correntes	**655.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Outras Receitas Correntes	**655.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Outras Receitas	**484.487,18**	**140.391,69**	**-71,02**	**30.000,00**	**-78,63**	**147.692,06**	**392,31**	**154.928,97**	**4,90**	**162.210,64**	**4,70**
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	**484.487,18**	**16.481,58**	**-96,60**	**30.000,00**	**82,02**	**17.338,62**	**-42,20**	**18.188,21**	**4,90**	**19.043,06**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	476.229,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	8.257,33	16.481,58	99,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	**0,00**	**123.910,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.353,44**	**0,00**	**136.740,76**	**4,90**	**143.167,58**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Receitas de Capital	**15.289.200,87**	**39.566.281,95**	**158,79**	**16.700.000,00**	**-57,79**	**21.939.472,55**	**31,37**	**23.161.506,71**	**5,57**	**18.191.097,53**	**-21,46**

29 MAIO 2024

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Operações de Crédito	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Alienação de Bens	868.630,00	8.411.331,42	868,34	5.200.000,00	-38,18	3.849.835,75	-25,96	4.283.477,70	11,26	1.719.801,15	-59,85
Alienação de Bens Móveis	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis - Principal	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Transferências de Capital	9.167.712,89	28.515.408,16	211,04	5.500.000,00	-80,71	15.312.838,23	178,42	15.965.167,31	4,26	13.421.530,18	-15,93
Transferências da União e de suas Entidades	1.623.330,59	5.109.623,00	214,76	5.500.000,00	7,64	6.375.323,39	15,91	6.638.714,24	4,13	4.703.733,81	-29,15
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	199.686,00	534.009,00	167,42	0,00	0,00	561.777,47	0,00	589.304,56	4,90	617.001,87	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	199.686,00	534.009,00	167,42	0,00	0,00	561.777,47	0,00	589.304,56	4,90	617.001,87	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transf de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos d	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transf de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos d	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos d	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transf para o Prog Nacional de Reest.e Aquis de Equip para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	1.273.644,59	3.472.285,68	172,63	5.000.000,00	44,00	3.652.844,53	-26,94	3.831.833,92	4,90	2.011.930,12	-47,49

Menu: LDO "Relatórios"

29 MAR 2024

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**509.327,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**535.812,38**	**0,00**	**562.067,19**	**4,90**	**588.484,35**	**4,70**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**795.812,48**	**2.962.958,32**	**272,32**	**4.000.000,00**	**35,00**	**3.117.032,15**	**-22,07**	**3.269.766,73**	**4,90**	**1.423.445,77**	**-56,47**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**477.832,11**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Inf	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**100.000,00**	**703.328,32**	**603,33**	**0,00**	**0,00**	**739.901,39**	**0,00**	**776.156,56**	**4,90**	**812.635,92**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**100.000,00**	**400.000,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	**0,00**	**303.328,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**319.101,39**	**0,00**	**334.737,36**	**4,90**	**350.470,02**	**4,70**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**7.544.382,30**	**7.509.501,21**	**-0,46**	**0,00**	**0,00**	**5.899.995,27**	**0,00**	**6.287.095,04**	**6,56**	**5.676.588,51**	**-9,71**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**1.744.458,42**	**2.385.846,56**	**36,77**	**0,00**	**0,00**	**2.509.910,58**	**0,00**	**2.632.896,20**	**4,90**	**2.756.642,32**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**1.394.458,42**	**1.351.653,90**	**-3,07**	**0,00**	**0,00**	**1.421.939,90**	**0,00**	**1.491.614,96**	**4,90**	**1.561.720,86**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**0,00**	**950.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**999.400,00**	**0,00**	**1.048.370,60**	**4,90**	**1.097.644,02**	**4,70**
Transf de Convênios dos Estados destinadas a Programas de	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,02	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**350.000,00**	**84.192,66**	**-75,94**	**0,00**	**0,00**	**88.570,68**	**0,00**	**92.910,64**	**4,90**	**97.277,44**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Demais Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

29 MAIO 2024

Prefeitura Municipal de João Monlevade

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receitas Correntes	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	819.534,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	733.794,77	0,00	958.000,00	30,55	913.577,01	-4,64	955.344,29	4,57	996.357,48	4,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	717.846,02	0,00	955.000,00	33,04	893.937,70	-6,39	932.840,65	4,35	971.984,16	4,20
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	42,29	0,00	1.000,00	2.264,53	46,77	-95,32	49,06	4,90	51,37	4,71
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	12.855,47	0,00	1.000,00	-92,22	16.218,15	1.521,82	18.914,84	16,63	20.515,84	8,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	3.050,99	0,00	1.000,00	-67,22	3.374,39	237,44	3.539,74	4,90	3.706,11	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Receitas Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências da União e de suas Entidades	(12.353.227,85)	(12.606.838,70)	2,05	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(12.241.622,55)	(12.606.838,70)	2,98	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FP	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Cota-Parte do ICMS	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do ICMS - Principal	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do IPVA	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
TOTAL DA RECEITA	347.147.902,70	422.598.791,84	21,73	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
RECEITAS CORRRENTES (I)	342.366.058,47	383.032.509,89	11,88	428.300.000,00	11,82	463.060.527,45	8,12	491.838.493,29	6,21	521.808.902,47	6,09
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	329.839.876,92	369.710.650,17	12,09	416.662.300,00	12,70	448.006.693,54	7,52	476.096.021,51	6,27	505.373.534,51	6,15
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	15.289.200,87	39.566.281,95	158,79	16.700.000,00	-57,79	21.939.472,55	31,37	23.161.506,71	5,57	18.191.097,53	-21,46
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	5.252.857,96	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	868.630,00	8.411.331,42	868,34	5.200.000,00	-38,18	3.849.835,75	-25,96	4.283.477,70	11,26	1.719.801,15	-59,85
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	9.167.712,89	28.515.408,16	211,04	5.500.000,00	-80,71	15.312.838,23	178,42	15.965.167,31	4,26	13.421.530,18	-15,93
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	339.007.589,81	398.226.058,33	17,47	422.162.300,00	6,01	463.319.531,77	9,75	492.061.188,82	6,20	518.795.064,69	5,43

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:39:31

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	**304.225.564,00**	**360.253.973,16**	**18,42**	**401.638.000,00**	**11,49**	**424.085.427,12**	**5,59**	**449.153.893,05**	**5,91**	**469.721.396,52**	**4,58**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	153.701.306,27	180.743.821,50	17,59	202.728.800,00	12,16	205.854.747,15	1,54	217.127.221,66	5,48	225.095.227,69	3,67
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRA	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	153.188.554,32	179.702.626,45	17,31	201.398.800,00	12,07	204.759.409,96	1,67	215.978.212,95	5,48	223.892.215,57	3,66
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.530.596,42	1.683.957,10	10,02	1.695.000,00	0,66	2.390.867,54	41,05	2.878.620,05	20,40	2.966.915,19	3,07
PensÃµes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16.290.611,17	34.290.461,76	110,49	40.850.000,00	19,13	45.161.476,79	10,55	47.402.211,05	4,96	48.781.615,05	2,91
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	97.884.408,96	99.593.392,58	1,75	108.355.000,00	8,80	110.327.765,01	1,82	116.342.399,31	5,45	120.168.192,07	3,29
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	31.172.947,83	36.348.459,73	16,60	40.453.200,00	11,29	38.812.863,86	-4,05	40.883.454,19	5,33	43.094.056,55	5,41
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	2.493.639,03	3.102.657,01	24,42	3.803.000,00	22,57	3.263.995,17	-14,17	3.423.930,93	4,90	3.584.855,68	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.233.109,63	3.647.573,79	12,82	5.144.900,00	41,05	3.853.992,89	-25,09	4.039.064,25	4,80	4.225.746,80	4,62
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.375,80	0,00	500,00	-63,66	1.521,63	204,33	1.596,19	4,90	1.671,21	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	583.241,28	1.034.748,68	77,41	1.097.200,00	6,04	946.937,07	-13,70	1.006.936,98	6,34	1.069.163,02	6,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.846.472,64	176.535.340,70	19,40	195.609.200,00	10,80	215.101.178,84	9,96	228.743.824,70	6,34	241.189.028,35	5,44
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN	15.617.221,80	3.910.289,44	-74,96	5.194.000,00	32,83	4.477.383,51	-13,80	4.721.605,31	5,45	4.939.992,75	4,63
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	61.324,61	78.262,28	27,62	120.000,00	53,33	125.090,94	5,08	168.779,40	33,86	182.412,03	8,08
CONTRIBUIÇÕES	1.423.323,58	1.764.250,96	23,95	2.786.000,00	57,91	1.965.992,01	-29,43	2.060.935,62	4,83	2.158.441,59	4,73
SUBVENÇÕES SOCIAIS	14.132.573,61	2.067.776,20	-85,37	2.288.000,00	10,65	2.385.300,56	4,25	2.491.890,29	4,47	2.599.139,13	4,30
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FIN	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANT	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIO	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	120.538.010,97	156.289.433,34	29,66	178.153.100,00	13,99	192.347.192,27	7,97	205.302.163,04	6,74	216.577.836,33	5,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	219.621,71	374.742,28	70,63	352.200,00	-6,02	528.343,56	50,01	554.232,41	4,90	580.281,33	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	11.543.997,35	12.412.005,43	7,52	17.661.900,00	42,30	20.847.779,01	18,04	24.483.300,18	17,44	28.065.848,12	14,63

29 MAI 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Despesas											
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DE	36.513,58	197.947,13	442,12	201.000,00	1,54	208.815,48	3,89	219.047,44	4,90	229.342,68	4,70
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.143.834,18	3.398.458,56	8,10	4.319.000,00	27,09	4.575.273,50	5,93	4.750.461,90	3,83	4.926.733,61	3,71
Passagens e Despesas com Locomoção	1.048,80	17.686,57	1.586,36	13.900,00	-21,41	19.561,35	40,73	20.519,86	4,90	21.484,29	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CC	512.470,82	527.655,05	2,96	650.000,00	23,19	555.093,11	-14,60	582.292,67	4,90	609.660,43	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	304.592,90	540.216,43	77,30	1.509.000,00	179,33	633.420,33	-58,02	665.357,92	5,04	698.729,75	5,02
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	2.253.372,01	3.171.979,54	40,77	3.606.450,00	13,70	3.557.953,25	-1,34	3.726.822,96	4,75	3.922.624,48	5,25
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	81.929.815,79	111.661.269,84	36,29	122.548.950,00	9,75	133.457.627,09	8,90	140.575.050,82	5,33	146.179.204,28	3,99
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	1.711.995,65	2.466.764,47	44,09	3.510.000,00	42,29	3.612.907,43	2,93	3.740.449,90	3,53	3.868.781,05	3,43
SUBVENÇÕES SOCIAIS	137.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.464.506,47	14.684.650,49	40,33	17.094.000,00	16,41	17.125.258,42	0,18	18.237.996,09	6,50	19.269.981,91	5,66
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.313.453,70	3.530.669,53	6,56	3.406.300,00	-3,52	3.744.623,56	9,93	4.018.250,12	7,31	4.236.907,88	5,44
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.773.507,10	222.231,99	-87,47	470.000,00	111,49	233.788,05	-50,26	245.243,66	4,90	256.770,11	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.189.014,64	967.023,55	-18,67	1.213.000,00	25,44	1.058.609,27	-12,73	1.186.981,13	12,13	1.306.734,24	10,09
Sentenças Judiciais	1.073.618,28	1.039.339,34	-3,19	812.300,00	-21,84	1.055.435,07	29,93	1.107.151,00	4,90	1.159.143,96	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	239,70	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	928.745,29	1.076.793,14	15,94	772.500,00	-28,26	1.132.703,79	46,63	1.189.004,98	4,97	1.245.608,21	4,76
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENT	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRG	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
DESPESAS DE CAPITAL	**37.924.612,87**	**55.267.672,72**	**45,73**	**40.362.000,00**	**-26,97**	**56.914.572,88**	**41,01**	**60.846.106,95**	**6,91**	**64.278.603,48**	**5,64**
INVESTIMENTOS	34.676.694,54	52.801.387,37	52,27	37.962.000,00	-28,10	54.320.040,69	43,09	58.124.442,68	7,00	61.429.020,99	5,69
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANT	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	33.929.221,03	52.636.644,70	55,14	37.836.800,00	-28,12	52.146.731,40	37,82	55.942.641,24	7,28	59.238.674,88	5,89
MATERIAL DE CONSUMO	764.851,65	657.324,97	-14,06	5.000,00	-99,24	384.923,74	7.598,47	574.885,00	49,35	572.883,59	-0,35

29 MAI 2024

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Despesas											
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	84.823,28	387.822,46	357,21	945.000,00	143,67	838.028,07	-11,32	984.691,45	17,50	1.035.971,95	5,21
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	0,00	15.480,00	0,00	0,00	0,00	16.284,96	0,00	17.082,92	4,90	17.885,82	4,70
OBRAS E INSTALAÇÕES	25.678.963,47	42.313.396,51	58,60	32.179.000,00	-23,95	43.093.070,92	33,92	45.777.631,40	6,23	48.559.180,59	6,08
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.190.684,71	7.087.991,09	14,49	4.707.800,00	-33,58	7.801.979,39	65,72	8.575.296,38	9,91	9.039.105,30	5,41
Aquisição de Imóveis	0,00	2.162.810,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	209.897,92	11.829,20	-94,36	0,00	0,00	12.444,32	0,00	13.054,09	4,90	13.667,63	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE T	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**33,33**	**5.000.000,00**	**25,00**	**6.000.000,00**	**20,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
ARRECADADORA	**387.751.465,74**	**457.065.157,67**	**170,88**	**485.887.200,00**	**-45,41**	**526.106.322,10**	**38,83**	**559.878.529,87**	**12,03**	**589.662.708,77**	**-14,98**
Receitas Correntes	**372.462.264,87**	**417.498.875,72**	**12,09**	**469.187.200,00**	**12,38**	**504.166.849,55**	**7,46**	**536.717.023,16**	**6,46**	**571.471.611,24**	**6,48**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.963.714,67	69.611.243,39	16,09	87.254.000,00	25,34	86.090.227,79	-1,33	90.230.580,93	4,81	96.154.932,22	6,57
Impostos	58.298.363,01	67.800.794,73	16,30	84.516.000,00	24,65	84.055.635,86	-0,54	88.110.663,95	4,82	93.931.113,13	6,61
Impostos sobre o Patrimônio	17.314.255,61	18.356.136,86	6,02	23.761.000,00	29,44	22.010.655,98	-7,37	23.956.878,12	8,84	26.782.025,80	11,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	13.377.594,99	14.326.141,84	7,09	18.760.000,00	30,95	17.371.101,22	-7,40	19.109.585,18	10,01	21.625.710,09	13,17
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	10.507.356,64	11.264.336,41	7,20	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	0,00	11.264.336,41	0,00	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	55.294,31	67.897,23	22,79	100.000,00	47,28	71.427,89	-28,57	74.927,86	4,90	78.449,47	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	2.114.616,23	2.458.630,89	16,27	3.000.000,00	22,02	2.786.479,70	-7,12	2.913.217,21	4,55	3.140.738,42	7,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	700.327,81	535.277,31	-23,57	660.000,00	23,30	663.111,73	0,47	690.704,20	4,16	718.467,30	4,02
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.001.000,00	24,09	4.639.554,76	-7,23	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost sobre Transm Int Vivos de Bens Imóveis e de Direit	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.000.000,00	24,07	4.639.554,76	-7,21	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost sobre Transm Int Vivos de Bens Imóveis e de Direi	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prir	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	55.593,41	359.446,95	546,66	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendin	55.593,41	359.446,95	546,66	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Impostos sobre Serviços	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	32.585.845,65	37.093.230,29	13,83	44.000.000,00	18,62	47.022.078,27	6,87	48.503.392,63	3,15	50.858.065,64	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	4.854,84	7.920,48	63,15	5.000,00	-36,87	8.332,34	66,65	8.740,62	4,90	9.151,43	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	356.158,81	477.926,36	34,19	400.000,00	-16,31	502.778,53	25,69	527.414,68	4,90	552.203,17	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	131.749,85	146.733,26	11,37	200.000,00	36,30	154.363,39	-22,82	161.927,20	4,90	169.537,78	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	1.665.351,86	1.810.448,66	8,71	2.738.000,00	51,23	2.034.591,93	-25,69	2.119.916,98	4,19	2.223.819,09	4,90
Taxas	295.264,65	450.344,49	52,52	468.000,00	3,92	503.762,34	7,64	518.976,74	3,02	552.334,65	6,43
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	294.611,90	449.308,66	52,51	465.000,00	3,49	500.672,65	7,67	515.833,66	3,03	549.137,85	6,46
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	220.618,83	263.321,76	19,36	380.000,00	44,31	297.014,44	-21,84	300.588,20	1,20	314.245,85	4,54
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	3.216,02	2.203,33	-31,49	5.000,00	126,93	2.317,90	-53,64	2.431,48	4,90	2.545,76	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Jur	55.869,81	152.903,72	173,68	60.000,00	-60,76	168.854,71	181,42	178.236,59	5,85	196.667,21	10,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa											
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mo	14.907,24	30.879,85	107,15	20.000,00	-35,23	32.485,60	62,43	34.077,39	4,90	35.679,03	4,70

29 MAIO 2024

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	652,75	1.035,83	58,69	3.000,00	189,62	3.089,69	2,99	3.143,08	1,73	3.196,80	1,71
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	652,75	1.035,83	58,69	1.000,00	-3,46	1.089,69	8,97	1.143,08	4,90	1.196,80	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jur	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	1.370.087,21	1.360.104,17	-0,73	2.270.000,00	66,90	1.530.829,59	-32,56	1.600.940,24	4,58	1.671.484,44	4,41
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	1.370.087,21	1.360.104,17	-0,73	2.270.000,00	66,90	1.530.829,59	-32,56	1.600.940,24	4,58	1.671.484,44	4,41
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.097.177,79	1.137.044,03	3,63	2.000.000,00	75,89	1.296.170,32	-35,19	1.354.782,67	4,52	1.413.757,46	4,35
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	9.184,42	9.017,49	-1,82	20.000,00	121,79	9.486,40	-52,57	9.951,23	4,90	10.418,94	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	190.107,85	161.704,86	-14,94	180.000,00	11,31	170.113,51	-5,49	178.449,07	4,90	186.636,18	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	73.617,15	52.337,79	-28,91	70.000,00	33,75	55.059,36	-21,34	57.757,27	4,90	60.471,86	4,70
Contribuições	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públ	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Receita Patrimonial	12.546.243,30	13.333.265,54	6,27	11.642.700,00	-12,68	15.065.832,83	29,40	15.755.058,64	4,57	16.448.546,40	4,40
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Conc Permiss Autor ou Cessão do Direito de Uso de Bens	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Valores Mobiliários	12.528.933,27	13.324.181,52	6,35	11.642.700,00	-12,62	15.056.276,44	29,32	15.745.033,99	4,57	16.438.050,59	4,40
Juros e Correções Monetárias	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Remuneração de Depósitos Bancários	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Dividendos	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Dividendos	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Dividendos - Principal	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	27.749.849,86	31.194.135,50	12,41	37.234.000,00	19,36	38.623.841,05	3,73	41.746.235,26	8,08	44.148.082,32	5,75

29 MAIO 2024

Câmara Municipal

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.469.815,91	53.200,00	-99,81	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.469.815,91	53.200,00	-99,81	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.469.815,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.650.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	493.520,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ati	274.259,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	51.200,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Outros Serviços	280.033,95	31.140.935,50	11.020,41	37.234.000,00	19,57	38.567.874,65	3,58	41.687.526,51	8,09	44.086.614,26	5,75
Outros Serviços	280.033,95	31.140.935,50	11.020,41	37.234.000,00	19,57	38.567.874,65	3,58	41.687.526,51	8,09	44.086.614,26	5,75
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	31.093.824,00	0,00	37.184.000,00	19,59	38.515.769,33	3,58	41.632.868,03	8,09	44.029.386,83	5,76
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	23.894.984,60	0,00	28.342.000,00	18,61	29.553.852,96	4,28	31.980.817,75	8,21	33.284.790,19	4,08
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	23.142.828,96	0,00	27.317.000,00	18,04	28.595.968,85	4,68	30.850.171,32	7,88	32.112.129,37	4,09
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	496.322,18	0,00	735.000,00	48,09	648.932,33	-11,71	775.830,01	19,55	802.894,02	3,49
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	203.352,00	0,00	230.000,00	13,10	244.907,31	6,48	285.927,77	16,75	297.016,38	3,88
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	52.481,44	0,00	60.000,00	14,33	64.044,47	6,74	68.888,65	7,56	72.750,42	5,61
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Outros Serviços - Principal	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Transferências Correntes	259.955.655,10	293.071.843,22	12,74	322.901.000,00	10,18	351.351.579,07	8,81	375.418.846,44	6,85	399.619.532,22	6,45
Transferências da União e de suas Entidades	108.430.440,83	120.117.262,94	10,78	130.001.000,00	8,23	149.403.360,62	14,92	160.555.165,28	7,46	173.765.258,06	8,24
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	66.866.787,36	69.221.993,80	3,52	80.001.000,00	15,57	91.821.537,48	14,78	100.389.792,81	9,33	109.980.113,08	9,55
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	66.865.044,03	69.219.089,05	3,52	80.000.000,00	15,58	91.818.481,68	14,77	100.386.587,28	9,33	109.976.756,89	9,55
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.356,19	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobra a Propriedade Territorial Rur	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.356,19	4,70

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências das Compensações Financeiras pela Explor	3.765.434,24	2.629.377,51	-30,17	2.500.000,00	-4,92	4.806.105,15	92,24	5.901.644,30	22,79	7.038.021,58	19,26
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Princip	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70
Outras Transferências decorrentes de Compensação Finar	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf dec.de Compensação Financeira pela Explo	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf de Rec do Sistema Único de Saúde – SUS	31.714.564,58	38.982.228,92	22,92	41.800.000,00	7,23	42.009.304,82	0,50	43.018.760,76	2,40	45.040.642,52	4,70
Transf de Rec do Sistema Único de Saúde – SUS – Repas	31.714.564,58	38.982.228,92	22,92	41.800.000,00	7,23	42.009.304,82	0,50	43.018.760,76	2,40	45.040.642,52	4,70
Transf.de Rec do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf de Rec do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públi	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf de Rec do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públi	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf de Rec do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf.de Rec do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públi	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf de Rec do Bloco de Manut das Ações e Serv Públi	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf de Rec do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	13.000,00	5.350.060,67	41.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf de Rec do Bloco de Manut.das Ações e Serv Públi	13.000,00	5.350.060,67	41.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf de Rec do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf de Rec do Bloco de Manut das Ações e Serv Públi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	2.824.153,56	4.682.891,64	65,82	3.910.000,00	-16,50	5.926.402,01	51,57	6.167.795,70	4,07	6.410.682,10	3,94
Transf do Salário-Educação	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf do Salário-Educação - Principal	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf ref ao Prog Nacional de Alimentação Escolar – PNA	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf ref ao Prog Nacional de Alimentação Escolar – PNA	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf ref ao Prog Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Transf ref ao Prog Nacional de Apoio ao Transporte do Es	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	0,00	1.164.765,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	0,00	1.164.765,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Transf de Rec do Fundo Nacional de Assistência Social – F	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70
Transf de Rec do Fundo Nacional de Assistência Social – F	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade
29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assisté	839 297,54	774 160,80	-7,76	800 000,00	3,34	814 417,16	1,80	854 323,60	4,90	894 476,81	4,70
Transf de Conv da União e de Suas Entidades	67 670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	67 670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas	67 670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	2 352 532,67	3 826 510,27	62,66	990 000,00	-74,13	4 025 594,00	306,63	4 222 848,11	4,90	4 421 321,97	4,70
Transferência Especial da União	0,00	850 000,00	0,00	0,00	0,00	894 200,00	0,00	938 015,80	4,90	982 102,54	4,70
Transferência Especial da União - Principal	0,00	850 000,00	0,00	0,00	0,00	894 200,00	0,00	938 015,80	4,90	982 102,54	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	619 262,94	728 876,19	17,70	990 000,00	35,83	766 777,75	-22,55	804 349,86	4,90	842 154,30	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	619 262,94	728 876,19	17,70	990 000,00	35,83	766 777,75	-22,55	804 349,86	4,90	842 154,30	4,70
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	558 026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS	558 026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	1 175 243,23	2 247 734,08	91,26	0,00	0,00	2 364 616,25	0,00	2 480 482,45	4,90	2 597 065,13	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	1 175 243,23	2 247 734,08	91,26	0,00	0,00	2 364 616,25	0,00	2 480 482,45	4,90	2 597 065,13	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	110 432 689,86	130 115 628,91	17,82	146 300 000,00	12,44	148 881 641,61	1,76	155 588 842,05	4,51	162 337 517,62	4,34
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	92 872 524,57	113 966 578,44	22,71	136 020 000,00	19,35	131 892 840,52	-3,03	137 767 589,70	4,45	143 678 666,42	4,29
Cota-Parte do ICMS	75 513 148,53	89 389 218,09	18,38	105 000 000,00	17,46	106 037 457,43	0,99	110 645 292,84	4,35	115 281 621,60	4,19
Cota-Parte do ICMS - Principal	75 513 148,53	89 389 218,09	18,38	105 000 000,00	17,46	106 037 457,43	0,99	110 645 292,84	4,35	115 281 621,60	4,19
Cota-Parte do IPVA	16 447 498,84	23 692 873,09	44,05	30 000 000,00	26,62	24 924 902,49	-16,92	26 146 222,71	4,90	27 375 095,18	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	16 447 498,84	23 692 873,09	44,05	30 000 000,00	26,62	24 924 902,49	-16,92	26 146 222,71	4,90	27 375 095,18	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	852 225,36	872 463,19	2,37	1 000 000,00	14,62	917 831,28	-8,22	962 805,01	4,90	1 008 056,85	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	852 225,36	872 463,19	2,37	1 000 000,00	14,62	917 831,28	-8,22	962 805,01	4,90	1 008 056,85	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ecc	59 651,84	12 024,07	-79,84	20 000,00	66,33	12 649,32	-36,75	13 269,14	4,90	13 892,79	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	59 651,84	12 024,07	-79,84	20 000,00	66,33	12 649,32	-36,75	13 269,14	4,90	13 892,79	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	13 855 122,29	15 728 003,94	13,52	10 000 000,00	-36,42	16 545 860,14	65,46	17 356 607,29	4,90	18 172 367,83	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	13 855 122,29	15 728 003,94	13,52	10 000 000,00	-36,42	16 545 860,14	65,46	17 356 607,29	4,90	18 172 367,83	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	13 855 122,29	15 728 003,94	13,52	10 000 000,00	-36,42	16 545 860,14	65,46	17 356 607,29	4,90	18 172 367,83	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	157 800,00	0,00	165 532,20	4,90	173 312,21	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	157 800,00	0,00	165 532,20	4,90	173 312,21	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	157 800,00	0,00	165 532,20	4,90	173 312,21	4,70
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	3 705 043,00	271 046,53	-92,68	280 000,00	3,30	285 140,95	1,84	299 112,86	4,90	313 171,16	4,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	1 145 495,94	199 812,00	-82,56	200 000,00	0,09	210 202,22	5,10	220 502,13	4,90	230 865,73	4,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	1 145 495,94	199 812,00	-82,56	200 000,00	0,09	210 202,22	5,10	220 502,13	4,90	230 865,73	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	71 234,53	71 234,53	0,00	80 000,00	12,31	74 938,73	-6,33	78 610,73	4,90	82 305,43	4,70

Câmara Municipal de João Monlevade
29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	71.234,53	71.234,53	0,00	80.000,00	12,31	74.938,73	-6,33	78.610,73	4,90	82.305,43	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Instituições Privadas	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Pri	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Transferências de Recursos do FUNDEB	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Transferências de Recursos do FUNDEB	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Demais Transferências Correntes	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.968.822,15	2.996.530,84	-39,69	2.355.500,00	-21,39	3.364.335,00	42,83	3.519.387,42	4,61	3.675.398,63	4,43
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.637.033,26	1.911.600,05	16,77	2.020.000,00	5,67	2.211.003,26	9,46	2.309.542,42	4,46	2.408.690,91	4,29
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.637.033,26	1.911.600,05	16,77	2.020.000,00	5,67	2.211.003,26	9,46	2.309.542,42	4,46	2.408.690,91	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica	1.622.992,84	1.902.165,31	17,20	2.000.000,00	5,14	2.201.077,91	10,05	2.299.130,73	4,45	2.397.789,87	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.622.992,84	1.899.422,11	17,03	2.000.000,00	5,30	2.198.192,06	9,91	2.296.103,47	4,45	2.394.620,33	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas	0,00	2.743,20	0,00	0,00	0,00	2.885,85	0,00	3.027,26	4,90	3.169,54	4,70
Multas por Danos Ambientais	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.676.601,41	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Indenizações	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Outras Restituições	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Outras Restituições - Principal	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70

Câmara Municipal de João Monlevade
29 NOV 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Demais Receitas Correntes	655.187,48	652.982,33	-0,34	330.000,00	-49,46	686.937,41	108,16	720.597,34	4,90	754.465,42	4,70
Outras Receitas Correntes	655.187,48	652.982,33	-0,34	330.000,00	-49,46	686.937,41	108,16	720.597,34	4,90	754.465,42	4,70
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Ônus de Sucumbência	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Ônus de Sucumbência - Principal	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Outras Receitas	484.487,18	140.391,69	-71,02	30.000,00	-78,63	147.692,06	392,31	154.928,97	4,90	162.210,64	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela I	484.487,18	16.481,58	-96,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receit Não Arrec e Não Projet pela RFB - Primária	476.229,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receit Não Arrec e Não Projet pela RFB - Primária	8.257,33	16.481,58	99,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela I	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Outras Receit Não Arrec e Não Projet pela RFB - Finance	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Receitas de Capital	**15.289.200,87**	**39.566.281,95**	**158,79**	**16.700.000,00**	**-57,79**	**21.939.472,55**	**31,37**	**23.161.506,71**	**5,57**	**18.191.097,53**	**-21,46**
Operações de Crédito	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Alienação de Bens	868.630,00	8.411.331,42	868,34	5.200.000,00	-38,18	3.849.835,75	-25,96	4.283.477,70	11,26	1.719.801,15	-59,85
Alienação de Bens Móveis	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis - Principal	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Transferências de Capital	9.167.712,89	28.515.406,16	211,04	5.500.000,00	-80,71	15.312.838,23	178,42	15.965.167,31	4,26	13.421.530,18	-15,93
Transferências da União e de suas Entidades	1.623.330,59	5.109.623,00	214,76	5.500.000,00	7,64	6.375.323,39	15,91	6.638.714,24	4,13	4.703.733,81	-29,15
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - S	199.686,00	534.009,00	167,42	0,00	0,00	561.777,47	0,00	589.304,56	4,90	617.001,87	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	199.686,00	534.009,00	167,42	0,00	0,00	561.777,47	0,00	589.304,56	4,90	617.001,87	4,70

29 nov 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transf.de Rec do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públic	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transf.de Rec do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públic	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públic	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.p	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.273.644,59	3.472.285,68	172,63	5.000.000,00	44,00	3.652.844,53	-26,94	3.831.833,92	4,90	2.011.930,12	-47,49
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	100.000,00	703.328,32	603,33	0,00	0,00	739.901,39	0,00	776.156,56	4,90	812.635,92	4,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas E	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	7.544.382,30	7.509.501,21	-0,46	0,00	0,00	5.899.995,27	0,00	6.287.095,04	6,56	5.676.588,51	-9,71
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	1.744.458,42	2.385.846,56	36,77	0,00	0,00	2.509.910,58	0,00	2.632.896,20	4,90	2.756.642,32	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,02	4,70

Câmara Municipal de João Monlevade
29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transf de Convênios dos Estados destinadas a Programas	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,02	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e c	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Princip	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Transferências de Instituições Privadas	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**819.574,50**	**931.384,79**	**13,64**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Receitas Correntes	**819.574,50**	**931.384,79**	**13,64**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Receita de Serviços	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	819.534,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	733.794,77	0,00	958.000,00	30,55	913.577,01	-4,64	955.344,29	4,57	996.357,48	4,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	717.846,02	0,00	955.000,00	33,04	893.937,70	-6,39	932.840,65	4,35	971.984,16	4,20
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	42,29	0,00	1.000,00	2.264,63	46,77	-95,32	49,06	4,90	51,37	4,71
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	12.855,47	0,00	1.000,00	-92,22	16.218,15	1.521,82	18.914,84	16,63	20.615,84	8,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	3.050,99	0,00	1.000,00	-67,22	3.374,39	237,44	3.539,74	4,90	3.706,11	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade - Aprovado

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
DEDUÇÃO FUNDEB	**(30.915.780,90)**	**(35.397.750,62)**	**14,50**	**(42.200.200,00)**	**19,22**	**(42.238.433,67)**	**0,09**	**(46.063.116,91)**	**9,05**	**(50.899.083,41)**	**10,50**
Receitas Correntes	**(30.915.780,90)**	**(35.397.750,62)**	**14,50**	**(42.200.200,00)**	**19,22**	**(42.238.433,67)**	**0,09**	**(46.063.116,91)**	**9,05**	**(50.899.083,41)**	**10,50**
Transferências Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências da União e de suas Entidades	(12.353.227,85)	(12.606.638,70)	2,05	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da I	(12.241.622,55)	(12.606.638,70)	2,98	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Cota-Parte do ICMS	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do ICMS - Principal	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do IPVA	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(170.445,06)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(170.445,06)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70

29 MAIO 2024

Monlevade - Câmara Municipal

93

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	342.150.176,87	415.521.645,88	21,44	445.000.000,00	7,09	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
DESPESAS CORRENTES (X)	304.225.564,00	360.253.973,16	18,42	401.638.000,00	11,49	424.085.427,12	5,59	449.153.893,05	5,91	469.721.396,52	4,58
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	301.547.778,91	357.279.162,20	18,48	398.338.000,00	11,49	420.955.925,99	5,68	445.871.046,36	5,92	466.284.256,04	4,58
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	37.924.612,87	55.267.672,72	45,73	40.362.000,00	-26,97	56.914.572,88	41,01	60.846.106,95	6,91	64.278.603,48	5,64
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	34.676.694,54	52.801.387,37	52,27	37.962.000,00	-28,10	54.320.040,69	43,09	58.124.442,68	7,00	61.429.020,99	5,69
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	336.224.473,45	410.080.549,57	21,97	439.300.000,00	7,13	479.275.966,68	9,10	508.995.489,04	6,20	533.713.277,03	4,86
TOTAL DA RECEITA	347.147.902,70	422.598.791,84	21,73	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
RECEITAS CORRRENTES (I)	342.366.058,47	383.032.509,89	11,88	428.300.000,00	11,82	463.060.527,45	8,12	491.838.493,29	6,21	521.808.902,47	6,09
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	329.839.876,92	369.710.650,17	12,09	416.662.300,00	12,70	448.006.693,54	7,52	476.096.021,51	6,27	505.373.534,51	6,15
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	15.289.200,87	39.566.281,95	158,79	16.700.000,00	-57,79	21.939.472,55	31,37	23.161.506,71	5,57	18.191.097,53	-21,46
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	868.630,00	8.411.331,42	868,34	5.200.000,00	-38,18	3.849.835,75	-25,96	4.283.477,70	11,26	1.719.801,15	-59,85
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	9.167.712,89	28.515.408,16	211,04	5.500.000,00	-80,71	15.312.838,23	178,42	15.965.167,31	4,26	13.421.530,18	-15,93
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	339.007.589,81	398.226.058,33	17,47	422.162.300,00	6,01	463.319.531,77	9,75	492.061.188,82	6,20	518.795.064,69	5,43
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	2.783.116,36	(11.854.491,24)	-525,94	(17.137.700,00)	44,57	(15.956.434,91)	-6,89	(16.934.300,22)	6,13	(14.918.212,34)	-11,91

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:52:17

29 MAIO 2024

Câmara Municipal - Monlevade

94

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

2025

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.649.395,54	16.109.031,77	16.325.596,85	16.682.498,10	18.056.110,12	18.940.859,52	19.831.079,92
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	14.649.395,54	16.109.031,77	16.325.596,85	16.682.498,10	18.056.110,12	18.940.859,52	19.831.079,92
DEDUÇÕES (II)	67.250.082,89	89.497.376,38	100.173.632,94	114.299.639,10	115.792.038,04	122.220.847,90	128.683.227,76
Ativo Disponível	71.631.379,99	97.609.019,59	110.058.542,60	118.302.109,41	121.724.748,12	127.689.260,78	133.690.656,04
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.329,27	26.570,40	27.819,21
(-) Restos a Pagar	4.404.198,79	8.134.544,90	9.907.811,35	4.025.372,00	5.958.039,35	5.494.983,28	5.035.247,49
Dívida Consolidada Líquida	-52.600.687,35	-73.388.344,61	-83.848.036,09	-97.617.141,00	-97.735.927,92	-103.279.988,38	-108.852.147,84

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:34:28

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

95

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

2025

(R$)

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2022 (b)	2023 (c)	2024 (d)	2025 (e)	2026 (f)	2027 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.109.031,77	16.325.596,85	16.682.498,10	18.056.110,12	18.940.859,52	19.831.079,92
DEDUÇÕES (II)	89.497.376,36	100.173.632,94	114.299.639,10	115.792.038,04	122.220.847,90	128.683.227,76
Ativo Disponível	97.609.019,59	110.058.542,80	118.302.109,41	121.724.748,12	127.689.260,78	133.690.656,04
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.329,27	26.570,40	27.819,21
(-) Restos a Pagar	8.134.544,90	9.907.811,35	4.025.372,00	5.958.039,35	5.494.983,28	5.035.247,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-73.388.344,61	-83.848.036,09	-97.617.141,00	-97.735.927,92	-103.279.988,38	-108.852.147,84
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-73.388.344,61	-83.848.036,09	-97.617.141,00	-97.735.927,92	-103.279.988,38	-108.852.147,84

Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	20.787.657,26	10.459.691,48	13.769.104,91	118.786,92	5.544.060,46	5.572.159,46

Notas:
- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2021(R$ -52.600.687,35)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:21:59

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade 96

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL DE JOAO MONLEVADE - SIAFIC

Programa: 0101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.001	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.004	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.005	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	AUDITORIA INTERNA
2.008	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	PESSOAL CIVIL
2.009	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.011	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.012	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	APOSENTADORIA
2.014	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.015	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.016	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.017	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
2.018	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL DE JOAO MONLEVADE - SIAFIC

Programa: 0102 - PROMOÇÃO DE POLÍTICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, ALÉM DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.002	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2.003	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA
2.143	GESTÃO DA UNIDADE UAI COMPARTILHA	USUÁRIO	ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO
Total Programa			

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - SIAFIC

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E AUXILIEM NAS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.117	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.118	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.123	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.124	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

Unidade Gestora: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - SIAFIC

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVIÇO ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.025	EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA
1.026	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS MANTIDA
1.027	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT- EAB E RECALQUES	M²	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS
1.028	CONSTRUÇÃO DE ETE'S	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	ETE'S CONSTRUÍDAS
1.029	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS
1.030	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	M²	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS
2.120	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EAB-EAT - REDES - RESERVATÓRIOS E RECALQUES)	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.121	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.122	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORA - FOSSAS E ETE's)	SERVIÇO	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS
Total Programa			

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade - MG
98

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1301 - APOIO ADMINISTRATIVO À FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA

OBJETIVO: EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA CASA DE CULTURA, ALÉM DAS MELHORIAS NA ESTRUTURA FÍSICA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.130	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

Unidade Gestora: FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1302 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

OBJETIVO: PROMOVER ACESSO À CULTURA ATRAVÉS DE EVENTOS, FESTIVAIS, OFICINAS E AÇÕES DE FORMAÇÃO, FOMENTAR AS ARTES E DAR APOIO E INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS AGENTES CULTURAIS MUNICIPAIS PARA DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.033	APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	EVENTO	EVENTOS APOIADOS E REALIZADOS
2.131	AÇÕES DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CULTURA	CURSO	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA
2.132	GESTÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA CONTINUADA	CURSO E ATIVIDADE CULTURAL	CURSOS E ATIVIDADES MANTIDOS
2.137	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO AO TURISMO LOCAL	UNIDADE	FOMENTO AO TURISMO
2.144	AÇÕES DE FOMENTO A ATIVIDADE CULTURAL	PROJETO	PROJETOS CULTURAIS APOIADOS

Unidade Gestora: FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1303 - RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

OBJETIVO: REALIZAR POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, DIFUNDIR A MEMÓRIA, AS TRADIÇÕES E FOMENTAR MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.034	CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA MONLEVADENSE	CENTRO	SALVAGUARDA DA MEMÓRIA MONLEVADENSE
2.133	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, DIFUSÃO E RESGATE DOS BENS CULTURAIS DE JOÃO MONLEVADE	AÇÃO	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E TRADIÇÕES
Total Programa			

29 MAIO 2024

Câmara Municipal - Protocolo
99

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: FUNDACAO MUNICIPAL CRE-SER - SIAFIC

Programa: 0804 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDAÇÃO CRÊ-SER

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM A MINIMIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; CAPACITAR ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDER ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

Unidade Gestora: FUNDACAO MUNICIPAL CRE-SER - SIAFIC

Programa: 0805 - PROGRAMA HUMANIZAR

OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESANAIS, LÚDICAS, PEDAGÓGICA E ESPORTIVAS; CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.031	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.126	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	CRIANÇAS ABRIGADAS
2.127	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	INICIAÇÃO PROFISSINAL DE ADOLESCENTES
2.128	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
2.129	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
Total Programa			

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Mem: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS
OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS ÀS QUAIS NÃO SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS/COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	DÍVIDA QUITADA
0.005	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	PAGAMENTO GARANTIDO

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade
101

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVISÕES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESSÁRIAS PARA DAR SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.019	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.020	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.026	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.031	APOIO E SUPORTE A EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	SUPORTE A EVENTOS GOVERNAMENTAIS
2.032	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.033	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.034	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	CAMPANHA	POULAÇÃO INFORMADA - UTILIDADE PÚBLICA
2.035	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.036	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.040	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.058	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.077	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.083	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.093	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.149	GESTÃO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E P	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade 109

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0402 - ESTRUTURAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA GOVERNANÇA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO UMA ESTRUTURA MODERNA, EFICIENTE, QUALIFICADA E DIGNA AO SERVIDOR PÚBLICO E À POPULAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO RESPOSTAS ÁGEIS E EFETIVAS ÀS DEMANDAS E OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE INFORMAÇÕES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.010	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.021	GESTÃO E SUPERVISÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	REGIONAL	CIDADÃO OUVIDO
2.023	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.025	GESTÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	SERVIÇO	MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ORGÃO PÚBLICO E A SOCIEDADE
2.027	GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS - ENTES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.037	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.038	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.039	AÇÕES DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.135	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP GESTÃO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0403 - GESTÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ

OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROCESSOS DE GERENCIAMENTOS MODERNOS E EFICAZES VOLTADOS PARA O INCREMENTO DA RECEITA MUNICIPAL E CONSEQUENTE MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNÍCIPES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.003	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	PERCENTUAL DE INCREMENTO DA RECEITA	INCREMENTO TRIBUTÁRIO
2.041	GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO	SERVIÇO	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0601 - POLÍTICAS DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO

OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PREPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AFETADAS POR SITUAÇÃO DE DESASTRE E EMERGENCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.078	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	OCORRÊNCIA	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Câmara Municipal de João Monlevade
103

29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMA ,PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DA CAPACITAÇÃO, APOIO TÉCNICO E GESTÃO DO SUAS. APOIAR O CONTROLE SOCIAL E A GESTÃO DESCENTRALIZADA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.062	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.063	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇO	DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ZELADOS
2.064	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.073	GESTÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	SERVIÇO	UM FUTURO MELHOR
2.074	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.075	GESTÃO E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÃO	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0802 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DAS FAMÍLIAS, PREVENIR A RUPTURA DE SEUS VÍNCULOS, PROMOVER SEU ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE AÇÕES DE CARÁTER PREVENTIVO, PROTETIVO E PROATIVO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.066	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	ENTIDADES ASSISTIDAS
2.069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PESSOA	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, A DEFESA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO E RISCO SOCIAL E PESSOAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.065	APOIO E PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PESSOA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
2.070	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.071	AÇÕES DE AMPARO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA	PESSOA	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA
2.072	AÇÕES DE PROTEÇÃO A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS
2.139	AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA RESIDÊNCIA INCLUSIVA	PESSOA	MORADIA DIGNA AO DEFICIENTE

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO: PROMOVER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SUS COM A ESTRUTURAÇÃO DOS SEUS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR QUE SE CONFIGURE NUM PROCESSO DINÂMICO, EFICIENTE, PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM AS POLÍTICAS DO SUS E COM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO MONLEVADENSE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.097	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.098	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	REUNIÃO	CONSELHO MANTIDO
2.099	GARANTIA DOS AUXÍLIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA SAÚDE	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1002 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: DESENVOLVER CONJUNTO DE AÇÕES, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO, VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, A PREVENÇÃO DE AGRAVOS, TRATAMENTO E A REABILITAÇÃO, TENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE COMO ORDENADORA DO SISTEMA LOCAL DE SAÚDE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.022	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS, REVITALIZADAS E CONSERVADAS
2.100	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	ATENDIMENTO	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2.101	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL E CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade
105

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 1003 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE
OBJETIVO: ATENDER AOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E AGRAVOS DA POPULAÇÃO, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE, CUJA COMPLEXIDADE DA PRÁTICA CLÍNICA DEMANDE A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O APOIO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.023	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	PRÉDIO	PRÉDIO REVITALIZADO
2.102	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	CONSULTA	POPULAÇÃO ASSISTIDA
2.103	PARCERIAS COM ENTIDADES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
2.104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	PROCEDIMENTO	USUÁRIO ADULTO/CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDOS
2.105	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, AMBULATORIAL E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	LEITO	LEITOS DISPONÍVEIS
2.106	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL	SESSÃO	SESSÕES REALIZADAS
2.107	MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS SUS	PROCEDIMENTO	PACIENTES ATENDIDOS
2.109	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO	EXAME	EXAMES REALIZADOS
2.110	MANUTENÇÃO CISMEPI - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
2.136	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP - SAÚDE	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
2.141	MANUTENÇÃO CIS URG MÉDIO PIRACICABA - CONTRATO DE RATEIO	SERVIÇO	AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 1004 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS DA REMUNE (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS), OS MEDICAMENTOS DO CEAF (COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA) E MEDICAMENTOS DE DEMANDAS JUDICIAIS. PROMOVER O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, A INTEGRALIDADE DE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.111	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	MEDICAMENTO	MEDICAMENTOS FORNECIDOS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 1005 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES INERENTES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE VISANDO GARANTIR À SAÚDE HUMANA CONDIÇOES ADEQUADAS DE SALUBRIDADE, CONTROLAR A INCIDÊNCIA DE DOENÇAS ENDÊMICAS,TRANSMISSÍVEIS E INFECCIOSAS E REALIZAR A IMUNIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. REALIZAR CONTROLE DE VETORES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.112	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VISTORIA	AÇÕES VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO PROMOVIDOS
2.113	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COBERTURA DE VACINAÇÃO	CRIANÇAS VACINADAS
2.114	GESTÃO DO PROGRAMA IST/HIV/AIDS	PESSOA	AUMENTO DO NÚMERO DE PACIENTES COM CARGA VIRAL INDETECTÁVEL
2.115	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSES	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS

29 MAI 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade

Menu LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1201 - APOIO ADMINISTRATIVO À EDUCAÇÃO

OBJETIVO: ATENDER À REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCELÊNCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.042	GARANTIA DOS AUXÍLIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.043	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	SECRETARIA MANTIDA

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1202 - POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA

OBJETIVO: GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE POR MEIO DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL, DO CUIDADO COM OS ESPAÇOS FÍSICOS PARA QUE TAMBÉM SEJAM OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE CONEXÃO COM O MUNDO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE TODOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES- ENS. FUNDAMENTAL	PRÉDIO	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
1.005	INFORMATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA- EDUCAÇÃO CONECTADA	ALUNO	ALUNOS CONECTADOS
1.007	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE CEMEI'S	PRÉDIO	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS, CONSERVADOS E MOBILIADOS
2.044	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
2.045	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	ALUNOS ALIMENTADOS
2.046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.048	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/PÓS MÉDIO	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.050	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.051	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	ENSINO SUPERIOR APOIADO
2.052	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.053	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.054	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.056	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
2.057	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO

Câmara Municipal de J. Monlevade
101

29 MAIO 2024

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1501 - MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA EM FOCO

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO UM SISTEMA VIÁRIO ADEQUADO PARA O TRÁFEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VEÍCULOS, PEDESTRES, CICLISTAS,MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, BEM COMO UM SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
2.080	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
2.134	APORTE FINANCEIRO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	UNIDADE	TRANSPORTE PÚBLICO SUBSIDIADO
2.145	SUBSÍDIO PARA MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL	UNIDADE	TRANSPORTE PÚBLICO SUBSIDIADO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EFICIENTES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA, LIMPEZA, SEGURANÇA E OUTROS SERVIÇOS, NECESSÁRIOS À GARANTIA DO BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.017	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.018	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	CIDADE MAIS BONITA E URBANIZADA
1.019	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS EM ÁREAS PÚBLICAS	UNIDADE	MANEJO DE ANIMAIS
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS DIVERSOS	UNIDADE	ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS E LAZER
2.085	MANUTENÇÃO DAS REDES E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.086	AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	MONLEVADE SEGURA
2.087	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CUIDADOS
2.088	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	TORRE	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
2.089	ESTRTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	SERVIÇOS MORTUÁRIOS GARANTIDOS
2.140	MANUTENÇÃO DO CONSMEPI- CONTRATO DE RATEIO	SERVIÇO	AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1503 - GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE UMA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DESDE SUA COLETA À DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.090	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS	TONELADA	CIDADE LIMPA
2.091	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	TONELADA	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
2.092	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

208

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1601 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: GARANTIR HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.014	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMILIA	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1.015	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	CASAS CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS
2.081	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1801 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO: DESENVOLVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE VISEM PROTEÇÃO, DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, MELHORIA E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.021	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.094	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	ÁREA SUSTENTÁVEL
2.095	AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	LEGISLAÇÃO APLICADA
2.096	AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	AÇÃO	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
2.142	AÇÕES PARA GARANTIA AOS DIREITOS, PROTEÇÃO, DEFESA E BEM ESTAR ANIMAL	UNIDADE	PROTEÇÃO ANIMAL

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E INOVAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER, LEGITIMAR E REALIZAR A MANUTENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL E DE INOVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA, APOIANDO AÇÕES VOLTADAS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES EMPREEENDEDORAS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.002	INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS E STARTUP'S	MÓDULO	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
1.012	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
2.150	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PROJETOS ESTRATÉGICOS	FAMILIA	FOMENTO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
2.151	AÇÕES DE FOMENTO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGRICULTURA.	FAMILIA	FOMENTO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de J. Monlevade
109

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 2701 - DESENVOLVENDO O FUTURO: ESPORTE EM AÇÃO

OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO, INCENTIVANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ALÉM DE MELHORIAS E CONSTRUÇÕES DE NOVOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.008	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUÍDA/REVITALIZADA
2.059	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.060	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	ENTIDADES E ATLETAS SUBVENCIONADOS
2.061	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
Total Programa			
Total Geral			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:30:01 .

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevista no § 2º do art. 165 da Constituição Federal de 1988, compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital, para o exercício financeiro subsequente, bem como a orientação para
elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim, a LDO procura antecipar a direção dos gastos públicos, definindo os parâmetros que nortearão a elaboração orçamento.

29 MAIO 2024

Câmara Municipal de João Monlevade

Memo: LDO "Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade
111

ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

EXERCÍCIO DE 2025

Quadro 1 - Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção

Originado de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem às correntes abstraídas da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Quadro 2 - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração, a partir do exercício anterior (abril a dezembro de 2023) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido no mesmo, neste caso os meses de janeiro e março (2024), ou seja, ele aplica nas receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção e análise de contexto referente a cada receita estimada.

- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Quadro 5 - Memória de Cálculo da Despesa

O quadro demonstra:

- ✓ A despesa efetivamente realizada nos exercícios de 2021, 2022 e 2023;
- ✓ A despesa projetada para 2025 tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre abril a dezembro de 2023, somadas as despesas realizada nos meses janeiro a março de 2024, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2025, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Projeção da despesa para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, realizada a partir da despesa projetada para 2024, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Quadro 6 - Meta Fiscal – Resultado Nominal

(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)

Câmara Municipal de João Monlevade
114

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023, menos amortização do exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2025: Dívida Consolidada de 2024, menos amortização do Exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2026: Dívida Consolidada de 2025 menos amortização do Exercício de 2026, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e
- ✓ Para 2027: Dívida Consolidada de 2026, menos amortização do exercício de 2027, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

Quadro 7 - Anexo de Metas Anuais

AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para

os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Quadro 8 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício

AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados.

Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

Quadro 9 - Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios

AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

Quadro 10 - Evolução do Patrimônio Líquido

AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Câmara Municipal de Monlevade
116

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos e Autarquias nos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

Quadro 11 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

Quadro 12 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

ARF (LC 101, art 4º, § 3º)

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

Quadro 13 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

Câmara Municipal de João Monlevade
MG

Quadro 14 - Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

Quadro 15 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.

João Monlevade, 28 de maio de 2024.

Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal

PL 1.468 e ANTEPROJETO 09 - LIDOS EM 29 DE MAIO

projetos@joaomonlevade.mg.leg.br

3 de junho de 2024 às 09:16
Para: belmardiniz@joaomonlevade.mg.leg.br, belmardiniz@hotmail.com, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, gustavomaciel@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, lelespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, revetriedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br, comunicacao@joaomonlevade.mg.leg.br
Tags:

▾ Anexos

- Minuta do Projeto d... 213 KiB
- Mensagem - Projeto ... 1.1 MiB
- Anexo de Metodolo... 121 KiB
- AVALIAÇÃO DO CU... 30 KiB
- DEMONSTRATIVO D... 88 KiB
- DEMONSTRATIVO D... 44 KiB
- DEMONSTRATIVO T... 171 KiB
- ESTIMATIVA E COMP... 32 KiB
- EVOLUÇÃO DO PATR... 43 KiB
- MARGEM DE EXPAN... 36 KiB
- METAS ANUAIS.pdf 38 KiB
- METAS FISCAIS ATUA... 36 KiB
- MONTANTE DA DÍVI... 25 KiB
- ORIGEM E APLICAÇÃ... 34 KiB
- RECEITA PRIMARIA E... 177 KiB
- RESULTADO NOMIN... 26 KiB
- RESULTADO PRIMÁR... 225 KiB
- TOTAL DAS DESPESA... 63 KiB
- Anteproj. 09 - Em de... 140 KiB

Bom dia!

Segem o Projeto 1.468 e respectivos anexos e Anterpojeto 09.

Atenciosamente,
Elisângela

Câmara Municipal de Monlevade
218

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
119

NOTA TÉCNICA[1]

Ref.: Projeto de Lei nº 1.468/2024 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025

Submete-se à análise desta Procuradoria Jurídica, o projeto de lei em destaque que trata das diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025.

Na justificativa que acompanha o projeto, o autor, entre outras coisas, faz a apresentação da matéria, destaca os fundamentos legais e a relevância da proposição, salienta o aspecto pertinente ao equilíbrio das contas públicas, aponta a participação popular por meio eletrônico e explica o cálculo para obtenção dos resultados primário e nominal.

Pois bem. A matéria é apresentada com fulcro na Constituição da República, Lei Orgânica deste Município, e da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária está inserida entre os instrumentos de planejamento de que dispõe os administradores públicos, com vistas a buscar equilíbrio entre as expectativas da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo.

É certo que os recursos públicos não pertencem ao governo, muito menos ao governante, mas à sociedade, a qual, num regime democrático, delega poderes ao administrador público para administrá-los.

Consoante disposição do art. 165 da Constituição da República, a LDO é o instrumento de planejamento que estabelece metas e prioridades da Administração Pública incluindo

[1] Nota técnica apresentada na forma do art. 192 do Regimento Interno

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!

BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
124

Comissão de Legislação e Justiça e Redação

MATÉRIA:

Projeto de Lei Nº 1.468/2024, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2025, e dá outras providências.

PARECER:

O Relator, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico e após análise e discussão do projeto, emitiu parecer pela JURIDICIDADE, LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE da presente matéria, sendo acompanhado pelos demais membros da Comissão.

Sala de Sessões da Câmara, em 07 de junho de 2024.

Revetrie Silva Teixeira – Presidente

Gustavo José Dias Maciel – Vice-Presidente / Relator

Belmar Lacerda Silva Diniz – Membro (S)

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
125

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em 07 de junho de 2024, às 09 horas e 05 minutos, reuniram-se na sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Legislação e Justiça e Redação, vereadores: Revetrie Silva Teixeira – Presidente, Gustavo José Dias Maciel – Membro e Belmar Lacerda Silva Diniz – Suplente, para deliberarem acerca dos Projetos de Lei: 1.451/2024, de iniciativa do Executivo, que Ratifica alteração no contrato de consórcio do CISMEPI e dá outras providências Relator: Gustavo Maciel); 1.456/2024, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre compensação de área pública em loteamento a ser aprovado perante o município de João Monlevade com imóvel particular que menciona, conforme acordo homologado judicialmente, e dá outras providências (Relator: Gustavo Maciel); 1.459/2024, de iniciativa do vereador Revetrie Silva Teixeira que Denomina de Moacir Cândido da Costa, a atual rua Londrina, localizada no bairro Serra Verde/Feixos (Relator: Gustavo Maciel); 1.466/2024, de iniciativa do vereador Gustavo José Dias Maciel, que Denomina de "Silvério Ottoni Guimarães" a praça existente na rua Belo Horizonte, esquina com a rua Porto Alegre, no bairro Baú (Relator: Revetrie); 1.468/2024, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2025, e dá outras providências (Relator: Gustavo Maciel); 1.470/2024, de iniciativa do vereador Gustavo José Dias Maciel, que Inclui os eventos "Miss João Monlevade e Mister João Monlevade" no Calendário Oficial do Município de João Monlevade (Relator: Revetrie); 1.471/2024, de iniciativa do vereador Fernando Linhares Pereira, que Institui a meia-entrada para Policiais Civis, Policiais Militares, Policiais Rodoviário Federal, Guarda Municipal e Bombeiro Militar em eventos culturais, estádios, teatros, sessões de cinema, shows e outros em João Monlevade, e dá outras providências (Relator: Gustavo Maciel); 1.472/2024, de iniciativa do vereador Vanderlei Cardoso Miranda, que denomina de "Praça Petrópolis", a praça a ser construída entre as ruas Chile e Nicarágua no bairro Petrópolis (Relator: Revetrie); E dos Projetos de Resolução: 481/204, de iniciativa de iniciativa do vereador Bruno Nepomuceno Braga, que Concede o Diploma de Honra ao Mérito à Associação Cultural do Congado de Nossa Senhora Santana do bairro Laranjeiras (Relator: Revetrie); 485/2024, de iniciativa do vereador Marcos Vinícius Martins Dornelas, que Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de João Monlevade ao senhor Marcílio de Carvalho (Relator: Gustavo Maciel). Foi justificada a ausência do vereador Lieberth Oliveira Silva por motivo de outras agendas. Iniciados os trabalhos os presentes passaram à análise e discussão das matérias. Durante as discussões do Projeto 1.451, foi feito contato telefônico com Elaine que explicou a necessidade das alterações no contrato do CISMEPI. A Comissão constatando que não consta no processo a consolidação contendo as alterações no contrato do consórcio e considerando que as informações enviadas pelo Prefeito não foram satisfatórias, decidiu enviar ofício diretamente à Diretoria do CISMEPI. Considerando a recomendação contida na Nota Técnica ao Projeto 1.456, a Comissão decidiu promover diligência para que o Executivo esclareça as situações apontadas e os presentes ficaram de fazer uma visita às duas áreas. Foi emitido o parecer com

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
126

apresentação e emenda para adequação do texto do Projeto 1.459. Em razão da tramitação de duas proposições semelhantes foi solicitado pelo relator do Projeto 1.471 prazo regimental para que as mesmas tramitem simultaneamente. A Comissão decidiu diligência ao Projeto 1.472 objetivando fazer uma visita para conhecer a área pública. Foram emitidos os pareceres pela Constitucionalidade, Juridicidade e Legalidade dos Projetos 1.459, 1.466, 1.468, 1.470, 481 e 485. Os pareceres aos Projetos 1.451, 1.456, 1.471 e 1.472 serão emitidos posteriormente. Nada mais havendo a tratar, às 10 horas e 40 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
127

CALENDÁRIO PARA TRAMITAÇÃO – PL 1.468/2024

Calendário para tramitação do Projeto de Lei nº 1.468/2023, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e dá outras providências.

DATA	PROCEDIMENTOS
Até o dia 19/06/2024 (4ªf)	Prazo final para apresentação de Emendas.
Até o dia 21/06/2024 (6ªf)	Prazo para despacho de recebimento das emendas.
Até o dia 25/06/2024 (3ªf)	Prazo para recurso de não recebimento de emenda à Comissão de LJR.
Até o dia 27/06/2024 (5ªf)	Prazo para decisão da Comissão de LJR.
Até o dia 04/07/2024 (5ªf)	Prazo para entrega de Parecer pelo Relator.
Dia 09/07/2024 às 14 horas (3ªf)	Deliberação acerca do Projeto, das Emendas e do Parecer na Comissão de Finanças e Orçamento.
Dia 10/07/2024 (4ªf)	Votação do Projeto em Turno Único.

Sala de Sessões da Câmara, em 07 de junho de 2024.

Vanderlei Cardoso Miranda
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CALENDÁRIO PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI 1.468 - LDO 2025

projetos@joaomonlevade.mg.leg.br

7 de junho de 2024 às 15:10
Para: belmardiniz@joaomonlevade.mg.leg.br, belmardiniz@hotmail.com, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, gustavomaciel@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, lelespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, revetriedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br
Tags:

▾ Anexos

CALENDÁRIO PARA ...
332 KiB

Boa tarde!

Segue o Calendário para tramitação do Projeto de Lei 1.468 - LDO 2025.

ATENÇÃO PARA OS PRAZOS.

Atenciosamente,
Elisângela

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
126

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!

BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
129

EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 1.468/2024.

Senhor Presidente,

A Comissão de Legislação e Justiça e Redação apresenta a seguinte Emenda ao Projeto de Lei nº 1.468/2024, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2025, e dá outras providências.

I – O § 1º do art. 30, do Projeto de Lei nº 1.468 passa a vigorar acrescido de inciso VI com a seguinte redação:

"Art. 30 ...

§ 1º ...

VI – à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade."

Sala das Sessões da Câmara, em 10 de junho de 2024.

Revetrie Silva Teixeira – Presidente

Lieberth Oliveira Silva – Vice-Presidente

APROVADO em 10/07/24
Presidente
Fernando Linhares Pereira
Presidente

Gustavo José Dias Maciel – Membro

EMENDA 01 AO PL 1.468 - LDO 2025

projetos@joaomonlevade.mg.leg.br

12 de junho de 2024 às 14:57
Para: belmardiniz@joaomonlevade.mg.leg.br, belmardiniz@hotmail.com, brunocabecao@joaomonlevade.mg.leg.br, dorosaude@joaomonlevade.mg.leg.br, fernandolinhares@joaomonlevade.mg.leg.br, gustavomaciel@joaomonlevade.mg.leg.br, prandini@joaomonlevade.mg.leg.br, leiespontes@joaomonlevade.mg.leg.br, marquinhodornelas@joaomonlevade.mg.leg.br, pr.lieberth@joaomonlevade.mg.leg.br, drpresunto@joaomonlevade.mg.leg.br, raelalves@joaomonlevade.mg.leg.br, revetriedasaude@joaomonlevade.mg.leg.br, thiagotito@joaomonlevade.mg.leg.br, tonhao@joaomonlevade.mg.leg.br, vanderleimiranda@joaomonlevade.mg.leg.br
Tags:

Anexos

PL 1.468 - Emenda LJ...
151 KiB

Boa tarde!

Encaminho a emenda.

Atenciosamente,
Elisângela

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 130

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
132

Distribuída a proposição à Comissão de Finanças e Orçamento vieram os autos conclusos a este relator para emissão de parecer.

Sendo este o relatório, passemos à análise material da proposição.

Ii - FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se, conforme já destacado, de proposta de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, apresentada pelo Exmo. Sr. Prefeito.

É de observar, segundo preceitua o art. 165, §2°, da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 109/2021, que a LDO é o instrumento de planejamento que compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

E a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art 4°, define que a LDO atenderá ao disposto no §2°, art. 165, da CR/88, e disporá sobre: o equilíbrio entre receita e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese em que se menciona; normas relativas aos controles de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos, demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

O mesmo artigo dispõe sobre a obrigatoriedade de se constar o Anexo de Metas Fiscais, apontando seu conteúdo, bem ainda e no mesmo sentido o Anexo de Riscos Fiscais.

Analisando a proposição de diretrizes orçamentárias, verifico que há apontamento das metas e prioridades da Administração Pública, orientação quanto à organização e estrutura do orçamento, previsão de receitas do município e fixação de despesas,

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
133

tratamento das despesas com pessoal, saúde e educação, além das disposições relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal e da destinação de Recursos Públicos e Apoio a Instituições ou Entes Públicos e Privados.

Nos anexos, são definidas as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2025, as metas fiscais em consonância ao que dispõe a LRF, e bem assim a metodologia e memória de cálculo das metas anuais de receita, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

Deste modo, ante ao exposto, não vislumbra essa relatoria, de sua análise, questão que possa refletir contrariedade à matéria, motivo pelo qual apresentamos parecer favorável à proposição.

III – CONCLUSÃO

Diante do relatado e fundamentado, dou parecer FAVORÁVEL ao PL 1.468/2024 que dispõe sobre a LDO 2025.

João Monlevade, 01° de julho de 2024.

VANDERLEI CARDOSO MIRANDA
Vereador Relator

CÂMARA MUNICIPAL
DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 1º / 07 / 24
Às 9h25 horas.
Secretaria de Comissões

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
134

Comissão de Finanças e Orçamento

MATÉRIA:

Parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 1.468/2024, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2025, e dá outras providências, contendo Emenda 01, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e Redação.

PARECER:

Após as análise e discussões do Projeto de Lei e do Parecer, o vereador Thiago Titó manifestou-se favoravelmente ao Projeto e à Emenda acatando o Parecer do Relator.

CONCLUSÃO:

A Comissão, por unanimidade, emitiu parecer FAVORÁVEL ao Parecer do Relator que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.468/2024 e à Emenda 01.

Sala de Sessões da Câmara, em 09 de julho de 2024.

Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente / Relator

Thiago Araújo Moreira Bicalho – Vice-Presidente

Câmara Municipal de
João Monlevade
Câmara forte, cidade forte!

BIÊNIO 2023/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
135

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Em 09 de julho de 2024, às 14 horas e 05 minutos, reuniram-se na Sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, vereadores: Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente e Thiago Araújo Moreira Bicalho – Membro, para deliberarem acerca do Parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 1.468/2024, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2025, e dá outras providências, contendo Emenda 01, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e Redação (Relator: Vanderlei). O vereador Marco Zalém Rita justificou a ausência por motivo de consulta na cidade de Belo Horizonte e o suplente, vereador Bruno Nepomuceno Braga, não pode comparecer. Iniciados os trabalhos, os presentes passaram à análise e discussão da matéria. O vereador Thiago Titó, após análise do Parecer, acatando as razões apresentadas, manifestou-se favoravelmente ao Projeto e à Emenda 01, aprovando o referido Parecer do Relator. Em seguida foi emitido o respectivo parecer da Comissão. Nada mais havendo a tratar, às 14 horas e 40 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Lista de votação

10/07/2024 14:43:49

149ª Sessão Ordinária

EMENDA PL Nº 1.468/2024 - TURNO ÚNICO

Turno: Turno Único
Modo: Nominal

Início: 10/07/2024 14:31
Término: 10/07/2024 14:43

EMENDA APRESENTADA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Parlamentar	Voto	Hora
BELMAR DINIZ (PT)	Sim	14:43:06
BRUNO CABEÇÃO (AVANTE)	Sim	14:43:09
DORÓ DA SAÚDE (AVANTE)	Sim	14:43:05
DR. PRESUNTO (AVANTE)	Sim	14:43:06
GUSTAVO MACIEL (REP)	Sim	14:43:02
GUSTAVO PRANDINI (PCdoB)	Sim	14:42:59
LELES PONTES (REP)	Sim	14:43:07
MARQUINHO DORNELAS (REP)	Sim	14:43:06
PASTOR LIEBERTH (PODE)	Sim	14:43:02
[illegible]EL ALVES POVÃO (MDB)	Sim	14:43:07
RE[illegible]VETRIE TEIXEIRA (MDB)	Sim	14:43:04
THIAGO TITÓ (MDB)	Sim	14:43:09
TONHÃO FISCAL DO POVO (PDT)	Sim	14:43:01
VANDERLEI MIRANDA (PODE)	Sim	14:43:00

Totais: Sim: 14 Não:0

Resultado: Aprovada

Fernando Linhares Pereira
Presidente

Presidente

Secretário

Lista de votação

10/07/2024 14:44:37

149ª Sessão Ordinária

PL Nº 1.468/2024 - TURNO ÚNICO

Turno: Turno Único
Modo: Nominal

Início: 10/07/2024 14:43
Término: 10/07/2024 14:44

Iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2025, e dá outras providências.

Parlamentar	Voto	Hora
BELMAR DINIZ (PT)	Sim	14:44:02
BRUNO CABEÇÃO (AVANTE)	Sim	14:44:07
DORÓ DA SAÚDE (AVANTE)	Sim	14:44:02
DR. PRESUNTO (AVANTE)	Sim	14:44:04
GUSTAVO MACIEL (REP)	Sim	14:44:00
GUSTAVO PRANDINI (PCdoB)	Sim	14:43:58
LELES PONTES (REP)	Sim	14:44:03
MARQUINHO DORNELAS (REP)	Sim	14:44:03
[illegible]TOR LIEBERTH (PODE)	Sim	14:44:20
[illegible]EL ALVES POVÃO (MDB)	Sim	14:44:01
REVETRIE TEIXEIRA (MDB)	Sim	14:44:00
THIAGO TITÓ (MDB)	Sim	14:44:05
TONHÃO FISCAL DO POVO (PDT)	Sim	14:44:00
VANDERLEI MIRANDA (PODE)	Sim	14:43:59

Totais: Sim: 14 Não:0

Resultado: Aprovada

Fernando Linhares Pereira
Presidente

Presidente

Secretario

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
138

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 1.468/2024, de iniciativa do Executivo, vem a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada forma adequada à matéria, nos termos do art. 252, § 1º, do Regimento Interno em vigor.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte Redação Final:

PROJETO DE LEI Nº 1.468/2024

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Monlevade aprova:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:
I - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II - Orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária Anual;
III - Disposições relativas à dívida pública municipal;
IV - Disposições sobre a política de pessoal;
V - As disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;
VI - Equilíbrio entre receitas e despesas;
VII - Critérios e formas de limitação de empenho;
VIII - Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
IX - Estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
X - Normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
XI - Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XII - Critérios para início de novos projetos;
XIII - Critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
XIV - Regras para promoção de alterações orçamentárias; e
XV - As disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2025,

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
139

são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2025 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal, observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

§ 2° Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Anexo de Metas Fiscais;
II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3° O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

§ 4° Na ordem de execução dos investimentos, deverá ser dada preferência aos plurianuais em andamento.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3° Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2025, entende-se por:
I - Órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II - Unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;
III - Subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:
IV - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VII - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
VIII - Produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
IX - Concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
140

X - Convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3° As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora;

§ 4° Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I - Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
II - Indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou
III - Indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
V - Transferências a Instituições Multigovernamentais (Modalidade 70);
VI - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
VII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (Modalidade 72);
VIII - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90);

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
141

IX - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93); e
X - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:
I - Pessoal e encargos sociais;
II - Juros e encargos da dívida;
III - Outras despesas correntes;
IV - Investimentos;
V - Inversões financeiras; e
VI - Amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Administração Pública Municipal como signatária do Programa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente, adotará a metodologia Orçamento Criança - OCA.

Art. 6° O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:
I - Texto da lei;
II - Documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;
III - Quadros orçamentários consolidados;
IV - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V - Demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:
I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;
II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
142

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;
V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.
VI - A mensagem que deverá conter:
a) Resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) Metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) Demonstrativo sintético das principais receitas;
d) Resultado primário proposto; e
e) Síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2024, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2024, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
143

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art. 12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2025.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
144

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2024.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2025, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2025 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
145

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
I - Atualização da planta genérica de valores do Município;
II - Procedimento do recadastramento imobiliário;
III - Instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
IV - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
V - Revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
VI - Revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
VII - Revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;
VIII - Revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e
IX - Revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2025 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2025 a 2026, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
146

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:
I - Para elevação das receitas;
a) A implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) Promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) Recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.
II - Para redução das despesas:
a) Normatização de rotinas e procedimentos de compras, sendo predominante a modalidade de licitação Pregão Eletrônico e rigorosa pesquisa de preços, como forma de reduzir custos de toda e qualquer forma;
b) Implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) Implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
d) Racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:
I - Serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;
II - Ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2025 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

Art. 29. Se apurado que, no período de 12 (doze) meses, o montante das despesas correntes ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente arrecadada no mesmo período, conforme disposto no art. 167-A, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, é facultado aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo aplicar o mecanismo de ajuste fiscal, mediante vedação dos seguintes atos:
I - Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;
II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
a) A reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
147

b) b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;
c) As contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;
V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;
VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;
VII - Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
VIII - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 30. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2025, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1° Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:
I - Programa de alimentação escolar;
II - Despesas com a manutenção dos serviços de saúde, relativas à:
a) Manutenção da atenção básica;
b) Manutenção de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) Manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) Manutenção da vigilância em saúde; e
e) Manutenção da segurança alimentar e nutricional na saúde.
Pessoal e encargos sociais;
III - Despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, relativas a:
a) Manutenção das atividades curriculares; e
b) Transporte escolar.
IV - Sentenças Judiciais;
V - Serviço da Dívida; e
VI - À inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
148

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 31. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 32. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2025 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 33. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
149

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 34. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 30% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:
I - 20% (vinte por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1° Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 35. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Art. 36. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:
I - Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;
II - Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e
III - Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
150

cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 37. A transferência de recursos prevista no artigo 36, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:
I - De atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) Educação especial; ou
b) Educação básica;
II - De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;
III - De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) Acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;
IV - Destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;
V - Destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;
VI - Com atuação na área de segurança pública;
VII - Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;
VIII - Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;
IX - Com atuação na área representativa comunitária; e
X - Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 38. Sem prejuízo das disposições do artigo 37, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:
I - Aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
II - Aquisição de material permanente; e
III - Construção, ampliação ou conclusão de obras.

Art. 39. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:
I - A regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2024;
II - A manutenção de escrituração contábil regular;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
151

III - Sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
IV - A capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e
V - Que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 40. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:
I - Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;
II - Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;
III - Aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;
IV - Aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;
V - Aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;
VI - Às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)
VII - Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) Membros de Poder ou do Ministério Público;
b) Dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) Pessoas jurídicas de direito público interno;
d) Pessoas jurídicas integrantes da administração pública;
VIII - Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 41. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:
I - Entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;
II - Decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 42. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 43. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
152

§ 2° É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 44. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 45. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 46. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 47. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1° A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2° Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
153

§ 3° A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 48. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2° desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV - Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2025, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2025.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 49. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2025 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

I - O controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;
II - A transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 50. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas/consultas públicas para:

I - Elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2025 mediante regular processo de consulta; e
II - Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 51. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

I - As exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
154

II - No que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;
III - No que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2025, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
IV - Os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 52. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 53. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 54. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 55. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 56. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 57. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2025 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 58. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2024, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:
I - Pessoal e encargos sociais;
II - Pagamento do serviço da dívida;

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
155

III - Despesas de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e
IV - Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei.

Art. 59. Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante decreto, a promover a transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2025, conforme art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, quando da repriorização comprovada de programas ou despesas, mantida a estrutura programática.

Parágrafo único. O remanejamento será realizado no caso de reforma administrativa, e será nos termos da lei que a promover.

Art. 60. Na execução do orçamento do exercício de 2025 fica o Executivo Municipal autorizado a promover alterações de fontes de recursos, nos elementos de despesas constantes em cada ação.

§ 1° Por não se constituir como créditos adicionais, as alterações de fontes autorizadas no caput, não irão impactar a autorização contida na lei orçamentária anual, conforme artigo 32, desta Lei.

§ 2° Nas alterações de fontes de recursos autorizadas no *caput*, deverá o Executivo observar, o equilíbrio orçamentário-financeiro das fontes de recursos movimentadas.

Art. 61. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;
III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;
V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;
IX - Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2025 a 2027;
X - Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2025 a 2027;
XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2025 a 2027;
XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2025 a 2027;
XIII - Montante da Dívida Pública;
XIV - Resultado Nominal;
XV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2025; e
XVI - Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
156

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara, em 17 de julho de 2024.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Revetrie Silva Teixeira – Presidente

Lieberth Oliveira Silva – Vice-Presidente

Gustavo José Dias Maciel – Membro / Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente / Relator

Marco Zalém Rita – Vice-Presidente

Thiago Araújo Moreira Bicalho – Membro

Lista de votação

17/07/2024 14:32:03

150ª Sessão Ordinária

PL Nº 1.468/2024 - REDAÇÃO FINAL

Turno: Redação Final
Modo: Nominal

Início: 17/07/2024 14:30
Término: 17/07/2024 14:32

Iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2025, e dá outras providências.

Parlamentar	Voto	Hora
BELMAR DINIZ (PT)	Sim	14:31:13
BRUNO CABEÇÃO (AVANTE)	Sim	14:31:10
DORÓ DA SAÚDE (AVANTE)	Sim	14:31:12
DR. PRESUNTO (AVANTE)	Sim	14:31:10
GUSTAVO MACIEL (REP)	Sim	14:31:08
GUSTAVO PRANDINI (PCdoB)	Sim	14:31:08
LELES PONTES (REP)	Sim	14:31:07
RAEL ALVES POVÃO (MDB)	Sim	14:31:13
[illegible]ETRIE TEIXEIRA (MDB)	Sim	14:31:11
[illegible]GO TITÓ (MDB)	Sim	14:31:09
TONHÃO FISCAL DO POVO (PDT)	Sim	14:31:11
VANDERLEI MIRANDA (PODE)	Sim	14:31:08

Totais: Sim: 12 Não:0

Resultado: Aprovada

Fernando Linhares Pereira
Presidente

Presidente

Secretario

Câmara Municipal de J. Monlevade
158

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 1.468/2024

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Monlevade aprova:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II - Orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária Anual;
III - Disposições relativas à dívida pública municipal;
IV - Disposições sobre a política de pessoal;
V - As disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;
VI - Equilíbrio entre receitas e despesas;
VII - Critérios e formas de limitação de empenho;
VIII - Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
IX - Estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
X - Normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
XI - Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XII - Critérios para início de novos projetos;
XIII - Critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;
XIV - Regras para promoção de alterações orçamentárias; e
XV - As disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2025, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2025 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal, observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

Câmara Municipal de João Monlevade
159

§ 2° Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Anexo de Metas Fiscais;
II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3° O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

§ 4° Na ordem de execução dos investimentos, deverá ser dada preferência aos plurianuais em andamento.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3° Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2025, entende-se por:
I - Órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
II - Unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;
III - Subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:
IV - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VII - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
VIII - Produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
IX - Concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
X - Convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

C. Municipal de J. Monlevade
160

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3° As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora;

§ 4° Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I - Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
II - Indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou
III - Indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);
II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);
III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);
IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);
V - Transferências a Instituições Multigovernamentais (Modalidade 70);
VI - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);
VII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (Modalidade 72);
VIII - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90);
IX - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93); e
X - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

Câmara Municipal de J. Monlevade
161

I - Pessoal e encargos sociais;
II - Juros e encargos da dívida;
III - Outras despesas correntes;
IV - Investimentos;
V - Inversões financeiras; e
VI - Amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Administração Pública Municipal como signatária do Programa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente, adotará a metodologia Orçamento Criança - OCA.

Art. 6° O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:
I - Texto da lei;
II - Documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;
III - Quadros orçamentários consolidados;
IV - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V - Demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:
I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;
II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;
V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.
VI - A mensagem que deverá conter:
a) Resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) Metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) Demonstrativo sintético das principais receitas;
d) Resultado primário proposto; e

Câmara Municipal de João Monlevade
162

e) Síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2024, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3° da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2024, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art. 12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Câmara Municipal de João Monlevade
163

Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2025.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2024.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2025, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se

houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2025 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:
I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;
II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
III - Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
I - Atualização da planta genérica de valores do Município;
II - Procedimento do recadastramento imobiliário;
III - Instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
IV - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

Câmara Municipal de João Monlevade
165

V - Revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
VI - Revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
VII - Revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;
VIII - Revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e
IX - Revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2025 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2025 a 2026, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:
I - Para elevação das receitas;
a) A implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) Promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) Recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.
II - Para redução das despesas:

Câmara Municipal de J. Monlevade
166

a) Normatização de rotinas e procedimentos de compras, sendo predominante a modalidade de licitação Pregão Eletrônico e rigorosa pesquisa de preços, como forma de reduzir custos de toda e qualquer forma;
b) Implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) Implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
d) Racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:
I - Serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;
II - Ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2025 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

Art. 29. Se apurado que, no período de 12 (doze) meses, o montante das despesas correntes ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente arrecadada no mesmo período, conforme disposto no art. 167-A, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, é facultado aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo aplicar o mecanismo de ajuste fiscal, mediante vedação dos seguintes atos:
I - Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;
II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
a) A reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
b) b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;
c) As contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;
V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;
VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;
VII - Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
VIII - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

CAPÍTULO VII

Câmara Municipal de J. Monlevade
167

DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 30. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2025, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1° Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:
I - Programa de alimentação escolar;
II - Despesas com a manutenção dos serviços de saúde, relativas à:
a) Manutenção da atenção básica;
b) Manutenção de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) Manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) Manutenção da vigilância em saúde; e
e) Manutenção da segurança alimentar e nutricional na saúde.
Pessoal e encargos sociais;
III - Despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, relativas a:
a) Manutenção das atividades curriculares; e
b) Transporte escolar.
IV - Sentenças Judiciais;
V - Serviço da Dívida; e
VI - À inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 31. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 32. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Câmara Municipal de João Monlevade 168

§ 1° A Lei Orçamentária de 2025 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 33. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento;

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 34. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 30% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:
I - 20% (vinte por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

Câmara Municipal de João Monlevade
169

§ 1º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2º Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 35. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Art. 36. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:
I - Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;
II - Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e
III - Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 37. A transferência de recursos prevista no artigo 36, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:
I - De atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) Educação especial; ou
b) Educação básica;
II - De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

Câmara Municipal de J. Monlevade
170

III - De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) Acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;
IV - Destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;
V - Destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;
VI - Com atuação na área de segurança pública;
VII - Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;
VIII - Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;
IX - Com atuação na área representativa comunitária; e
X - Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 38. Sem prejuízo das disposições do artigo 37, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:
I - Aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
II - Aquisição de material permanente; e
III - Construção, ampliação ou conclusão de obras.

Art. 39. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:
I - A regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2024;
II - A manutenção de escrituração contábil regular;
III - Sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
IV - A capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e
V - Que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 40. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

I - Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;
II - Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;
III - Aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;
IV - Aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;
V - Aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;
VI - Às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)
VII - Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) Membros de Poder ou do Ministério Público;
b) Dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) Pessoas jurídicas de direito público interno;
d) Pessoas jurídicas integrantes da administração pública;
VIII - Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 41. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:
I - Entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;
II - Decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 42. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 43. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2° É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 44. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Câmara Municipal de J. Monlevade
172

Art. 45. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei especifica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 46. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 47. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1° A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2° Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3° A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 48. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

Câmara Municipal de João Monlevade
173

III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV - Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2025, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2025.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 49. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2025 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;
I - O controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;
II - A transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 50. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas/consultas públicas para:
I - Elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2025 mediante regular processo de consulta; e
II - Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 51. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:
I - As exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;
II - No que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;
III - No que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2025, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e
IV - Os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Câmara Municipal de João Monlevade
174

Art. 52. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 53. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 54. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 55. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 56. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 57. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2025 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 58. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2024, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:
I - Pessoal e encargos sociais;
II - Pagamento do serviço da dívida;
III - Despesas de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e
IV - Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei.

Art. 59. Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante decreto, a promover a transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2025, conforme art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, quando da repriorização comprovada de programas ou despesas, mantida a estrutura programática.

Câmara Municipal de João Monlevade 145

Parágrafo único. O remanejamento será realizado no caso de reforma administrativa, e será nos termos da lei que a promover.

Art. 60. Na execução do orçamento do exercício de 2025 fica o Executivo Municipal autorizado a promover alterações de fontes de recursos, nos elementos de despesas constantes em cada ação.

§ 1° Por não se constituir como créditos adicionais, as alterações de fontes autorizadas no caput, não irão impactar a autorização contida na lei orçamentária anual, conforme artigo 32, desta Lei.

§ 2° Nas alterações de fontes de recursos autorizadas no *caput*, deverá o Executivo observar, o equilíbrio orçamentário-financeiro das fontes de recursos movimentadas.

Art. 61. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:
I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;
II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;
III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;
IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;
V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;
IX - Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Periodo de 2025 a 2027;
X - Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2025 a 2027;
XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Periodo de 2025 a 2027;
XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2025 a 2027;
XIII - Montante da Dívida Pública;
XIV - Resultado Nominal;
XV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2025; e
XVI - Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de João Monlevade, em 18 de julho de 2024.

Fernando Linhares Pereira
Presidente da Câmara

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2025

R$ 1,00

ARF (LRF, art 4° , § 3°)

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	Valor
Demandas Judiciais contra ao ente federativo.	500.000,00
Recuperação ambiental e assistência a catástrofes	1.000.000,00
Outros Passivos Contingentes	500.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor
Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	500.000,00
Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	1.000.000,00
Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	500.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	
Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	5.000.000,00
Discrepância de Projeções	3.000.000,00
SUBTOTAL	8.000.000,00
TOTAL	10.000.000,00

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor
Cancelamento de despesas discricionárias	5.000.000,00
Cancelamento de despesas discricionárias	1.000.000,00
Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contingência	2.000.000,00
SUBTOTAL	8.000.000,00
TOTAL	10.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:00:54

Conforme o § 3º do art. 4º da LRF, o Anexo de Riscos Fiscais deve avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou a necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, entre outros casos:

- frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;
- restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos, guerras e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem do Estado ações emergenciais, com consequente aumento de despesas.

Câmara Municipal de J. Monlevade - MG
176

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º_, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	485.000.000,00	469.961.240,31	0,046	104,752	515.000.000,00	483.557.178,05	0,048	102,183	540.000.000,00	492.262.813,65	0,049	97,297
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	463.674.679,08	449.297.169,65	0,044	100,146	492.688.538,34	462.507.920,89	0,046	97,756	518.696.299,63	471.019.211,59	0,047	93,098
Receitas Primárias Correntes	444.512.005,10	430.728.687,11	0,042	96,007	472.439.893,33	443.595.537,12	0,044	93,738	501.554.968,30	457.216.407,21	0,045	90,370
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.090.227,79	83.420.763,36	0,008	18,594	90.230.580,93	84.721.640,95	0,008	17,903	96.154.932,22	87.654.624,96	0,009	17,325
Transferências Correntes	309.113.145,40	299.528.241,67	0,029	66,763	329.355.729,53	309.247.237,18	0,030	65,348	348.720.448,81	317.892.795,01	0,031	62,833
Demais Receitas Primárias Correntes	49.308.631,91	47.779.682,08	0,005	10,650	52.853.582,87	49.626.659,00	0,005	10,487	56.679.587,27	51.668.987,23	0,005	10,213
Receitas Primárias de Capital	19.162.673,98	18.568.482,54	0,002	4,139	20.248.645,01	19.012.383,77	0,002	4,018	15.141.331,33	13.802.804,38	0,001	2,728
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	485.000.000,00	469.961.240,31	0,046	104,752	515.000.000,00	483.557.178,05	0,048	102,183	540.000.000,00	492.262.813,65	0,049	97,297
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	475.825.858,43	461.071.568,25	0,045	102,770	504.572.325,49	473.766.155,03	0,047	100,114	526.317.224,80	481.612.621,44	0,048	95,192
Despesas Primárias Correntes	418.911.285,55	405.921.788,32	0,040	90,478	443.726.218,54	416.634.947,70	0,041	88,041	464.038.621,32	423.016.567,73	0,042	83,611
Pessoal e Encargos Sociais	204.832.426,93	198.481.033,85	0,019	44,240	216.054.807,75	202.863.792,51	0,020	42,868	223.972.410,33	204.172.757,20	0,020	40,355
Outras Despesas Correntes	214.078.858,62	207.440.754,48	0,020	46,237	227.671.410,79	213.771.155,19	0,021	45,173	240.066.210,99	218.843.830,53	0,022	43,255
Despesas Primárias de Capital	56.914.572,88	55.149.779,92	0,005	12,293	60.846.106,95	57.131.207,32	0,006	12,073	64.278.603,48	58.596.233,72	0,006	11,582
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(12.151.179,35)	(11.774.398,60)	-0,001	-2,624	(11.883.787,15)	(11.158.234,13)	-0,001	-2,358	(11.620.925,17)	(10.593.609,85)	-0,001	-2,094
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(12.151.179,35)	(11.774.398,60)	-0,001	-2,624	(11.883.787,15)	(11.158.234,13)	-0,001	-2,358	(11.620.925,17)	(10.593.609,85)	-0,001	-2,094
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Pública Consolidada (DC)	18.056.110,12	17.496.230,74	0,002	3,900	18.940.859,52	17.784.443,84	0,002	3,758	19.831.079,92	18.077.968,69	0,002	3,573
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(97.735.927,92)	(94.705.356,51)	-0,009	-21,109	(103.279.988,38)	(96.974.329,57)	-0,010	-20,492	(108.852.147,84)	(99.229.376,83)	-0,010	-19,613
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(118.786,92)	(115.103,61)	0,000	-0,026	5.544.060,38	5.205.573,19	0,001	1,100	5.572.159,50	5.079.568,36	0,001	1,004

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:22:58

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
PIB real (crescimento % anual)	2,00	1,70	1,70
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	81,70	83,90	85,70
Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano)	4,70	4,75	4,79
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,20	3,20	3,00
Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00	1.053.000.000.000,00	1.080.000.000.000,00	1.110.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	463.000.000,00	504.000.000,00	555.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2025	2026	2027
Valor Corrente / 1,0320	Valor Corrente / 1,0650	Valor Corrente / 1,0969

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º , Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	400.000.000,00	0,043	224,807	422.598.791,84	0,041	237,507	22.598.791,84	5,650
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	387.437.807,69	0,041	217,746	371.707.387,12	0,036	208,906	(15.730.420,57)	-4,060
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	400.000.000,00	0,043	224,807	415.521.645,88	0,040	233,530	15.521.645,88	3,880
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	395.119.713,48	0,042	222,064	358.861.091,27	0,035	201,686	(36.258.622,21)	-9,177
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(7.681.905,79)	-0,001	-4,317	12.846.295,85	0,001	7,220	20.528.201,64	-267,228
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(7.681.905,79)	-0,001	-4,317	12.846.295,85	0,001	7,220	20.528.201,64	-267,228
Dívida Pública Consolidada (DC)	20.899.768,24	0,002	11,746	16.109.031,77	0,002	9,054	(4.790.736,47)	-22,922
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(83.912.453,78)	-0,009	-47,160	(83.848.036,09)	-0,008	-47,124	64.417,69	-0,077

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2023

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2023	939.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2023	1.028.000.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024

A finalidade desse demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º , § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	310.000.000,00	400.000.000,00	29,03	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	290.405.000,00	387.437.807,69	33,41	427.362.300,00	14,97	463.674.679,08	8,50	492.688.538,34	6,26	516.696.299,63	4,87
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	310.000.000,00	400.000.000,00	29,03	445.000.000,00	7,09	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	395.119.713,48	0,00	435.887.000,00	21,46	475.825.858,43	9,16	504.572.325,49	6,04	528.317.224,80	4,71
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	290.405.000,00	(7.681.905,79)	-102,64	(8.524.700,00)	-166,36	(12.151.179,35)	42,54	(11.883.787,15)	-2,20	(11.620.925,17)	-2,21
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	290.405.000,00	(7.681.905,79)	-102,64	(8.524.700,00)	-166,36	(12.151.179,35)	42,54	(11.883.787,15)	-2,20	(11.620.925,17)	-2,21
Dívida Pública Consolidada (DC)	16.109.031,77	20.899.768,24	29,74	16.682.498,10	3,56	18.056.110,12	8,23	18.940.859,52	4,90	19.831.079,92	4,70
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(73.388.344,61)	(83.912.453,78)	14,34	(97.617.141,00)	16,42	(97.735.927,92)	0,12	(103.279.988,38)	5,67	(108.852.147,84)	5,39

Câmara Municipal de J. Monlevade - 180 - 081

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	335.284.840,00	413.600.000,00	30,33	445.000.000,00	1,84	469.961.240,31	5,61	483.557.178,05	2,89	492.262.813,65	1,80
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	314.091.593,42	400.610.693,15	22,37	427.362.300,00	11,19	449.297.169,65	5,13	462.607.920,89	2,96	471.019.211,59	1,82
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	335.284.840,00	413.600.000,00	28,14	445.000.000,00	3,57	469.961.240,31	5,61	483.557.178,05	2,89	492.262.813,65	1,80
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	408.553.783,74	0,00	435.887.000,00	17,47	461.071.568,25	5,78	473.766.155,03	2,75	481.612.821,44	1,66
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	314.091.593,42	(7.943.090,59)	-95,77	(8.524.700,00)	-164,18	(11.774.398,60)	38,12	(11.158.234,13)	-5,23	(10.593.609,85)	-5,06
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	314.091.593,42	(7.943.090,59)	-95,77	(8.524.700,00)	-164,18	(11.774.398,60)	38,12	(11.158.234,13)	-5,23	(10.593.609,85)	-5,06
Dívida Pública Consolidada (DC)	17.422.948,84	21.610.360,36	-4,40	16.682.498,10	0,15	17.496.230,74	4,88	17.784.443,84	1,65	18.077.968,89	1,65
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(79.374.191,55)	(86.765.477,21)	9,23	(97.617.141,00)	12,59	(94.705.356,51)	-2,98	(96.974.329,57)	2,40	(99.229.378,83)	2,33

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2022	2023	2024*	2025*	2026	2027
5,80	4,60	3,40	3,20	3,20	3,00

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:23:54

Menu LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade
181

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2025

J. Monlevade - Câmara Municipal de 182

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	498.377,65	0,125	498.377,65	0,145	2.178,30	0,001
Resultado Acumulado	397.720.482,14	99,875	342.234.533,80	99,855	287.591.278,53	99,999
Total	398.218.859,79	100%	342.732.911,45	100%	287.593.456,83	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024

O conceito de Patrimônio Líquido está vinculado ao de Patrimônio Público. A composição do patrimônio, estabelece o conceito de Patrimônio
Público como segue:
Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Ele é composto pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, conforme segue:
1. Ativo - compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;
2. Passivo - compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
3. Patrimônio Líquido, Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
Assim, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2025

J. Monlevade - Câmara Municipal de 183

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4°, §2°, inciso III)

RS 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**9.138.693,37**	**887.952,54**	**0,03**
Alienação de Bens Móveis	343.720,00	215.585,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	8.067.611,42	653.045,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	727.361,95	19.322,54	0,03
DESPESAS EXECUTADAS	**2023 (d)**	**2022 (e)**	**2021 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**4.158.339,71**	**30.673,04**	**0,00**
DESPESAS DE CAPITAL	**4.158.339,71**	**30.673,04**	**0,00**
Investimentos	4.158.339,71	30.673,04	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2023 (g) = ((Ia - IId) + IIIb)**	**2022 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2021 (i) = ((Ic - IIf))**
VALOR (III)	**5.837.633,19**	**857.279,53**	**0,03**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024

O Demonstrativo deve conter informações sobre as receitas realizadas por meio da alienação de ativos (discriminando as alienações de bens móveis e imóveis), e as despesas executadas resultantes da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, discriminando as despesas de capital e as despesas correntes dos regimes de previdência.

A LRF estabeleceu esse artigo objetivando preservar o patrimônio público, de forma a impedir que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes de forma a evitar que haja a dilapidação do patrimônio público. Todavia, o que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2025	2026	2027	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Isenção	Isenção de IPTU para as famílias vítimas das chuvas em regiões alagadas - calamidade pública.	200.000,00	250.000,00	300.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Outros benefícios	Desconto por antecipação de pagamento.	1.200.000,00	1.320.000,00	1.500.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afeta a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	Redução de juros e multas para todos os contribuintes inscritos na dívida ativa inadimplentes através do refis.	300.000,00	330.000,00	360.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	Concessão de isenção em caráter não geral	Isenção de tributos em geral para empreendimentos de alcance socioeconômicos e de habitação (geração de emprego e renda).	2.000.000,00	2.200.000,00	2.420.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Total			3.700.000,00	4.100.000,00	4.580.000,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:52:52

O Demonstrativo informa os valores previstos de novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-as da margem bruta de expansão (aumento permanente de receita e redução permanente de despesa).

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

Câmara Municipal de J. Monlevade

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2025

Câmara Municipal de J. Monlevade 185

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	34.979.649,50
(-) Transferências Constituicionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	38.233,67
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	34.941.415,83
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	34.941.415,83
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	22.447.427,10
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	22.447.427,10
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	12.493.988,73

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado - DOCC foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF no art. 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado.

Ainda em relação ao mesmo artigo da LRF, está estabelecido que os atos que criarem ou aumentarem as DOCC deverão ser instruídos com a estimativa de impacto orçamentáriofinanceiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Também deve haver a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no § 1o do art. 4 da LRF e seus efeitos financeiros nos períodos seguintes devem ser o compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesas. As DOCC não serão executadas antes da implementação de tais medidas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
ARRECADADORA	387.751.465,74	457.065.157,67	170,88	485.887.200,00	-45,41	526.106.322,10	38,83	559.878.529,87	12,03	589.662.708,77	-14,98
Receitas Correntes	372.462.264,87	417.498.875,72	12,09	469.187.200,00	12,38	504.166.849,55	7,46	536.717.023,16	6,46	571.471.611,24	6,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.963.714,87	69.611.243,39	16,09	87.254.000,00	25,34	86.090.227,79	-1,33	90.230.580,93	4,81	96.154.932,22	6,57
Impostos	58.298.363,01	67.800.794,73	16,30	84.516.000,00	24,65	84.055.635,86	-0,54	88.110.663,95	4,82	93.931.113,13	6,61
Impostos sobre o Patrimônio	17.314.255,61	18.356.136,86	6,02	23.761.000,00	29,44	22.010.655,98	-7,37	23.956.878,12	8,84	26.782.025,80	11,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	13.377.594,99	14.326.141,84	7,09	18.760.000,00	30,95	17.371.101,22	-7,40	19.109.585,18	10,01	21.625.710,09	13,17
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	10.507.356,64	11.264.336,41	7,20	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	0,00	11.264.336,41	0,00	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	55.294,31	67.897,23	22,79	100.000,00	47,28	71.427,89	-28,57	74.927,86	4,90	78.449,47	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	2.114.616,23	2.458.630,89	16,27	3.000.000,00	22,02	2.786.479,70	-7,12	2.913.217,21	4,55	3.140.738,42	7,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	700.327,81	535.277,31	-23,57	660.000,00	23,30	663.111,73	0,47	690.704,20	4,16	718.467,30	4,02
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.001.000,00	24,09	4.639.554,76	-7,23	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.000.000,00	24,07	4.639.554,76	-7,21	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimento	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Impostos sobre Serviços	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	32.585.845,65	37.093.230,29	13,83	44.000.000,00	18,62	47.022.078,27	6,87	48.503.392,63	3,15	50.858.065,64	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	4.854,84	7.920,48	63,15	5.000,00	-36,87	8.332,34	66,65	8.740,62	4,90	9.151,43	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívic	356.158,81	477.926,36	34,19	400.000,00	-16,31	502.778,53	25,69	527.414,68	4,90	552.203,17	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	131.749,85	146.733,26	11,37	200.000,00	36,30	154.363,39	-22,82	161.927,20	4,90	169.537,78	4,70
Taxas	1.665.351,86	1.810.448,66	8,71	2.738.000,00	51,23	2.034.591,93	-25,69	2.119.916,98	4,19	2.223.819,09	4,90
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	295.264,65	450.344,49	52,52	468.000,00	3,92	503.762,34	7,64	518.976,74	3,02	552.334,65	6,43
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	294.611,90	449.308,66	52,51	465.000,00	3,49	500.672,65	7,67	515.833,66	3,03	549.137,85	6,46
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	220.618,83	263.321,76	19,36	380.000,00	44,31	297.014,44	-21,84	300.588,20	1,20	314.245,85	4,54
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	3.216,02	2.203,33	-31,49	5.000,00	126,93	2.317,90	-53,64	2.431,48	4,90	2.545,76	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	55.869,81	152.903,72	173,68	60.000,00	-60,76	168.854,71	181,42	178.736,59	5,85	196.667,21	10,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	14.907,24	30.879,85	107,15	20.000,00	-35,23	32.485,60	62,43	34.077,39	4,90	35.679,03	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	652,75	1.035,83	58,69	3.000,00	189,62	3.089,69	2,99	3.143,08	1,73	3.196,80	1,71

Memo: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade
285

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	652,75	1.035,83	58,69	1.000,00	-3,46	1.089,69	8,97	1.143,08	4,90	1.196,80	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.097.177,79	1.137.044,03	3,63	2.000.000,00	75,89	1.296.170,32	-35,19	1.354.782,67	4,52	1.413.757,46	4,35
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	9.184,42	9.017,49	-1,82	20.000,00	121,79	9.486,40	-52,57	9.951,23	4,90	10.418,94	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	190.107,85	161.704,86	-14,94	180.000,00	11,31	170.113,51	-5,49	178.449,07	4,90	186.836,18	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	73.617,15	52.337,79	-28,91	70.000,00	33,75	55.059,36	-21,34	57.757,27	4,90	60.471,86	4,70
Contribuições	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Receita Patrimonial	**12.546.243,30**	**13.333.265,54**	**6,27**	**11.642.700,00**	**-12,68**	**15.085.832,83**	**29,40**	**15.755.058,54**	**4,57**	**16.448.546,40**	**4,40**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Valores Mobiliários	**12.528.933,27**	**13.324.181,52**	**6,35**	**11.642.700,00**	**-12,62**	**15.056.276,44**	**29,32**	**15.745.033,99**	**4,57**	**16.438.050,59**	**4,40**
Juros e Correções Monetárias	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos - Principal	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**27.749.849,86**	**31.194.135,50**	**12,41**	**37.234.000,00**	**19,36**	**38.623.841,05**	**3,73**	**41.746.235,26**	**8,08**	**44.148.082,32**	**5,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.650.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	493.520,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	274.259,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	51.200,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	**0,00**	**53.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**31.093.824,00**	**0,00**	**37.184.000,00**	**19,59**	**38.515.769,33**	**3,58**	**41.632.868,03**	**8,09**	**44.029.386,83**	**5,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**23.894.984,60**	**0,00**	**28.342.000,00**	**18,61**	**29.553.852,96**	**4,28**	**31.980.817,75**	**8,21**	**33.284.790,19**	**4,08**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	23.142.828,98	0,00	27.317.000,00	18,04	28.595.968,85	4,68	30.850.171,32	7,88	32.112.129,37	4,09
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	498.322,18	0,00	735.000,00	48,09	648.932,33	-11,71	775.830,01	19,55	802.894,02	3,49
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	203.352,00	0,00	230.000,00	13,10	244.907,31	6,48	285.927,77	16,75	297.016,38	3,88
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	52.481,44	0,00	60.000,00	14,33	64.044,47	6,74	68.888,65	7,56	72.750,42	5,61
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**6.501.427,02**	**0,00**	**8.067.000,00**	**24,08**	**7.990.578,28**	**-0,95**	**8.642.916,62**	**8,16**	**9.597.433,70**	**11,04**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**697.412,38**	**0,00**	**775.000,00**	**11,13**	**971.338,09**	**25,33**	**1.009.133,66**	**3,89**	**1.147.162,94**	**13,68**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços	**280.033,95**	**47.111,50**	**-83,18**	**50.000,00**	**6,13**	**52.105,32**	**4,21**	**54.658,48**	**4,90**	**57.227,43**	**4,70**
Outros Serviços - Principal	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Transferências Correntes	**259.955.655,10**	**293.071.843,22**	**12,74**	**322.901.000,00**	**10,18**	**351.351.579,07**	**8,81**	**375.418.846,44**	**6,85**	**399.619.532,22**	**6,45**
Transferências da União e de suas Entidades	**108.430.440,83**	**120.117.262,94**	**10,78**	**130.001.000,00**	**8,23**	**149.403.360,62**	**14,92**	**160.555.165,28**	**7,46**	**173.785.258,06**	**8,24**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**66.866.787,36**	**69.221.993,80**	**3,52**	**80.001.000,00**	**15,57**	**91.821.537,48**	**14,78**	**100.389.792,81**	**9,33**	**109.980.113,08**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**66.865.044,03**	**69.219.089,05**	**3,52**	**80.000.000,00**	**15,58**	**91.818.481,68**	**14,77**	**100.386.587,28**	**9,33**	**109.976.756,89**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Col	**61.206.371,05**	**63.675.389,61**	**4,03**	**75.000.000,00**	**17,78**	**85.986.509,87**	**14,65**	**94.268.848,85**	**9,63**	**103.571.484,75**	**9,87**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Col	**5.658.672,98**	**5.543.699,44**	**-2,03**	**5.000.000,00**	**-9,81**	**5.831.971,81**	**16,64**	**6.117.738,43**	**4,90**	**6.405.272,14**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.743,33**	**2.904,75**	**66,62**	**1.000,00**	**-65,57**	**3.055,80**	**205,58**	**3.205,53**	**4,90**	**3.356,19**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.356,19	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**3.765.434,24**	**2.629.377,51**	**-30,17**	**2.500.000,00**	**-4,92**	**4.806.105,15**	**92,24**	**5.901.644,30**	**22,79**	**7.938.021,58**	**19,26**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.039.242,17**	**1.284.453,37**	**23,60**	**1.000.000,00**	**-22,15**	**3.351.244,95**	**235,12**	**4.417.455,95**	**31,82**	**5.484.076,38**	**24,15**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Exploraç	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**6.874.116,42**	**6.131.902,55**	**-10,80**	**6.000.000,00**	**-2,15**	**6.450.761,48**	**7,51**	**6.766.848,79**	**4,90**	**7.084.890,68**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**22.835.622,28**	**24.545.741,36**	**7,49**	**25.000.000,00**	**1,85**	**26.822.119,91**	**7,29**	**27.087.403,79**	**0,99**	**28.360.511,77**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.438.848,76**	**2.483.055,38**	**72,57**	**1.800.000,00**	**-27,51**	**2.612.174,26**	**45,12**	**2.740.170,80**	**4,90**	**2.868.958,83**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**552.977,12**	**471.468,96**	**-14,74**	**500.000,00**	**6,05**	**495.985,35**	**-0,80**	**520.288,63**	**4,90**	**544.742,20**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**13.000,00**	**5.350.060,67**	**11.054,31**	**8.500.000,00**	**58,88**	**5.628.263,82**	**-33,79**	**5.904.048,75**	**4,90**	**6.181.539,04**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	13.000,00	5.350.060,67	11.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	**2.824.153,56**	**4.682.891,64**	**65,82**	**3.910.000,00**	**-16,50**	**5.926.402,01**	**51,57**	**6.167.795,70**	**4,07**	**6.410.682,10**	**3,94**
Transf.do Salário-Educação	**2.210.521,65**	**2.636.707,20**	**19,28**	**3.000.000,00**	**13,78**	**3.773.815,97**	**25,79**	**3.909.732,95**	**3,60**	**4.046.490,40**	**3,50**
Transf.do Salário-Educação - Principal	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**601.704,00**	**861.827,80**	**43,23**	**890.000,00**	**3,27**	**906.642,85**	**1,87**	**951.068,35**	**4,90**	**995.768,56**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**11.927,91**	**19.571,49**	**64,08**	**20.000,00**	**2,19**	**20.589,21**	**2,95**	**21.598,08**	**4,90**	**22.613,19**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	**0,00**	**1.164.785,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.225.353,98**	**0,00**	**1.285.396,32**	**4,90**	**1.345.809,95**	**4,70**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	0,00	1.164.785,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Enti	67.670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**2.352.532,67**	**3.826.610,27**	**62,66**	**990.000,00**	**-74,13**	**4.025.594,00**	**306,63**	**4.222.848,11**	**4,90**	**4.421.321,97**	**4,70**
Transferência Especial da União	**0,00**	**850.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**894.200,00**	**0,00**	**938.015,80**	**4,90**	**982.102,54**	**4,70**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	894.200,00	0,00	938.015,80	4,90	982.102,54	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**619.262,94**	**728.876,19**	**17,70**	**990.000,00**	**35,83**	**766.777,75**	**-22,55**	**804.349,86**	**4,90**	**842.154,38**	**4,70**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº	619.262,94	728.876,19	17,70	990.000,00	35,83	766.777,75	-22,55	804.349,86	4,90	842.154,30	4,70
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS	**558.026,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art	558.026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**1.175.243,23**	**2.247.734,08**	**91,26**	**0,00**	**0,00**	**2.364.616,25**	**0,00**	**2.480.482,45**	**4,90**	**2.597.065,13**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entid	1.175.243,23	2.247.734,08	91,26	0,00	0,00	2.364.616,25	0,00	2.480.482,45	4,90	2.597.065,13	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**110.432.689,86**	**130.115.628,91**	**17,82**	**146.300.000,00**	**12,44**	**148.881.641,61**	**1,76**	**155.588.842,05**	**4,51**	**162.337.517,62**	**4,34**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**92.872.524,57**	**113.966.578,44**	**22,71**	**136.020.000,00**	**19,35**	**131.892.840,52**	**-3,03**	**137.767.589,70**	**4,45**	**143.678.666,42**	**4,29**
Cota-Parte do ICMS	**75.513.148,53**	**89.389.218,09**	**18,38**	**105.000.000,00**	**17,46**	**106.037.457,43**	**0,99**	**110.645.292,84**	**4,35**	**115.261.621,60**	**4,19**
Cota-Parte do ICMS - Principal	75.513.148,53	89.389.218,09	18,38	105.000.000,00	17,46	106.037.457,43	0,99	110.645.292,84	4,35	115.261.621,60	4,19
Cota-Parte do IPVA	**16.447.498,84**	**23.692.873,09**	**44,05**	**30.000.000,00**	**26,62**	**24.924.902,49**	**-16,92**	**26.146.222,71**	**4,90**	**27.375.095,18**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	16.447.498,84	23.692.873,09	44,05	30.000.000,00	26,62	24.924.902,49	-16,92	26.146.222,71	4,90	27.375.095,18	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	**852.225,36**	**872.463,19**	**2,37**	**1.000.000,00**	**14,62**	**917.831,28**	**-8,22**	**962.805,01**	**4,90**	**1.008.056,85**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	852.225,36	872.463,19	2,37	1.000.000,00	14,62	917.831,28	-8,22	962.805,01	4,90	1.008.056,85	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**59.651,84**	**12.024,07**	**-79,84**	**20.000,00**	**66,33**	**12.649,32**	**-36,75**	**13.269,14**	**4,90**	**13.892,79**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	59.651,84	12.024,07	-79,84	20.000,00	66,33	12.649,32	-36,75	13.269,14	4,90	13.892,79	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	13.855.122,29	15.728.003,94	13,52	10.000.000,00	-36,42	16.545.860,14	65,46	17.356.607,29	4,90	18.172.367,83	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e da S	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	157.800,00	0,00	165.532,20	4,90	173.312,21	4,70
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**3.705.043,00**	**271.046,53**	**-92,68**	**280.000,00**	**3,30**	**285.140,95**	**1,84**	**299.112,86**	**4,90**	**313.171,16**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	**1.145.495,94**	**199.812,00**	**-82,56**	**200.000,00**	**0,09**	**210.202,22**	**5,10**	**220.502,13**	**4,90**	**230.865,73**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	1.145.495,94	199.812,00	-82,56	200.000,00	0,09	210.202,22	5,10	220.502,13	4,90	230.865,73	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**71.234,53**	**71.234,53**	**0,00**	**80.000,00**	**12,31**	**74.938,73**	**-6,33**	**78.610,73**	**4,90**	**82.305,43**	**4,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	71.234,53	71.234,53	0,00	80.000,00	12,31	74.938,73	-6,33	78.610,73	4,90	82.305,43	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**2.488.312,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**

Câmara Municipal de J. Monlevade - 150

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	40.214.853,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Demais Transferências Correntes	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**4.968.622,15**	**2.996.530,84**	**-39,69**	**2.355.500,00**	**-21,39**	**3.364.335,00**	**42,83**	**3.519.387,42**	**4,61**	**3.675.398,63**	**4,43**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Específica	**1.622.992,84**	**1.902.165,31**	**17,20**	**2.000.000,00**	**5,14**	**2.201.077,91**	**10,05**	**2.299.130,73**	**4,45**	**2.397.769,87**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.622.992,84	1.899.422,11	17,03	2.000.000,00	5,30	2.198.192,06	9,91	2.296.103,47	4,45	2.394.620,33	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas	0,00	2.743,20	0,00	0,00	0,00	2.885,85	0,00	3.027,26	4,90	3.169,54	4,70
Multas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**2.676.601,41**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações - Principal	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições - Principal	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Demais Receitas Correntes	**655.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Outras Receitas Correntes	**655.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receita	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Outras Receitas	**484.487,18**	**140.391,69**	**-71,02**	**30.000,00**	**-78,63**	**147.692,06**	**392,31**	**154.928,97**	**4,90**	**162.210,64**	**4,70**
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**484.487,18**	**16.481,58**	**-96,60**	**30.000,00**	**82,02**	**17.338,62**	**-42,20**	**18.188,21**	**4,90**	**19.043,06**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet pela RFB - Primárias -	476.229,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet pela RFB - Primárias -	8.257,33	16.481,58	99,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**0,00**	**123.910,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.353,44**	**0,00**	**136.740,76**	**4,90**	**143.167,58**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Receitas de Capital	**15.289.200,87**	**39.566.281,95**	**158,79**	**16.700.000,00**	**-57,79**	**21.939.472,55**	**31,37**	**23.161.506,71**	**5,57**	**18.191.097,53**	**-21,46**

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Operações de Crédito	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúe - Prir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Alienação de Bens	**868.630,00**	**8.411.331,42**	**868,34**	**5.200.000,00**	**-38,18**	**3.849.835,75**	**-25,96**	**4.283.477,70**	**11,26**	**1.719.801,15**	**-59,85**
Alienação de Bens Móveis	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis - Principal	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Transferências de Capital	**9.167.712,89**	**28.515.408,16**	**211,04**	**5.500.000,00**	**-80,71**	**15.312.838,23**	**178,42**	**15.965.167,31**	**4,26**	**13.421.530,18**	**-15,93**
Transferências da União e de suas Entidades	**1.623.330,59**	**5.109.623,00**	**214,76**	**5.500.000,00**	**7,64**	**6.375.323,39**	**15,91**	**6.638.714,24**	**4,13**	**4.703.733,81**	**-29,15**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**199.686,00**	**534.009,00**	**167,42**	**0,00**	**0,00**	**561.777,47**	**0,00**	**589.304,56**	**4,90**	**617.001,87**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**199.686,00**	**534.009,00**	**167,42**	**0,00**	**0,00**	**561.777,47**	**0,00**	**589.304,56**	**4,90**	**617.001,87**	**4,70**
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**34.168,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.944,74**	**0,00**	**37.706,03**	**4,90**	**39.478,21**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públcos dé	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**499.841,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**525.832,73**	**0,00**	**551.598,53**	**4,90**	**577.523,66**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públcos de	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**199.686,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públcos de	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	**50.000,00**	**400.000,00**	**700,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	**50.000,00**	**400.000,00**	**700,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	**1.273.644,59**	**3.472.285,68**	**172,63**	**5.000.000,00**	**44,00**	**3.652.844,53**	**-26,94**	**3.831.833,92**	**4,90**	**2.011.930,12**	**-47,49**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**509.327,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**535.812,38**	**0,00**	**562.067,19**	**4,90**	**588.484,35**	**4,70**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**795.812,48**	**2.962.958,32**	**272,32**	**4.000.000,00**	**35,00**	**3.117.032,15**	**-22,07**	**3.269.766,73**	**4,90**	**1.423.445,77**	**-56,47**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**477.832,11**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**100.000,00**	**703.328,32**	**603,33**	**0,00**	**0,00**	**739.901,39**	**0,00**	**776.156,56**	**4,90**	**812.635,92**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**100.000,00**	**400.000,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	**0,00**	**303.328,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**319.101,39**	**0,00**	**334.737,36**	**4,90**	**350.470,02**	**4,70**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**7.544.382,30**	**7.509.501,21**	**-0,46**	**0,00**	**0,00**	**5.899.995,27**	**0,00**	**6.287.095,04**	**6,56**	**5.676.588,51**	**-9,71**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**1.744.458,42**	**2.385.846,56**	**36,77**	**0,00**	**0,00**	**2.509.910,58**	**0,00**	**2.632.896,20**	**4,90**	**2.756.642,32**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**1.394.458,42**	**1.351.653,90**	**-3,07**	**0,00**	**0,00**	**1.421.939,90**	**0,00**	**1.491.614,96**	**4,90**	**1.561.720,86**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**0,00**	**950.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**999.400,00**	**0,00**	**1.048.370,60**	**4,90**	**1.097.644,02**	**4,70**
Transf.de Convênios dos Estados destinadas a Programas de	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,02	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**350.000,00**	**84.192,66**	**-75,94**	**0,00**	**0,00**	**88.570,68**	**0,00**	**92.910,64**	**4,90**	**97.277,44**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Demais Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade 193

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**819.574,50**	**931.384,79**	**13,64**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Receitas Correntes	**819.574,50**	**931.384,79**	**13,64**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Receita de Serviços	**819.574,50**	**931.384,79**	**13,64**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**819.574,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**819.574,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**819.574,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	819.534,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**0,00**	**931.384,79**	**0,00**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Outros Serviços	**0,00**	**931.384,79**	**0,00**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**931.384,79**	**0,00**	**1.313.000,00**	**40,97**	**1.132.111,57**	**-13,78**	**1.184.587,04**	**4,64**	**1.236.374,64**	**4,37**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**733.794,77**	**0,00**	**958.000,00**	**30,55**	**913.577,01**	**-4,64**	**955.344,29**	**4,57**	**996.357,48**	**4,29**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - F	0,00	717.846,02	0,00	955.000,00	33,04	893.937,70	-6,39	932.840,65	4,35	971.984,16	4,20
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	42,29	0,00	1.000,00	2.264,63	46,77	-95,32	49,06	4,90	51,37	4,71
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	12.855,47	0,00	1.000,00	-92,22	16.218,15	1.521,82	18.914,84	16,63	20.615,84	8,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	3.050,99	0,00	1.000,00	-67,22	3.374,39	237,44	3.539,74	4,90	3.706,11	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**197.590,02**	**0,00**	**355.000,00**	**79,66**	**218.534,56**	**-38,44**	**229.242,75**	**4,90**	**240.017,16**	**4,70**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade - 19 57

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Receitas Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências da União e de suas Entidades	(12.353.227,85)	(12.606.838,70)	2,05	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(12.241.622,55)	(12.606.838,70)	2,98	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Cota-Parte do ICMS	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do ICMS - Principal	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do IPVA	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
TOTAL DA RECEITA	347.147.902,70	422.598.791,84	21,73	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , ás 11:25:53

Câmara Municipal de J. Monlevade 195

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
DESPESAS CORRENTES	**304.225.564,00**	**360.253.973,16**	**18,42**	**401.638.000,00**	**11,49**	**424.085.427,12**	**5,59**	**449.153.893,05**	**5,91**	**469.721.396,52**	**4,58**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	153.701.306,27	180.743.821,50	17,59	202.728.800,00	12,16	205.854.747,15	1,54	217.127.221,66	5,48	225.095.227,69	3,67
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRAT	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	153.188.554,32	179.702.626,45	17,31	201.398.800,00	12,07	204.759.409,96	1,67	215.978.212,95	5,48	223.892.215,57	3,66
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.530.596,42	1.683.957,10	10,02	1.695.000,00	0,66	2.390.867,54	41,05	2.878.620,05	20,40	2.966.915,19	3,07
PensÃµes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16.290.611,17	34.290.461,76	110,49	40.860.000,00	19,13	45.161.476,79	10,55	47.402.211,05	4,96	48.781.615,05	2,91
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	97.884.408,96	99.593.392,56	1,75	108.355.000,00	8,80	110.327.765,01	1,82	116.342.399,31	5,45	120.168.192,07	3,29
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	31.172.947,83	36.348.459,73	16,60	40.453.200,00	11,29	38.612.863,86	-4,55	40.883.454,19	5,88	43.094.056,55	5,41
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	2.493.639,03	3.102.657,01	24,42	3.803.000,00	22,57	3.263.995,17	-14,17	3.423.930,93	4,90	3.584.855,68	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.233.109,63	3.647.573,79	12,82	5.144.900,00	41,05	3.853.982,89	-25,09	4.039.064,25	4,80	4.225.746,80	4,62
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.375,80	0,00	500,00	-63,66	1.521,63	204,33	1.596,19	4,90	1.671,21	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	583.241,28	1.034.748,68	77,41	1.097.200,00	6,04	946.937,07	-13,70	1.006.936,98	6,34	1.069.163,02	6,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.848.472,64	176.535.340,70	19,40	195.609.200,00	10,80	215.101.178,84	9,96	228.743.824,70	6,34	241.189.028,35	5,44
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	15.617.221,80	3.910.289,44	-74,96	5.194.000,00	32,83	4.477.383,51	-13,80	4.721.605,31	5,45	4.939.992,75	4,63
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	61.324,61	78.262,28	27,62	120.000,00	53,33	126.090,94	5,08	168.779,40	33,86	182.412,03	8,08
CONTRIBUIÇÕES	1.423.323,58	1.764.250,96	23,95	2.786.000,00	57,91	1.965.992,01	-29,43	2.060.935,62	4,83	2.158.441,59	4,73
SUBVENÇÕES SOCIAIS	14.132.573,61	2.067.776,20	-85,37	2.288.000,00	10,65	2.385.300,56	4,25	2.491.690,29	4,47	2.599.139,13	4,30
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	120.538.010,97	156.289.433,34	29,66	178.153.100,00	13,99	192.347.192,27	7,97	205.302.183,04	6,74	216.577.836,33	5,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	219.621,71	374.742,28	70,63	352.200,00	-6,02	528.343,56	50,01	554.232,41	4,90	580.281,33	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	11.543.997,35	12.412.005,43	7,52	17.661.900,00	42,30	20.847.779,01	18,04	24.483.300,18	17,44	28.065.848,12	14,63
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	36.513,58	197.947,13	442,12	201.000,00	1,54	208.815,48	3,89	219.047,44	4,90	229.342,68	4,70
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.143.834,18	3.398.458,56	8,10	4.319.000,00	27,09	4.575.273,50	5,93	4.750.461,90	3,83	4.926.733,61	3,71

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade
196

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Passagens e Despesas com Locomoção	1.048,80	17.686,57	1.586,36	13.900,00	-21,41	19.561,35	40,73	20.519,86	4,90	21.484,29	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CO	512.470,82	527.655,05	2,96	650.000,00	23,19	555.093,11	-14,60	582.292,67	4,90	609.660,43	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	304.692,90	540.216,43	77,30	1.509.000,00	179,33	633.420,33	-58,02	665.357,92	5,04	698.729,75	5,02
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	2.253.372,01	3.171.979,54	40,77	3.606.450,00	13,70	3.557.963,25	-1,34	3.726.822,96	4,75	3.922.624,48	5,25
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	81.929.815,79	111.661.269,84	36,29	122.548.950,00	9,75	133.457.627,09	8,90	140.575.050,82	5,33	146.179.204,28	3,99
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	1.711.995,65	2.466.764,47	44,09	3.510.000,00	42,29	3.612.907,43	2,93	3.740.449,90	3,53	3.868.781,05	3,43
SUBVENÇÕES SOCIAIS	137.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.464.506,47	14.684.650,49	40,33	17.094.000,00	16,41	17.125.258,42	0,18	18.237.996,09	6,50	19.269.981,91	5,66
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.313.453,70	3.530.669,53	6,56	3.406.300,00	-3,52	3.744.623,56	9,93	4.018.250,12	7,31	4.236.907,88	5,44
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.773.507,10	222.231,99	-87,47	470.000,00	111,49	233.788,05	-50,26	245.243,66	4,90	256.770,11	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.189.014,64	967.023,55	-18,67	1.213.000,00	25,44	1.058.609,27	-12,73	1.186.981,13	12,13	1.306.734,24	10,09
Sentenças Judiciais	1.073.618,28	1.039.339,34	-3,19	612.300,00	-21,84	1.055.435,07	29,93	1.107.151,00	4,90	1.159.143,96	4,70
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	239,70	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	928.745,29	1.076.793,14	15,94	772.500,00	-28,26	1.132.703,79	46,63	1.189.004,98	4,97	1.245.608,21	4,76
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTR	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃ	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
DESPESAS DE CAPITAL	**37.924.612,87**	**55.267.672,72**	**45,73**	**40.362.900,00**	**-26,97**	**56.914.572,88**	**41,01**	**60.846.106,95**	**6,91**	**64.278.603,48**	**5,64**
INVESTIMENTOS	34.676.694,54	52.801.387,37	52,27	37.962.000,00	-28,10	54.320.040,69	43,09	58.124.442,68	7,00	61.429.020,99	5,69
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	33.929.221,03	52.636.644,70	55,14	37.836.800,00	-28,12	52.146.731,40	37,82	55.942.641,24	7,28	59.238.674,88	5,89
MATERIAL DE CONSUMO	764.851,65	657.324,97	-14,06	5.000,00	-99,24	384.923,74	7.598,47	574.885,00	49,35	572.863,59	-0,35
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	84.823,28	387.822,46	357,21	945.000,00	143,67	838.028,07	-11,32	984.691,45	17,50	1.035.971,90	5,21
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	0,00	15.480,00	0,00	0,00	0,00	16.284,96	0,00	17.062,92	4,90	17.865,42	4,70
OBRAS E INSTALAÇÕES	26.678.963,47	42.313.388,51	58,60	32.179.000,00	-23,95	43.093.070,92	33,92	45.777.631,40	6,23	48.559.830,59	6,08

Memo: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade
197

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.190.684,71	7.087.991,09	14,49	4.707.800,00	-33,58	7.801.979,39	65,72	8.575.296,38	9,91	9.039.105,30	5,41
Aquisição de Imóveis	0,00	2.162.810,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	209.897,92	11.829,20	-94,36	0,00	0,00	12.444,32	0,00	13.054,09	4,90	13.667,63	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TR	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.564,27	4,90	2.849.582,49	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.564,27	4,90	2.849.582,49	4,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.564,27	4,90	2.849.582,49	4,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**33,33**	**5.000.000,00**	**25,00**	**6.000.000,00**	**20,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
TOTAL DA DESPESA	**342.150.176,87**	**415.521.645,88**	**21,44**	**445.000.000,00**	**7,09**	**485.000.000,00**	**8,99**	**515.000.000,00**	**6,19**	**540.000.000,00**	**4,85**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:34:49

Câmara Municipal de J. Monlevade
Fls. 157

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
ARRECADADORA	387.751.465,74	457.065.157,67	17,88	485.887.200,00	6,31	526.106.322,10	8,28	559.878.529,87	6,42	589.662.708,77	5,32
Receitas Correntes	372.462.264,87	417.498.875,72	12,09	469.187.200,00	12,38	504.166.849,55	7,46	536.717.023,16	6,46	571.471.611,24	6,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.963.714,87	69.611.243,39	16,09	87.254.000,00	25,34	86.090.227,79	-1,33	90.230.580,93	4,81	96.154.932,22	6,57
Impostos	58.298.363,01	67.800.794,73	16,30	84.516.000,00	24,65	84.055.635,86	-0,54	88.110.663,95	4,82	93.931.113,13	6,61
Impostos sobre o Patrimônio	17.314.255,61	18.356.136,86	6,02	23.761.000,00	29,44	22.010.655,98	-7,37	23.956.878,12	8,84	26.782.025,80	11,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	13.377.594,99	14.326.141,84	7,09	18.760.000,00	30,95	17.371.101,22	-7,40	19.109.585,18	10,01	21.625.710,09	13,17
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	10.507.356,64	11.264.336,41	7,20	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	0,00	11.264.336,41	0,00	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	55.294,31	67.897,23	22,79	100.000,00	47,28	71.427,89	-28,57	74.927,86	4,90	78.449,47	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	2.114.616,23	2.458.630,89	16,27	3.000.000,00	22,02	2.786.479,70	-7,12	2.913.217,21	4,55	3.140.738,42	7,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	700.327,81	535.277,31	-23,57	660.000,00	23,30	663.111,73	0,47	690.704,20	4,16	718.467,30	4,02
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.001.000,00	24,09	4.639.554,76	-7,23	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.000.000,00	24,07	4.639.554,76	-7,21	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimento	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Impostos sobre Serviços	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	32.585.845,65	37.093.230,29	13,83	44.000.000,00	18,62	47.022.078,27	6,87	48.503.392,63	3,15	50.858.065,64	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	4.854,84	7.920,48	63,15	5.000,00	-36,87	8.332,34	66,65	8.740,62	4,90	9.151,43	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divid	356.158,81	477.926,36	34,19	400.000,00	-16,31	502.778,53	25,69	527.414,68	4,90	552.203,17	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	131.749,85	146.733,26	11,37	200.000,00	36,30	154.363,39	-22,82	161.927,20	4,90	169.537,78	4,70
Taxas	1.665.351,86	1.810.448,66	8,71	2.738.000,00	51,23	2.034.591,93	-25,69	2.119.916,98	4,19	2.223.819,09	4,90
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	295.264,65	450.344,49	52,52	468.000,00	3,92	503.762,34	7,64	518.976,74	3,02	552.334,65	6,43
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	294.611,90	449.308,66	52,51	465.000,00	3,49	500.672,65	7,67	515.833,66	3,03	549.137,85	6,46
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	220.618,83	263.321,76	19,36	380.000,00	44,31	297.014,44	-21,84	300.588,20	1,20	314.245,85	4,54
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	3.216,02	2.203,33	-31,49	5.000,00	126,93	2.317,90	-53,64	2.431,48	4,90	2.545,76	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divida Ativa	55.869,81	152.903,72	173,68	60.000,00	-60,76	168.854,71	181,42	178.736,59	5,85	196.667,21	10,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	14.907,24	30.879,85	107,15	20.000,00	-35,23	32.485,60	62,43	34.077,39	4,90	35.679,03	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	652,75	1.035,83	58,69	3.000,00	189,62	3.089,69	2,99	3.143,08	1,73	3.196,89	1,71

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade
199

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	652,75	1.035,83	58,69	1.000,00	-3,46	1.089,69	8,97	1.143,08	4,90	1.196,80	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**1.370.087,21**	**1.360.104,17**	**-0,73**	**2.270.000,00**	**66,90**	**1.530.829,59**	**-32,56**	**1.600.940,24**	**4,58**	**1.671.484,44**	**4,41**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.097.177,79	1.137.044,03	3,63	2.000.000,00	75,89	1.296.170,32	-35,19	1.354.782,67	4,52	1.413.757,46	4,35
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	9.184,42	9.017,49	-1,82	20.000,00	121,79	9.486,40	-52,57	9.951,23	4,90	10.418,94	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	190.107,85	161.704,86	-14,94	180.000,00	11,31	170.113,51	-5,49	178.449,07	4,90	186.836,18	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	73.617,15	52.337,79	-28,91	70.000,00	33,75	55.059,36	-21,34	57.757,27	4,90	60.471,86	4,70
Contribuições	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**7.277.979,59**	**7.291.857,23**	**0,19**	**7.800.000,00**	**6,97**	**9.671.033,81**	**23,99**	**10.046.914,47**	**3,89**	**11.425.119,45**	**13,72**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Receita Patrimonial	**12.546.243,30**	**13.333.265,54**	**6,27**	**11.642.700,00**	**-12,68**	**15.065.832,83**	**29,40**	**15.755.058,64**	**4,57**	**16.448.546,40**	**4,40**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**17.310,03**	**9.084,02**	**-47,52**	**0,00**	**0,00**	**9.556,39**	**0,00**	**10.024,65**	**4,90**	**10.495,81**	**4,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Valores Mobiliários	**12.528.933,27**	**13.324.181,52**	**6,35**	**11.642.700,00**	**-12,62**	**15.056.276,44**	**29,32**	**15.745.033,99**	**4,57**	**16.438.050,59**	**4,40**
Juros e Correções Monetárias	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários	**12.526.181,55**	**13.321.859,72**	**6,35**	**11.637.700,00**	**-12,64**	**15.053.833,91**	**29,35**	**15.742.471,78**	**4,57**	**16.435.367,96**	**4,40**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos	**2.751,72**	**2.321,80**	**-15,62**	**5.000,00**	**115,35**	**2.442,53**	**-51,15**	**2.562,21**	**4,90**	**2.682,63**	**4,70**
Dividendos - Principal	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**27.749.849,86**	**31.194.135,50**	**12,41**	**37.234.000,00**	**19,36**	**38.623.841,05**	**3,73**	**41.746.235,26**	**8,08**	**44.148.082,32**	**5,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.986,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**53.200,00**	**-99,81**	**0,00**	**0,00**	**55.986,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**27.469.815,91**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.650.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Menu: LDO/"Relatórios"

Município de J. Monlevade - Câmara

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	493.520,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	274.259,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	51.200,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	**0,00**	**53.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**55.966,40**	**0,00**	**58.708,75**	**4,90**	**61.468,06**	**4,70**
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Outros Serviços	**280.033,95**	**31.140.935,50**	**11.020,41**	**37.234.000,00**	**19,57**	**38.567.874,65**	**3,58**	**41.687.526,51**	**8,09**	**44.086.614,26**	**5,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**31.093.824,00**	**0,00**	**37.184.000,00**	**19,59**	**38.515.769,33**	**3,58**	**41.632.868,03**	**8,09**	**44.029.386,83**	**5,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**23.894.984,60**	**0,00**	**28.342.000,00**	**18,61**	**29.553.852,96**	**4,28**	**31.980.817,75**	**8,21**	**33.284.790,19**	**4,08**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	23.142.828,98	0,00	27.317.000,00	18,04	28.595.968,85	4,68	30.850.171,32	7,88	32.112.129,37	4,09
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	496.322,18	0,00	735.000,00	48,09	648.932,33	-11,71	775.830,01	19,55	802.894,02	3,49
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	203.352,00	0,00	230.000,00	13,10	244.907,31	6,48	285.927,77	16,75	297.016,38	3,88
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	52.481,44	0,00	60.000,00	14,33	64.044,47	6,74	68.888,65	7,56	72.750,42	5,61
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**6.501.427,02**	**0,00**	**8.067.000,00**	**24,08**	**7.990.578,28**	**-0,95**	**8.642.916,62**	**8,16**	**9.597.433,70**	**11,04**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**697.412,38**	**0,00**	**775.000,00**	**11,13**	**971.338,09**	**25,33**	**1.009.133,66**	**3,89**	**1.147.162,94**	**13,68**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços	**280.033,95**	**47.111,50**	**-83,18**	**50.000,00**	**6,13**	**52.105,32**	**4,21**	**54.658,48**	**4,90**	**57.227,43**	**4,70**
Outros Serviços - Principal	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Transferências Correntes	**259.955.655,10**	**293.071.843,22**	**12,74**	**322.901.000,00**	**10,18**	**351.351.579,07**	**8,81**	**375.418.846,44**	**6,85**	**399.619.532,22**	**6,45**
Transferências da União e de suas Entidades	**108.430.440,83**	**120.117.262,94**	**10,78**	**130.001.000,00**	**8,23**	**149.403.360,62**	**14,92**	**160.555.165,28**	**7,46**	**173.785.258,06**	**8,24**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**66.866.787,36**	**69.221.993,80**	**3,52**	**80.001.000,00**	**15,57**	**91.821.537,48**	**14,78**	**100.389.792,81**	**9,33**	**109.980.113,08**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	**66.865.044,03**	**69.219.089,05**	**3,52**	**80.000.000,00**	**15,58**	**91.818.481,68**	**14,77**	**100.386.587,28**	**9,33**	**109.976.756,89**	**9,55**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**61.206.371,05**	**63.675.389,61**	**4,03**	**75.000.000,00**	**17,78**	**85.986.509,87**	**14,65**	**94.268.848,85**	**9,63**	**103.571.484,75**	**9,87**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**5.658.672,98**	**5.543.699,44**	**-2,03**	**5.000.000,00**	**-9,81**	**5.831.971,81**	**16,64**	**6.117.738,43**	**4,90**	**6.405.272,14**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.743,33**	**2.904,75**	**66,62**	**1.000,00**	**-65,57**	**3.055,80**	**205,58**	**3.205,53**	**4,90**	**3.356,19**	**4,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.356,19	4,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**3.765.434,24**	**2.629.377,51**	**-30,17**	**2.500.000,00**	**-4,92**	**4.806.105,15**	**92,24**	**5.901.644,30**	**22,79**	**7.038.021,58**	**19,26**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.039.242,17**	**1.284.453,37**	**23,60**	**1.000.000,00**	**-22,15**	**3.351.244,95**	**235,12**	**4.417.455,95**	**31,82**	**5.484.076,38**	**24,15**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**1.481.665,62**	**1.344.924,14**	**-9,23**	**1.500.000,00**	**11,53**	**1.454.860,20**	**-3,01**	**1.484.188,35**	**2,02**	**1.553.945,20**	**4,70**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Exploraçã	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**31.714.564,58**	**38.982.228,92**	**22,92**	**41.800.000,00**	**7,23**	**42.009.304,82**	**0,50**	**43.018.760,76**	**2,40**	**45.040.642,52**	**4,70**
Transf.da Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**6.874.116,42**	**6.131.902,55**	**-10,80**	**6.000.000,00**	**-2,15**	**6.450.761,48**	**7,51**	**6.766.848,79**	**4,90**	**7.084.890,68**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**22.835.622,28**	**24.545.741,36**	**7,49**	**25.000.000,00**	**1,85**	**26.822.119,91**	**7,29**	**27.087.403,79**	**0,99**	**28.360.511,77**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.438.848,76**	**2.483.055,38**	**72,57**	**1.800.000,00**	**-27,51**	**2.612.174,26**	**45,12**	**2.740.170,80**	**4,90**	**2.868.958,83**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**552.977,12**	**471.468,96**	**-14,74**	**500.000,00**	**6,05**	**495.985,35**	**-0,80**	**520.288,63**	**4,90**	**544.742,20**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**13.000,00**	**5.350.060,67**	**41.054,31**	**8.500.000,00**	**58,88**	**5.628.263,82**	**-33,79**	**5.904.048,75**	**4,90**	**6.181.539,04**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	13.000,00	5.350.060,67	41.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimen	**2.824.153,55**	**4.682.891,64**	**65,82**	**3.910.000,00**	**-16,50**	**5.926.402,01**	**51,57**	**6.167.795,70**	**4,07**	**6.410.682,10**	**3,94**
Transf.do Salário-Educação	**2.210.521,65**	**2.636.707,20**	**19,28**	**3.000.000,00**	**13,78**	**3.773.815,97**	**25,79**	**3.909.732,95**	**3,60**	**4.046.490,40**	**3,50**
Transf.do Salário-Educação - Principal	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**601.704,00**	**861.827,80**	**43,23**	**890.000,00**	**3,27**	**906.642,85**	**1,87**	**951.068,35**	**4,90**	**995.768,56**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**11.927,91**	**19.571,49**	**64,08**	**20.000,00**	**2,19**	**20.589,21**	**2,95**	**21.598,08**	**4,90**	**22.613,19**	**4,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	**0,00**	**1.164.785,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.225.353,98**	**0,00**	**1.285.396,32**	**4,90**	**1.345.809,95**	**4,70**
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvo	0,00	1.164.785,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – I	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – I	**839.297,54**	**774.160,80**	**-7,76**	**800.000,00**	**3,34**	**814.417,16**	**1,80**	**854.323,60**	**4,90**	**894.476,81**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entid	67.670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**2.352.532,67**	**3.826.610,27**	**62,66**	**990.000,00**	**-74,13**	**4.025.594,00**	**306,63**	**4.222.848,11**	**4,90**	**4.421.321,97**	**4,70**
Transferência Especial da União	**0,00**	**850.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**894.200,00**	**0,00**	**938.015,80**	**4,90**	**982.102,54**	**4,70**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	894.200,00	0,00	938.015,80	4,90	982.102,54	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**619.262,94**	**728.876,19**	**17,70**	**990.000,00**	**35,83**	**766.777,75**	**-22,55**	**804.349,86**	**4,90**	**842.154,80**	**4,70**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº	619.262,94	728.876,19	17,70	990.000,00	35,83	766.777,75	-22,55	804.349,86	4,90	842.154,30	4,70
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	**558.026,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art.	558.026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**1.175.243,23**	**2.247.734,08**	**91,26**	**0,00**	**0,00**	**2.364.616,25**	**0,00**	**2.480.482,45**	**4,90**	**2.597.065,13**	**4,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	1.175.243,23	2.247.734,08	91,26	0,00	0,00	2.364.616,25	0,00	2.480.482,45	4,90	2.597.065,13	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**110.432.689,86**	**130.115.628,91**	**17,82**	**146.300.000,00**	**12,44**	**148.881.641,61**	**1,76**	**155.588.842,05**	**4,51**	**162.337.517,62**	**4,34**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**92.872.524,57**	**113.966.578,44**	**22,71**	**136.020.000,00**	**19,35**	**131.892.840,52**	**-3,03**	**137.767.589,70**	**4,45**	**143.678.666,42**	**4,29**
Cota-Parte do ICMS	**75.513.148,53**	**89.389.218,09**	**18,38**	**105.000.000,00**	**17,46**	**106.037.457,43**	**0,99**	**110.645.292,84**	**4,35**	**115.281.621,60**	**4,19**
Cota-Parte do ICMS - Principal	75.513.148,53	89.389.218,09	18,38	105.000.000,00	17,46	106.037.457,43	0,99	110.645.292,84	4,35	115.281.621,60	4,19
Cota-Parte do IPVA	**16.447.498,84**	**23.692.873,09**	**44,05**	**30.000.000,00**	**26,62**	**24.924.902,49**	**-16,92**	**26.146.222,71**	**4,90**	**27.375.095,18**	**4,70**
Cota-Parte do IPVA - Principal	16.447.498,84	23.692.873,09	44,05	30.000.000,00	26,62	24.924.902,49	-16,92	26.146.222,71	4,90	27.375.095,18	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	**852.225,36**	**872.463,19**	**2,37**	**1.000.000,00**	**14,62**	**917.831,28**	**-8,22**	**962.805,01**	**4,90**	**1.008.056,85**	**4,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	852.225,36	872.463,19	2,37	1.000.000,00	14,62	917.831,28	-8,22	962.805,01	4,90	1.008.056,85	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**59.651,84**	**12.024,07**	**-79,84**	**20.000,00**	**66,33**	**12.649,32**	**-36,75**	**13.269,14**	**4,90**	**13.892,79**	**4,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	59.651,84	12.024,07	-79,84	20.000,00	66,33	12.649,32	-36,75	13.269,14	4,90	13.892,79	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**13.855.122,29**	**15.728.003,94**	**13,52**	**10.000.000,00**	**-36,42**	**16.545.860,14**	**65,46**	**17.356.607,29**	**4,90**	**18.172.367,83**	**4,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	13.855.122,29	15.728.003,94	13,52	10.000.000,00	-36,42	16.545.860,14	65,46	17.356.607,29	4,90	18.172.367,83	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**157.800,00**	**0,00**	**165.532,20**	**4,90**	**173.312,21**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	157.800,00	0,00	165.532,20	4,90	173.312,21	4,70
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**3.705.043,09**	**271.046,53**	**-92,68**	**280.000,00**	**3,30**	**285.140,95**	**1,84**	**299.112,86**	**4,90**	**313.171,16**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	**1.145.495,94**	**199.812,00**	**-82,56**	**200.000,00**	**0,09**	**210.202,22**	**5,10**	**220.502,13**	**4,90**	**230.865,73**	**4,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - P	1.145.495,94	199.812,00	-82,56	200.000,00	0,09	210.202,22	5,10	220.502,13	4,90	230.865,73	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**71.234,53**	**71.234,53**	**0,00**	**80.000,00**	**12,31**	**74.938,73**	**-6,33**	**78.610,73**	**4,90**	**82.305,43**	**4,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	71.234,53	71.234,53	0,00	80.000,00	12,31	74.938,73	-6,33	78.610,73	4,90	82.305,43	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**2.488.312,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Transferências de Instituições Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituIÃ§Ãµes Privadas	**875.351,21**	**844.954,59**	**-3,47**	**600.000,00**	**-28,99**	**888.892,23**	**48,15**	**932.447,95**	**4,90**	**976.273,00**	**4,70**
Outras TransferÃªncias de InstituIÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**40.214.953,25**	**41.993.996,78**	**4,42**	**46.000.000,00**	**9,54**	**52.177.684,61**	**13,43**	**58.342.391,16**	**11,81**	**62.520.483,54**	**7,16**

Menu: LDO/"Relatórios"

Prefeitura Municipal de J. Monlevade - Câmara Municipal
903

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Demais Transferências Correntes	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**2.219,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**4.968.822,15**	**2.996.530,84**	**-39,69**	**2.355.500,00**	**-21,39**	**3.364.335,00**	**42,83**	**3.519.387,42**	**4,61**	**3.675.398,63**	**4,43**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**1.637.033,26**	**1.911.600,05**	**16,77**	**2.020.000,00**	**5,67**	**2.211.003,26**	**9,46**	**2.309.542,42**	**4,46**	**2.408.690,91**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Específica	**1.622.992,84**	**1.902.165,31**	**17,20**	**2.000.000,00**	**5,14**	**2.201.077,91**	**10,05**	**2.299.130,73**	**4,45**	**2.397.789,87**	**4,29**
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.622.992,84	1.899.422,11	17,03	2.000.000,00	5,30	2.198.192,06	9,91	2.296.103,47	4,45	2.394.620,33	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas	0,00	2.743,20	0,00	0,00	0,00	2.885,85	0,00	3.027,26	4,90	3.169,54	4,70
Multas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**14.040,42**	**9.434,74**	**-32,80**	**10.000,00**	**5,99**	**9.925,35**	**-0,75**	**10.411,69**	**4,90**	**10.901,04**	**4,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**2.676.601,41**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações - Principal	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições	**2.676.143,16**	**431.948,46**	**-83,86**	**5.500,00**	**-98,73**	**466.394,33**	**8.379,90**	**489.247,66**	**4,90**	**512.242,30**	**4,70**
Outras Restituições - Principal	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Demais Receitas Correntes	**555.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Outras Receitas Correntes	**555.187,48**	**652.982,33**	**-0,34**	**330.000,00**	**-49,46**	**686.937,41**	**108,16**	**720.597,34**	**4,90**	**754.465,42**	**4,70**
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência	**170.700,30**	**512.590,64**	**200,29**	**300.000,00**	**-41,47**	**539.245,35**	**79,75**	**565.668,37**	**4,90**	**592.254,78**	**4,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Outras Receitas	**484.487,18**	**140.391,69**	**-71,02**	**30.000,00**	**-78,63**	**147.692,06**	**392,31**	**154.928,97**	**4,90**	**162.210,64**	**4,70**
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	**484.487,18**	**16.481,58**	**-96,60**	**30.000,00**	**82,02**	**17.338,62**	**-42,20**	**18.188,21**	**4,90**	**19.043,06**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias - I	476.229,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias - I	8.257,33	16.481,58	99,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	**0,00**	**123.910,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**130.353,44**	**0,00**	**136.740,76**	**4,90**	**143.167,58**	**4,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras -	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Receitas de Capital	**15.289.200,87**	**39.566.281,95**	**158,79**	**16.700.000,00**	**-57,79**	**21.939.472,55**	**31,37**	**23.161.506,71**	**5,57**	**18.191.097,53**	**-21,46**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Operações de Crédito	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Sade - Prir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.252.857,98**	**2.639.542,37**	**-49,75**	**6.000.000,00**	**127,31**	**2.776.798,57**	**-53,72**	**2.912.861,70**	**4,90**	**3.049.766,20**	**4,70**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Alienação de Bens	**868.630,00**	**8.411.331,42**	**868,34**	**5.200.000,00**	**-38,18**	**3.849.835,75**	**-25,96**	**4.283.477,70**	**11,26**	**1.719.801,15**	**-59,85**
Alienação de Bens Móveis	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**215.585,00**	**343.720,00**	**59,44**	**200.000,00**	**-41,81**	**362.708,54**	**81,35**	**380.481,26**	**4,90**	**398.363,88**	**4,70**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis	**653.045,00**	**8.067.611,42**	**1.135,38**	**5.000.000,00**	**-38,02**	**3.487.127,21**	**-30,26**	**3.902.996,44**	**11,93**	**1.321.437,27**	**-66,14**
Alienação de Bens Imóveis - Principal	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Transferências de Capital	**9.167.712,89**	**28.515.408,16**	**211,04**	**5.500.000,00**	**-80,71**	**15.312.838,23**	**178,42**	**15.965.167,31**	**4,26**	**13.421.530,18**	**-15,93**
Transferências da União e de suas Entidades	**1.623.330,59**	**5.109.623,00**	**214,76**	**5.500.000,00**	**7,64**	**6.375.323,39**	**15,91**	**6.638.714,24**	**4,13**	**4.703.733,81**	**-29,15**
Transferências do Recursos do Sistema Único de Saúde -	**199.686,00**	**534.009,00**	**167,42**	**0,00**	**0,00**	**561.777,47**	**0,00**	**589.304,56**	**4,90**	**617.001,87**	**4,70**
Transferências do Recursos do Sistema Único de Saúde –	**199.686,00**	**534.009,00**	**167,42**	**0,00**	**0,00**	**561.777,47**	**0,00**	**589.304,56**	**4,90**	**617.001,87**	**4,70**
Transferências do Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**34.168,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35.944,74**	**0,00**	**37.706,03**	**4,90**	**39.478,21**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**499.841,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**525.832,73**	**0,00**	**551.598,53**	**4,90**	**577.523,66**	**4,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**199.686,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**100,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**800.000,00**	**-20,00**
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assisti	**50.000,00**	**400.000,00**	**700,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	**50.000,00**	**400.000,00**	**700,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	**1.273.644,59**	**3.472.285,68**	**172,63**	**5.000.000,00**	**44,00**	**3.652.844,53**	**-26,94**	**3.831.833,92**	**4,90**	**2.011.936,12**	**-47,49**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade 2025

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**509.327,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**535.812,38**	**0,00**	**562.067,19**	**4,90**	**588.484,35**	**4,70**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**795.812,48**	**2.962.958,32**	**272,32**	**4.000.000,00**	**35,00**	**3.117.032,15**	**-22,07**	**3.269.766,73**	**4,90**	**1.423.445,77**	**-56,47**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**477.832,11**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**100.000,00**	**703.328,32**	**603,33**	**0,00**	**0,00**	**739.901,39**	**0,00**	**776.156,56**	**4,90**	**812.635,92**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**100.000,00**	**400.000,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**	**420.800,00**	**0,00**	**441.419,20**	**4,90**	**462.165,90**	**4,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	**0,00**	**303.328,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**319.101,39**	**0,00**	**334.737,36**	**4,90**	**350.470,02**	**4,70**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entida	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**7.544.382,30**	**7.509.501,21**	**-0,46**	**0,00**	**0,00**	**5.899.995,27**	**0,00**	**6.287.095,04**	**6,56**	**5.676.588,51**	**-9,71**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**1.609.923,88**	**5.123.654,65**	**218,25**	**0,00**	**0,00**	**3.390.084,69**	**0,00**	**3.654.198,84**	**7,79**	**2.919.946,19**	**-20,09**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**1.744.458,42**	**2.385.846,56**	**36,77**	**0,00**	**0,00**	**2.509.910,58**	**0,00**	**2.632.896,20**	**4,90**	**2.756.642,32**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	**1.394.458,42**	**1.351.653,90**	**-3,07**	**0,00**	**0,00**	**1.421.939,90**	**0,00**	**1.491.614,96**	**4,90**	**1.561.720,86**	**4,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progra	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	**0,00**	**950.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**999.400,00**	**0,00**	**1.048.370,60**	**4,90**	**1.097.644,02**	**4,70**
Transf de Convênios dos Estados destinadas a Programas de	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,02	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**350.000,00**	**84.192,66**	**-75,94**	**0,00**	**0,00**	**88.570,68**	**0,00**	**92.910,64**	**4,90**	**97.277,44**	**4,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**4.190.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**15.896.283,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.037.519,57**	**0,00**	**3.039.358,03**	**0,06**	**3.041.207,86**	**0,06**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Demais Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de J. Monlevade
306

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receitas Correntes	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	819.534,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	733.794,77	0,00	958.000,00	30,55	913.577,01	-4,64	955.344,29	4,57	996.357,48	4,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	717.846,02	0,00	955.000,00	33,04	893.937,70	-6,39	932.840,65	4,35	971.984,16	4,20
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	42,29	0,00	1.000,00	2.264,63	46,77	-95,32	49,06	4,90	51,37	4,71
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	12.855,47	0,00	1.000,00	-92,22	16.216,15	1.521,82	18.914,84	16,63	20.615,84	8,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	3.050,99	0,00	1.000,00	-67,22	3.374,39	237,44	3.539,74	4,90	3.706,11	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Receitas Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências da União e de suas Entidades	(12.353.227,85)	(12.606.838,70)	2,05	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Transferências Decorrentes da Participação na Receita da	(12.241.622,55)	(12.606.838,70)	2,98	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - Art.	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(18.562.553,65)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(18.562.553,65)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Cota-Parte do ICMS	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do ICMS - Principal	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do IPVA	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
TOTAL DA RECEITA	347.147.902,70	422.598.791,84	21,73	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
RECEITAS CORRRENTES (I)	342.366.058,47	383.032.509,89	11,88	428.300.000,00	11,82	463.060.527,45	8,12	491.838.493,29	6,21	521.808.902,47	6,09
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	329.839.876,92	369.710.650,17	12,09	416.662.300,00	12,70	448.006.693,54	7,52	476.096.021,51	6,27	505.373.534,51	6,15
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	15.289.200,87	39.566.281,95	158,79	16.700.000,00	-57,79	21.939.472,55	31,37	23.161.506,71	5,57	18.191.097,53	-21,46
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	868.630,00	8.411.331,42	868,34	5.200.000,00	-38,18	3.849.835,75	-25,96	4.283.477,70	11,26	1.719.801,15	-59,85
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	9.167.712,89	28.515.408,16	211,04	5.500.000,00	-80,71	15.312.838,23	178,42	15.965.167,31	4,26	13.421.530,18	-15,93
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	339.007.589,81	398.226.058,33	17,47	422.162.300,00	6,01	463.319.531,77	9,75	492.061.188,82	6,20	518.795.064,69	5,43

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:39:31

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	**304.225.564,00**	**360.253.973,16**	**18,42**	**401.638.000,00**	**11,49**	**424.085.427,12**	**5,59**	**449.153.893,05**	**5,91**	**469.721.396,52**	**4,58**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	153.701.306,27	180.743.821,50	17,59	202.728.800,00	12,16	205.854.747,15	1,54	217.127.221,66	5,48	225.095.227,69	3,67
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRA	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	512.751,95	1.041.195,05	103,06	1.330.000,00	27,74	1.095.337,19	-17,64	1.149.008,71	4,90	1.203.012,12	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	153.188.554,32	179.702.626,45	17,31	201.398.800,00	12,07	204.759.409,96	1,67	215.978.212,95	5,48	223.892.215,57	3,66
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.530.596,42	1.683.957,10	10,02	1.695.000,00	0,66	2.390.867,54	41,05	2.878.620,05	20,40	2.966.915,19	3,07
PensÃµes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16.290.611,17	34.290.461,76	110,49	40.850.000,00	19,13	45.161.476,79	10,55	47.402.211,05	4,96	48.781.615,05	2,91
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	97.884.408,96	99.593.392,58	1,75	108.355.000,00	8,80	110.327.765,01	1,82	116.342.399,31	5,45	120.168.192,07	3,29
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	31.172.947,83	36.348.459,73	16,60	40.453.200,00	11,29	38.812.863,86	-4,05	40.683.454,19	5,33	43.094.056,55	5,41
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	2.493.639,03	3.102.657,01	24,42	3.803.000,00	22,57	3.263.995,17	-14,17	3.423.930,93	4,90	3.584.855,68	4,70
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.233.109,63	3.647.573,79	12,82	5.144.900,00	41,05	3.853.982,89	-25,09	4.039.064,25	4,80	4.225.746,80	4,62
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.375,80	0,00	500,00	-63,66	1.521,63	204,33	1.596,19	4,90	1.671,21	4,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	583.241,28	1.034.748,68	77,41	1.097.200,00	6,04	946.937,07	-13,70	1.006.936,98	6,34	1.069.163,02	6,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.846.472,64	176.535.340,70	19,40	195.609.200,00	10,80	215.101.178,84	9,96	228.743.824,70	6,34	241.189.028,35	5,44
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	1.902.947,36	0,00	0,00	0,00	2.001.900,62	0,00	2.099.993,75	4,90	2.198.693,46	4,70
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN	15.617.221,80	3.910.289,44	-74,96	5.194.000,00	32,83	4.477.383,51	-13,80	4.721.605,31	5,45	4.939.992,75	4,63
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	61.324,61	78.262,28	27,62	120.000,00	53,33	128.090,94	5,08	168.779,40	33,86	182.412,03	8,08
CONTRIBUIÇÕES	1.423.323,56	1.764.250,96	23,95	2.786.000,00	57,91	1.965.992,01	-29,43	2.060.935,62	4,83	2.158.441,59	4,73
SUBVENÇÕES SOCIAIS	14.132.573,61	2.067.776,20	-85,37	2.288.000,00	10,65	2.385.300,56	4,25	2.491.890,29	4,47	2.599.139,13	4,30
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FI	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.009.542,30	6.529.103,72	8,65	4.701.000,00	-28,00	7.868.617,11	67,38	7.805.179,35	-0,81	8.243.822,78	5,62
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	313.632,88	785.826,81	150,56	1.065.100,00	35,54	826.689,80	-22,38	867.197,60	4,90	907.955,89	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIC	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	120.538.010,97	156.289.433,34	29,66	178.153.100,00	13,99	192.347.192,27	7,97	205.302.163,04	6,74	216.577.836,63	5,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	219.621,71	374.742,28	70,63	352.200,00	-6,02	528.343,56	50,01	554.232,41	4,90	580.281,33	4,70
MATERIAL DE CONSUMO	11.543.997,35	12.412.005,43	7,52	17.661.900,00	42,30	20.847.779,01	18,04	24.483.300,18	17,44	28.065.848,12	14,63

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Despesas											
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DI	36.513,58	197.947,13	442,12	201.000,00	1,54	208.815,48	3,89	219.047,44	4,90	229.342,68	4,70
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.143.834,18	3.398.458,56	8,10	4.319.000,00	27,09	4.575.273,50	5,93	4.750.461,90	3,83	4.926.733,61	3,71
Passagens e Despesas com Locomoção	1.048,80	17.686,57	1.586,36	13.900,00	-21,41	19.561,35	40,73	20.519,86	4,90	21.484,29	4,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CO	512.470,82	527.655,05	2,96	650.000,00	23,19	555.093,11	-14,60	582.292,67	4,90	609.660,43	4,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	304.692,90	540.216,43	77,30	1.509.000,00	179,33	633.420,33	-58,02	665.357,92	5,04	698.729,75	5,02
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	2.253.372,01	3.171.979,54	40,77	3.606.450,00	13,70	3.557.953,25	-1,34	3.726.822,96	4,75	3.922.624,48	5,25
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	81.929.815,79	111.661.269,84	36,29	122.548.950,00	9,75	133.457.627,09	8,90	140.575.050,82	5,33	146.179.204,28	3,99
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	1.711.995,65	2.466.764,47	44,09	3.510.000,00	42,29	3.612.907,43	2,93	3.740.449,90	3,53	3.868.781,05	3,43
SUBVENÇÕES SOCIAIS	137.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.464.506,47	14.684.650,49	40,33	17.094.000,00	16,41	17.125.258,42	0,18	18.237.996,09	6,50	19.269.981,91	5,66
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.313.453,70	3.530.669,53	6,56	3.406.300,00	-3,52	3.744.623,56	9,93	4.018.250,12	7,31	4.236.907,88	5,44
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.773.507,10	222.231,99	-87,47	470.000,00	111,49	233.788,05	-50,26	245.243,66	4,90	256.770,11	4,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.189.014,64	967.023,55	-18,67	1.213.000,00	25,44	1.058.609,27	-12,73	1.186.981,13	12,13	1.306.734,24	10,09
Sentenças Judiciais	1.073.618,28	1.039.339,34	-3,19	812.300,00	-21,84	1.055.435,07	29,93	1.107.151,00	4,90	1.159.143,96	4,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	239,70	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	928.745,29	1.076.793,14	15,94	772.500,00	-28,26	1.132.703,79	46,63	1.189.004,98	4,97	1.245.508,21	4,76
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENT	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	814.250,57	969.276,71	19,04	1.313.000,00	35,46	1.022.320,22	-22,14	1.072.413,91	4,90	1.122.817,36	4,70
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ORC	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.553.814,12	6.148.463,32	35,02	4.873.000,00	-20,74	6.557.075,31	34,56	6.875.271,74	4,85	7.197.909,78	4,69
DESPESAS DE CAPITAL	**37.924.612,87**	**55.267.672,72**	**45,73**	**40.362.000,00**	**-26,97**	**56.914.572,66**	**41,01**	**60.846.106,95**	**6,91**	**64.278.603,48**	**5,64**
INVESTIMENTOS	34.676.694,54	52.801.387,37	52,27	37.962.000,00	-28,10	54.320.040,69	43,09	58.124.442,68	7,00	61.429.020,99	5,69
Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	747.473,51	161.542,69	-78,39	125.200,00	-22,50	169.942,91	35,74	178.270,11	4,90	186.648,81	4,70
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	33.929.221,03	52.636.644,70	55,14	37.836.800,00	-28,12	52.146.731,40	37,82	55.942.641,24	7,28	59.238.674,85	5,89
MATERIAL DE CONSUMO	764.851,65	857.324,97	-14,06	5.000,00	-99,24	384.923,74	7.598,47	574.885,00	49,35	572.863,59	-0,35

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Despesas											
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	84.823,28	387.822,46	357,21	945.000,00	143,67	838.028,07	-11,32	984.691,45	17,50	1.035.971,95	5,21
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	0,00	15.460,00	0,00	0,00	0,00	16.284,96	0,00	17.082,92	4,90	17.885,82	4,70
OBRAS E INSTALAÇÕES	26.678.963,47	42.313.386,51	58,60	32.179.000,00	-23,95	43.093.070,92	33,92	45.777.631,40	6,23	48.559.180,59	6,08
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.190.684,71	7.087.991,09	14,49	4.707.800,00	-33,58	7.801.979,39	65,72	8.575.296,38	9,91	9.039.105,30	5,41
Aquisição de Imóveis	0,00	2.162.810,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	209.897,92	11.829,20	-94,36	0,00	0,00	12.444,32	0,00	13.054,09	4,90	13.667,63	4,70
APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE T	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	3.199,98	0,00	0,00	0,00	3.366,38	0,00	3.531,33	4,90	3.697,30	4,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
APLICAÇÕES DIRETAS	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**33,33**	**5.000.000,00**	**25,00**	**6.000.000,00**	**20,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
ARRECADADORA	**387.751.465,74**	**457.065.157,67**	**170,88**	**485.887.200,00**	**-45,41**	**526.106.322,10**	**38,83**	**559.878.529,87**	**12,03**	**589.662.708,77**	**-14,98**
Receitas Correntes	**372.462.264,87**	**417.498.875,72**	**12,09**	**469.187.200,00**	**12,38**	**504.166.849,55**	**7,46**	**536.717.023,16**	**6,46**	**571.471.611,24**	**6,48**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.963.714,87	69.611.243,39	16,09	87.254.000,00	25,34	86.090.227,79	-1,33	90.230.580,93	4,81	96.154.932,22	6,57
Impostos	58.298.363,01	67.800.794,73	16,30	84.516.000,00	24,65	84.055.635,86	-0,54	88.110.663,95	4,82	93.931.113,13	6,61
Impostos sobre o Patrimônio	17.314.255,81	18.356.136,86	6,02	23.761.000,00	29,44	22.010.655,98	-7,37	23.956.878,12	8,84	26.782.025,80	11,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	13.377.594,99	14.326.141,84	7,09	18.760.000,00	30,95	17.371.101,22	-7,40	19.109.585,18	10,01	21.625.710,09	13,17
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	10.507.356,64	11.264.336,41	7,20	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	11.264.336,41	0,00	15.000.000,00	33,16	13.850.081,90	-7,67	15.430.735,91	11,41	17.688.054,90	14,63
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	55.294,31	67.697,23	22,79	100.000,00	47,28	71.427,89	-28,57	74.927,86	4,90	78.449,47	4,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	2.114.616,23	2.458.630,89	16,27	3.000.000,00	22,02	2.786.479,70	-7,12	2.913.217,21	4,55	3.140.738,42	7,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	700.327,81	535.277,31	-23,57	660.000,00	23,30	663.111,73	0,47	690.704,20	4,16	718.467,30	4,02
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.001.000,00	24,09	4.639.554,76	-7,23	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	3.936.660,62	4.029.995,02	2,37	5.000.000,00	24,07	4.639.554,76	-7,21	4.847.292,94	4,48	5.156.315,71	6,38
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	7.905.498,25	11.718.847,48	48,24	16.150.000,00	37,81	14.357.427,35	-11,10	14.952.310,70	4,14	15.560.129,31	4,07
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prir	7.849.904,84	11.359.400,53	44,71	16.000.000,00	40,85	13.950.089,36	-12,81	14.535.643,74	4,20	15.124.819,00	4,05
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendin	55.593,41	359.446,95	546,56	150.000,00	-58,27	407.337,99	171,56	416.666,96	2,29	435.310,31	4,47
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e S	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Impostos sobre Serviços	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	33.078.609,15	37.725.810,39	14,05	44.605.000,00	18,23	47.687.552,53	6,91	49.201.475,13	3,17	51.588.958,02	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	32.585.845,65	37.093.230,29	13,83	44.000.000,00	18,62	47.022.078,27	6,87	48.503.392,63	3,15	50.858.065,64	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	4.854,84	7.920,48	63,15	5.000,00	-36,87	8.332,34	66,65	8.740,62	4,90	9.151,43	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	356.158,81	477.926,36	34,19	400.000,00	-16,31	502.778,53	25,69	527.414,68	4,90	552.203,17	4,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	131.749,85	146.733,26	11,37	200.000,00	36,30	154.383,39	-22,82	161.927,20	4,90	169.537,78	4,70
Taxas	1.665.351,88	1.810.448,66	8,71	2.738.000,00	51,23	2.034.591,93	-25,69	2.119.916,98	4,19	2.223.819,09	4,90
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	295.264,65	450.344,49	52,52	468.000,00	3,92	503.762,34	7,64	518.976,74	3,02	552.334,65	6,43
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	294.611,90	449.308,66	52,51	465.000,00	3,49	500.672,65	7,67	515.833,65	3,03	549.137,85	6,46
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	220.618,83	263.321,76	19,36	380.000,00	44,31	297.014,44	-21,84	300.588,20	1,20	314.245,85	4,54
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Jur	3.216,02	2.203,33	-31,49	5.000,00	126,93	2.317,90	-53,64	2.431,48	4,90	2.545,76	4,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	55.869,81	152.903,72	173,68	60.000,00	-60,76	168.854,71	181,42	178.736,59	5,85	196.657,21	10,03
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mor	14.907,24	30.879,85	107,15	20.000,00	-35,23	32.485,60	62,43	34.077,39	4,90	35.679,03	4,70

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	652,75	1.035,83	58,69	3.000,00	189,62	3.089,69	2,98	3.143,08	1,73	3.196,80	1,71
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	652,75	1.035,83	58,69	1.000,00	-3,46	1.089,69	8,97	1.143,08	4,90	1.196,80	4,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jun	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	1.370.087,21	1.360.104,17	-0,73	2.270.000,00	66,90	1.530.829,59	-32,56	1.600.940,24	4,58	1.671.484,44	4,41
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	1.370.087,21	1.360.104,17	-0,73	2.270.000,00	66,90	1.530.829,59	-32,56	1.600.940,24	4,58	1.671.484,44	4,41
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.097.177,79	1.137.044,03	3,63	2.000.000,00	75,89	1.295.170,32	-35,19	1.354.782,67	4,52	1.413.757,46	4,35
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jun	9.184,42	9.017,49	-1,82	20.000,00	121,79	9.486,40	-52,57	9.951,23	4,90	10.418,94	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ative	190.107,65	161.704,86	-14,94	180.000,00	11,31	170.113,51	-5,49	178.449,07	4,90	186.836,18	4,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jun	73.617,15	52.337,79	-28,91	70.000,00	33,75	55.059,36	-21,34	57.757,27	4,90	60.471,86	4,70
Contribuições	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	7.277.979,59	7.291.857,23	0,19	7.800.000,00	6,97	9.671.033,81	23,99	10.046.914,47	3,89	11.425.119,45	13,72
Receita Patrimonial	12.546.243,30	13.333.265,54	6,27	11.642.700,00	-12,68	15.065.632,83	29,40	15.755.058,64	4,57	16.448.546,40	4,40
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito d	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Beris	17.310,03	9.084,02	-47,52	0,00	0,00	9.556,39	0,00	10.024,65	4,90	10.495,81	4,70
Valores Mobiliários	12.528.933,27	13.324.181,52	6,35	11.642.700,00	-12,62	15.056.276,44	29,32	15.745.033,99	4,57	16.438.050,59	4,40
Juros e Correções Monetárias	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Remuneração de Depósitos Bancários	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
Dividendos	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Dividendos	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Dividendos - Principal	2.751,72	2.321,80	-15,62	5.000,00	115,35	2.442,53	-51,15	2.562,21	4,90	2.682,63	4,70
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	27.749.849,86	31.194.135,50	12,41	37.234.000,00	19,36	38.623.841,05	3,73	41.746.235,26	8,08	44.148.052,32	5,75

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.469.815,91	53.200,00	-99,81	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.469.815,91	53.200,00	-99,81	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.469.815,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.650.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	493.520,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ati	274.259,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	51.200,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	53.200,00	0,00	0,00	0,00	55.966,40	0,00	58.708,75	4,90	61.468,06	4,70
Outros Serviços	280.033,95	31.140.935,50	11.020,41	37.234.000,00	19,57	38.567.874,65	3,58	41.687.526,51	8,09	44.086.614,26	5,75
Outros Serviços	280.033,95	31.140.935,50	11.020,41	37.234.000,00	19,57	38.567.874,65	3,58	41.687.526,51	8,09	44.086.614,26	5,75
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	31.093.824,00	0,00	37.184.000,00	19,59	38.515.769,33	3,58	41.632.868,03	8,09	44.029.386,83	5,76
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	23.894.984,60	0,00	28.342.000,00	18,61	29.553.852,96	4,28	31.980.817,75	8,21	33.284.790,19	4,08
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	23.142.828,98	0,00	27.317.000,00	18,04	28.595.968,85	4,68	30.850.171,32	7,88	32.112.129,37	4,09
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	496.322,18	0,00	735.000,00	48,09	648.932,33	-11,71	775.830,01	19,55	802.894,02	3,49
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	203.352,00	0,00	230.000,00	13,10	244.907,31	6,48	285.927,77	16,75	297.016,38	3,88
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	52.481,44	0,00	60.000,00	14,33	64.044,47	6,74	68.888,65	7,56	72.750,42	5,61
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	6.501.427,02	0,00	8.067.000,00	24,08	7.990.578,28	-0,95	8.642.916,62	8,16	9.597.433,70	11,04
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	697.412,38	0,00	775.000,00	11,13	971.338,09	25,33	1.009.133,66	3,89	1.147.162,94	13,68
Outros Serviços	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Outros Serviços - Principal	280.033,95	47.111,50	-83,18	50.000,00	6,13	52.105,32	4,21	54.658,48	4,90	57.227,43	4,70
Transferências Correntes	259.955.655,10	293.071.843,22	12,74	322.901.000,00	10,18	351.351.579,07	8,81	375.418.846,44	6,85	399.619.532,22	6,45
Transferências da União e de suas Entidades	108.430.440,83	120.117.262,94	10,78	130.001.000,00	8,23	149.403.360,62	14,92	160.555.165,28	7,46	173.785.258,06	8,24
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	66.866.787,36	69.221.993,80	3,52	80.001.000,00	15,57	91.821.537,48	14,78	100.389.792,81	9,33	109.980.113,08	9,55
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	66.865.044,03	69.219.089,05	3,52	80.000.000,00	15,58	91.818.481,68	14,77	100.386.587,26	9,33	109.976.756,89	9,55
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	61.206.371,05	63.675.389,61	4,03	75.000.000,00	17,78	85.986.509,87	14,65	94.268.848,85	9,63	103.571.484,75	9,87
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	5.658.672,98	5.543.699,44	-2,03	5.000.000,00	-9,81	5.831.971,81	16,64	6.117.738,43	4,90	6.405.272,14	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.355,19	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	1.743,33	2.904,75	66,62	1.000,00	-65,57	3.055,80	205,58	3.205,53	4,90	3.355,19	4,70

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências das Compensações Financeiras pela Explor.	3.765.434,24	2.629.377,51	-30,17	2.500.000,00	-4,92	4.806.105,15	92,24	5.901.644,30	22,79	7.038.021,58	19,26
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.039.242,17	1.284.453,37	23,60	1.000.000,00	-22,15	3.351.244,95	235,12	4.417.455,95	31,82	5.484.076,38	24,15
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Princip	1.481.665,62	1.344.924,14	-9,23	1.500.000,00	11,53	1.454.860,20	-3,01	1.484.188,35	2,02	1.553.945,20	4,70
Outras Transferências decorrentes de Compensação Finan	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Explo	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	31.714.564,58	38.982.228,92	22,92	41.800.000,00	7,23	42.009.304,82	0,50	43.018.760,76	2,40	45.040.642,52	4,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasse	31.714.564,58	38.982.228,92	22,92	41.800.000,00	7,23	42.009.304,82	0,50	43.018.760,76	2,40	45.040.642,52	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	6.874.116,42	6.131.902,55	-10,80	6.000.000,00	-2,15	6.450.761,48	7,51	6.766.848,79	4,90	7.084.890,68	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	22.835.622,28	24.545.741,36	7,49	25.000.000,00	1,85	26.822.119,91	7,29	27.087.403,79	0,99	28.360.511,77	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	1.438.848,76	2.483.055,38	72,57	1.800.000,00	-27,51	2.612.174,26	45,12	2.740.170,80	4,90	2.868.958,83	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	552.977,12	471.468,96	-14,74	500.000,00	6,05	495.985,35	-0,80	520.288,63	4,90	544.742,20	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	13.000,00	5.350.060,67	41.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	13.000,00	5.350.060,67	41.054,31	8.500.000,00	58,88	5.628.263,82	-33,79	5.904.048,75	4,90	6.181.539,04	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	2.824.153,56	4.682.891,64	65,82	3.910.000,00	-16,50	5.926.402,01	51,57	6.167.795,70	4,07	6.410.682,10	3,94
Transf.do Salário-Educação	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf.do Salário-Educação - Principal	2.210.521,65	2.636.707,20	19,28	3.000.000,00	13,78	3.773.815,97	25,79	3.909.732,95	3,60	4.046.490,40	3,50
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	601.704,00	861.827,80	43,23	890.000,00	3,27	906.642,85	1,87	951.068,35	4,90	995.768,56	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	11.927,91	19.571,49	64,08	20.000,00	2,19	20.589,21	2,95	21.598,08	4,90	22.613,19	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desen	0,00	1.164.785,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Dese	0,00	1.164.785,15	0,00	0,00	0,00	1.225.353,98	0,00	1.285.396,32	4,90	1.345.809,95	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – FI	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – F	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	839.297,54	774.160,80	-7,76	800.000,00	3,34	814.417,16	1,80	854.323,60	4,90	894.476,81	4,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	67.670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	67.670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas I	67.670,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	2.352.532,67	3.826.610,27	62,66	990.000,00	-74,13	4.025.594,00	306,63	4.222.848,11	4,90	4.421.321,97	4,70
Transferência Especial da União	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	894.200,00	0,00	938.015,80	4,90	982.102,54	4,70
Transferência Especial da União - Principal	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	894.200,00	0,00	938.015,80	4,90	982.102,54	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar	619.262,94	728.876,19	17,70	990.000,00	35,83	766.777,75	-22,55	804.349,86	4,90	842.154,30	4,70
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	619.262,94	728.876,19	17,70	990.000,00	35,83	766.777,75	-22,55	804.349,86	4,90	842.154,30	4,70
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	558.026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃ-lio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	558.026,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Em	1.175.243,23	2.247.734,08	91,26	0,00	0,00	2.364.616,25	0,00	2.480.482,45	4,90	2.597.065,13	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	1.175.243,23	2.247.734,08	91,26	0,00	0,00	2.364.616,25	0,00	2.480.482,45	4,90	2.597.065,13	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	110.432.689,86	130.115.628,91	17,82	146.300.000,00	12,44	148.881.641,61	1,76	155.588.842,05	4,51	162.337.517,62	4,34
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	92.872.524,57	113.966.578,44	22,71	136.020.000,00	19,35	131.892.840,52	-3,03	137.767.589,70	4,45	143.678.666,42	4,29
Cota-Parte do ICMS	75.513.148,53	89.389.218,09	18,38	105.000.000,00	17,46	106.037.457,43	0,99	110.645.292,84	4,35	115.281.621,60	4,19
Cota-Parte do ICMS - Principal	75.513.148,53	89.389.218,09	18,38	105.000.000,00	17,46	106.037.457,43	0,99	110.645.292,84	4,35	115.281.621,60	4,19
Cota-Parte do IPVA	16.447.498,84	23.692.873,09	44,05	30.000.000,00	26,62	24.924.902,49	-16,92	26.146.222,71	4,90	27.375.095,18	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	16.447.498,84	23.692.873,09	44,05	30.000.000,00	26,62	24.924.902,49	-16,92	26.146.222,71	4,90	27.375.095,18	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	852.225,36	872.463,19	2,37	1.000.000,00	14,62	917.831,28	-8,22	962.805,01	4,90	1.008.056,85	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	852.225,36	872.463,19	2,37	1.000.000,00	14,62	917.831,28	-8,22	962.805,01	4,90	1.008.056,85	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	59.651,84	12.024,07	-79,84	20.000,00	66,33	12.649,32	-36,75	13.269,14	4,90	13.892,79	4,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	59.651,84	12.024,07	-79,84	20.000,00	66,33	12.649,32	-36,75	13.269,14	4,90	13.892,79	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SI	13.855.122,29	15.728.003,94	13,52	10.000.000,00	-36,42	16.545.860,14	65,46	17.356.607,29	4,90	18.172.367,83	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	13.855.122,29	15.728.003,94	13,52	10.000.000,00	-36,42	16.545.860,14	65,46	17.356.607,29	4,90	18.172.367,83	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	13.855.122,29	15.728.003,94	13,52	10.000.000,00	-36,42	16.545.860,14	65,46	17.356.607,29	4,90	18.172.367,83	4,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas E	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	157.800,00	0,00	165.532,20	4,90	173.312,21	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	157.800,00	0,00	165.532,20	4,90	173.312,21	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	157.800,00	0,00	165.532,20	4,90	173.312,21	4,70
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	3.705.043,00	271.046,53	-92,68	280.000,00	3,30	285.140,95	1,84	299.112,66	4,90	313.171,16	4,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	1.145.495,94	199.812,00	-82,56	200.000,00	0,09	210.202,22	5,10	220.502,13	4,90	230.865,73	4,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	1.145.495,94	199.812,00	-82,56	200.000,00	0,09	210.202,22	5,10	220.502,13	4,90	230.865,73	4,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Ei	71.234,53	71.234,53	0,00	80.000,00	12,31	74.938,73	-6,33	78.610,73	4,90	82.305,43	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	71.234,53	71.234,53	0,00	80.000,00	12,31	74.938,73	-6,33	78.610,73	4,90	82.305,43	4,70
Outras Transferências dos Estados e DF	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	2.488.312,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Instituições Privadas	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Prin	875.351,21	844.954,59	-3,47	600.000,00	-28,99	888.892,23	48,15	932.447,95	4,90	976.273,00	4,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Transferências de Recursos do FUNDEB	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Transferências de Recursos do FUNDEB	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	40.214.953,25	41.993.996,78	4,42	46.000.000,00	9,54	52.177.684,61	13,43	58.342.391,16	11,81	62.520.483,54	7,16
Demais Transferências Correntes	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.219,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.968.822,15	2.996.530,84	-39,69	2.355.500,00	-21,39	3.364.335,00	42,83	3.519.387,42	4,61	3.675.398,63	4,43
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.637.033,26	1.911.600,05	16,77	2.020.000,00	5,67	2.211.603,26	9,46	2.309.542,42	4,46	2.408.690,91	4,29
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.637.033,26	1.911.600,05	16,77	2.020.000,00	5,67	2.211.603,26	9,46	2.309.542,42	4,46	2.408.690,91	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica	1.622.992,84	1.902.165,31	17,20	2.000.000,00	5,14	2.201.077,91	10,05	2.299.130,73	4,45	2.397.789,87	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.622.992,84	1.899.422,11	17,03	2.000.000,00	5,30	2.198.192,06	9,91	2.296.103,47	4,45	2.394.620,33	4,29
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas	0,00	2.743,20	0,00	0,00	0,00	2.885,85	0,00	3.027,26	4,90	3.169,54	4,70
Multas por Danos Ambientais	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	14.040,42	9.434,74	-32,80	10.000,00	5,99	9.925,35	-0,75	10.411,69	4,90	10.901,04	4,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.676.601,41	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Indenizações	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Outras Restituições	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70
Outras Restituições - Principal	2.676.143,16	431.948,46	-83,86	5.500,00	-98,73	466.394,33	8.379,90	489.247,66	4,90	512.242,30	4,70

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Demais Receitas Correntes	655.187,48	652.982,33	-0,34	330.000,00	-49,46	686.937,41	108,16	720.597,34	4,90	754.465,42	4,70
Outras Receitas Correntes	655.187,48	652.982,33	-0,34	330.000,00	-49,46	686.937,41	108,16	720.597,34	4,90	754.465,42	4,70
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Ônus de Sucumbência	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Ônus de Sucumbência - Principal	170.700,30	512.590,64	200,29	300.000,00	-41,47	539.245,35	79,75	565.668,37	4,90	592.254,78	4,70
Outras Receitas	484.487,18	140.391,69	-71,02	30.000,00	-78,63	147.692,06	392,31	154.928,97	4,90	162.210,64	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	484.487,18	16.481,58	-96,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primária	476.229,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primária	8.257,33	16.481,58	99,60	30.000,00	82,02	17.338,62	-42,20	18.188,21	4,90	19.043,06	4,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet pela RFB - Finance	0,00	123.910,11	0,00	0,00	0,00	130.353,44	0,00	136.740,76	4,90	143.167,58	4,70
Receitas de Capital	**15.289.200,87**	**39.566.281,95**	**158,79**	**16.700.000,00**	**-57,79**	**21.939.472,55**	**31,37**	**23.161.506,71**	**5,57**	**18.191.097,53**	**-21,46**
Operações de Crédito	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	5.200.000,00	-38,18	3.849.835,75	-25,96	4.283.477,70	11,26	1.719.801,15	-59,85
Alienação de Bens	868.630,00	8.411.331,42	868,34	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	215.585,00	343.720,00	59,44	200.000,00	-41,81	362.708,54	81,35	380.481,26	4,90	398.363,88	4,70
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Alienação de Bens Imóveis - Principal	653.045,00	8.067.611,42	1.135,38	5.000.000,00	-38,02	3.487.127,21	-30,26	3.902.996,44	11,93	1.321.437,27	-66,14
Transferências de Capital	9.167.712,89	28.515.408,16	211,04	5.500.000,00	-80,71	15.312.838,23	178,42	15.965.167,31	4,26	13.421.530,18	-15,93
Transferências da União e de suas Entidades	1.623.330,89	5.109.623,00	214,76	5.500.000,00	7,64	6.375.323,39	15,91	6.638.714,24	4,13	4.703.733,81	-29,15
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	199.686,00	534.009,00	167,42	0,00	0,00	561.777,47	0,00	589.304,56	4,90	617.001,87	4,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	199.686,00	534.009,00	167,42	0,00	0,00	561.777,47	0,00	589.304,56	4,90	617.001,87	4,70

E&L Produções de Software LTDA

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da F	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos	0,00	34.168,00	0,00	0,00	0,00	35.944,74	0,00	37.706,03	4,90	39.478,21	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da F	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos	0,00	499.841,00	0,00	0,00	0,00	525.832,73	0,00	551.598,53	4,90	577.523,66	4,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da F	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos	199.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvt	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Ei	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.pa	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	0,00	800.000,00	-20,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	50.000,00	400.000,00	700,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.273.644,59	3.472.285,68	172,63	5.000.000,00	44,00	3.652.844,53	-26,94	3.831.833,92	4,90	2.011.930,12	-47,49
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	509.327,36	0,00	0,00	0,00	535.812,38	0,00	562.067,19	4,90	588.484,35	4,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	795.812,48	2.962.958,32	272,32	4.000.000,00	35,00	3.117.032,15	-22,07	3.269.766,73	4,90	1.423.445,77	-56,47
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de	477.832,11	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	100.000,00	703.328,32	603,33	0,00	0,00	739.901,39	0,00	776.156,56	4,90	812.635,92	4,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	100.000,00	400.000,00	300,00	0,00	0,00	420.800,00	0,00	441.419,20	4,90	462.165,90	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	0,00	303.328,32	0,00	0,00	0,00	319.101,39	0,00	334.737,36	4,90	350.470,02	4,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	7.544.382,30	7.509.501,21	-0,46	0,00	0,00	5.899.995,27	0,00	6.287.095,04	6,56	5.676.588,51	-9,71
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	1.609.923,88	5.123.654,65	218,25	0,00	0,00	3.390.084,69	0,00	3.654.198,84	7,79	2.919.946,19	-20,09
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas F	1.744.458,42	2.385.846,56	36,77	0,00	0,00	2.509.910,58	0,00	2.632.896,20	4,90	2.756.642,32	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pre	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	1.394.458,42	1.351.653,90	-3,07	0,00	0,00	1.421.939,90	0,00	1.491.614,96	4,90	1.561.720,86	4,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pro	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,00	4,70

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
Transf.de Convênios dos Estados destinadas a Programas	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	999.400,00	0,00	1.048.370,60	4,90	1.097.644,02	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e c	350.000,00	84.192,66	-75,94	0,00	0,00	88.570,68	0,00	92.910,64	4,90	97.277,44	4,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principa	4.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Transferências de Instituições Privadas	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	15.896.283,95	0,00	0,00	0,00	3.037.519,57	0,00	3.039.358,03	0,06	3.041.207,86	0,06
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receitas Correntes	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços	819.574,50	931.384,79	13,64	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	819.574,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	819.534,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Divida Ati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Outros Serviços	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	931.384,79	0,00	1.313.000,00	40,97	1.132.111,57	-13,78	1.184.587,04	4,64	1.236.374,64	4,37
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	733.794,77	0,00	958.000,00	30,55	913.577,01	-4,64	955.344,29	4,57	996.357,48	4,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	717.846,02	0,00	955.000,00	33,04	893.937,70	-6,39	932.840,65	4,35	971.984,16	4,20
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	42,29	0,00	1.000,00	2.264,63	46,77	-95,32	49,06	4,90	51,37	4,71
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	12.855,47	0,00	1.000,00	-92,22	16.218,15	1.521,82	18.914,84	16,63	20.615,84	8,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	3.050,99	0,00	1.000,00	-67,22	3.374,39	237,44	3.539,74	4,90	3.706,11	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	197.590,02	0,00	355.000,00	79,66	218.534,56	-38,44	229.242,75	4,90	240.017,16	4,70

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receitas											
DEDUÇÃO FUNDEB	**(30.915.780,90)**	**(35.397.750,62)**	**14,50**	**(42.200.200,00)**	**19,22**	**(42.238.433,67)**	**0,09**	**(46.063.116,91)**	**9,05**	**(50.899.083,41)**	**10,50**
Receitas Correntes	**(30.915.780,90)**	**(35.397.750,62)**	**14,50**	**(42.200.200,00)**	**19,22**	**(42.238.433,67)**	**0,09**	**(46.063.116,91)**	**9,05**	**(50.899.083,41)**	**10,50**
Transferências Correntes	(30.915.780,90)	(35.397.750,62)	14,50	(42.200.200,00)	19,22	(42.238.433,67)	0,09	(46.063.116,91)	9,05	(50.899.083,41)	10,50
Transferências da União e de suas Entidades	(12.353.227,85)	(12.606.838,70)	2,05	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	(12.241.622,55)	(12.606.838,70)	2,98	(15.000.200,00)	18,98	(16.262.394,32)	8,41	(18.912.251,64)	16,29	(20.566.127,47)	8,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(12.241.273,91)	(12.606.257,79)	2,98	(15.000.000,00)	18,99	(16.261.783,20)	8,41	(18.911.610,58)	16,29	(20.565.456,28)	8,75
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(348,64)	(580,91)	66,62	(200,00)	-65,57	(611,12)	205,56	(641,06)	4,90	(671,19)	4,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS - A	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AuxÃlio Financeiro - Outorga CrÃ©dito TributÃ¡rio ICMS -	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(18.562.553,05)	(22.790.911,92)	22,78	(27.200.000,00)	19,35	(25.976.039,35)	-4,50	(27.150.865,27)	4,52	(30.332.955,94)	11,72
Cota-Parte do ICMS	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do ICMS - Principal	(15.102.609,39)	(17.877.843,21)	18,38	(21.000.000,00)	17,46	(20.807.491,06)	-0,92	(21.729.058,12)	4,43	(24.656.323,85)	13,47
Cota-Parte do IPVA	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPVA - Principal	(3.289.498,58)	(4.738.573,39)	44,05	(6.000.000,00)	26,62	(4.984.979,21)	-16,92	(5.229.243,19)	4,90	(5.475.017,62)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(170.445,08)	(174.495,32)	2,38	(200.000,00)	14,62	(183.569,08)	-8,22	(192.563,96)	4,90	(201.614,47)	4,70

Prefeitura Municipal de J. Monlevade 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	342.150.175,67	415.521.645,88	21,44	445.000.000,00	7,09	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
DESPESAS CORRENTES (X)	304.225.564,00	360.253.973,16	18,42	401.638.000,00	11,49	424.085.427,12	5,59	449.153.893,05	5,91	469.721.396,52	4,58
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	2.677.785,09	2.974.810,96	11,09	3.300.000,00	10,93	3.129.501,13	-5,17	3.282.846,69	4,90	3.437.140,48	4,70
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	301.547.778,91	357.279.162,20	18,48	398.338.000,00	11,49	420.955.925,99	5,68	445.871.046,36	5,92	466.284.256,04	4,58
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	37.924.612,67	55.267.672,72	45,73	40.362.000,00	-26,97	56.914.572,88	41,01	60.846.106,95	6,91	64.275.603,48	5,64
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	3.247.918,33	2.466.285,35	-24,07	2.400.000,00	-2,69	2.594.532,19	8,11	2.721.664,27	4,90	2.849.582,49	4,70
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	34.676.694,54	52.801.387,37	52,27	37.962.000,00	-28,10	54.320.040,69	43,09	58.124.442,68	7,00	61.429.020,99	5,69
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	4.000.000,00	33,33	5.000.000,00	25,00	6.000.000,00	20,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	336.224.473,45	410.080.549,57	21,97	439.300.000,00	7,13	479.275.966,68	9,10	508.995.489,04	6,20	533.713.277,03	4,86
TOTAL DA RECEITA	347.147.902,70	422.598.791,84	21,73	445.000.000,00	5,30	485.000.000,00	8,99	515.000.000,00	6,19	540.000.000,00	4,85
RECEITAS CORRRENTES (I)	342.366.058,47	383.032.509,89	11,88	428.300.000,00	11,82	463.060.527,45	8,12	491.838.493,29	6,21	521.808.902,47	6,09
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	12.526.181,55	13.321.859,72	6,35	11.637.700,00	-12,64	15.053.833,91	29,35	15.742.471,78	4,57	16.435.367,96	4,40
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	329.839.876,92	369.710.650,17	12,09	416.662.300,00	12,70	448.006.693,54	7,52	476.096.021,51	6,27	505.373.534,51	6,15
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	15.289.200,87	39.566.281,95	158,79	16.700.000,00	-57,79	21.939.472,55	31,37	23.161.506,71	5,57	18.191.097,53	-21,46
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	5.252.857,98	2.639.542,37	-49,75	6.000.000,00	127,31	2.776.798,57	-53,72	2.912.861,70	4,90	3.049.766,20	4,70
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	868.630,00	8.411.331,42	868,34	5.200.000,00	-38,18	3.849.835,75	-25,96	4.283.477,70	11,26	1.719.801,15	-59,85
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	9.167.712,89	28.515.408,16	211,04	5.500.000,00	-80,71	15.312.838,23	178,42	15.965.167,31	4,26	13.421.530,18	-15,93
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	339.007.589,81	398.226.058,33	17,47	422.162.300,00	6,01	463.319.531,77	9,75	492.061.188,82	6,20	518.795.064,69	5,43
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	2.783.116,36	(11.854.491,24)	-525,94	(17.137.700,00)	44,57	(15.956.434,91)	-6,89	(16.934.300,22)	6,13	(14.918.212,34)	-11,91

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pŭblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 11:52:17

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

2025

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.649.395,54	16.109.031,77	16.325.596,85	16.682.498,10	18.056.110,12	18.940.859,52	19.831.079,92
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	14.649.395,54	16.109.031,77	16.325.596,85	16.682.498,10	18.056.110,12	18.940.859,52	19.831.079,92
DEDUÇÕES (II)	67.250.082,89	89.497.376,38	100.173.632,94	114.299.639,10	115.792.038,04	122.220.847,90	126.683.227,76
Ativo Disponível	71.631.379,99	97.609.019,59	110.058.542,60	118.302.109,41	121.724.748,12	127.689.260,78	133.690.656,04
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.329,27	26.570,40	27.819,21
(-) Restos a Pagar	4.404.196,79	8.134.544,90	9.907.811,35	4.025.372,00	5.958.039,35	5.494.983,28	5.035.247,49
Dívida Consolidada Líquida	-52.600.687,35	-73.388.344,61	-83.848.036,09	-97.617.141,00	-97.735.927,92	-103.279.988,38	-108.852.147,84

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:34:28

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

2025

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2022 (b)	2023 (c)	2024 (d)	2025 (e)	2026 (f)	2027 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.109.031,77	16.325.595,85	16.682.498,10	18.056.110,12	18.940.859,62	19.831.079,92
DEDUÇÕES (II)	89.497.376,38	100.173.632,94	114.299.639,10	115.792.038,04	122.220.847,90	128.683.227,76
Ativo Disponível	97.609.019,59	110.058.542,60	118.302.109,41	121.724.748,12	127.689.260,78	133.690.656,04
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.329,27	26.570,40	27.819,21
(-) Restos a Pagar	8.134.544,90	9.907.811,35	4.025.372,00	5.958.039,35	5.494.983,28	5.035.247,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-73.388.344,61	-83.848.036,09	-97.617.141,00	-97.735.927,92	-103.279.988,38	-108.852.147,84
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-73.388.344,61	-83.848.036,09	-97.617.141,00	-97.735.927,92	-103.279.988,38	-108.852.147,84

Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	20.787.657,26	10.459.691,48	13.769.104,91	118.786,92	5.544.060,46	5.572.159,46

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2021(R$ -52.600.687,35)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:21:59

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL DE JOAO MONLEVADE - SIAFIC

Programa: 0101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.001	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.004	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.005	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	AUDITORIA INTERNA
2.008	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	PESSOAL CIVIL
2.009	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.011	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.012	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	APOSENTADORIA
2.014	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.015	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.016	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.017	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
2.018	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL DE JOAO MONLEVADE - SIAFIC

Programa: 0102 - PROMOÇÃO DE POLÍTICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, ALÉM DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.002	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2.003	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA
2.143	GESTÃO DA UNIDADE UAI COMPARTILHA	USUÁRIO	ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO
Total Programa			

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - SIAFIC

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E AUXILIEM NAS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.117	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.118	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.123	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.124	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

Unidade Gestora: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - SIAFIC

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVIÇO ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.025	EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA
1.026	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS MANTIDA
1.027	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT- EAB E RECALQUES	M²	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS
1.028	CONSTRUÇÃO DE ETE'S	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	ETE'S CONSTRUÍDAS
1.029	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS
1.030	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	M²	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS
2.120	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EAB-EAT - REDES - RESERVATÓRIOS E RECALQUES)	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.121	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.122	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORA - FOSSAS E ETE's)	SERVIÇO	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS
Total Programa			

Prefeitura Municipal de J. Monlevade 2025

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1301 - APOIO ADMINISTRATIVO À FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA

OBJETIVO: EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA CASA DE CULTURA, ALÉM DAS MELHORIAS NA ESTRUTURA FÍSICA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.130	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

Unidade Gestora: FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1302 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

OBJETIVO: PROMOVER ACESSO À CULTURA ATRAVÉS DE EVENTOS, FESTIVAIS, OFICINAS E AÇÕES DE FORMAÇÃO, FOMENTAR AS ARTES E DAR APOIO E INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS AGENTES CULTURAIS MUNICIPAIS PARA DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.033	APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	EVENTO	EVENTOS APOIADOS E REALIZADOS
2.131	AÇÕES DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CULTURA	CURSO	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA
2.132	GESTÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA CONTINUADA	CURSO E ATIVIDADE CULTURAL	CURSOS E ATIVIDADES MANTIDOS
2.137	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO AO TURISMO LOCAL	UNIDADE	FOMENTO AO TURISMO
2.144	AÇÕES DE FOMENTO A ATIVIDADE CULTURAL	PROJETO	PROJETOS CULTURAIS APOIADOS

Unidade Gestora: FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1303 - RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

OBJETIVO: REALIZAR POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, DIFUNDIR A MEMÓRIA, AS TRADIÇÕES E FOMENTAR MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.034	CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA MONLEVADENSE	CENTRO	SALVAGUARDA DA MEMÓRIA MONLEVADENSE
2.133	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, DIFUSÃO E RESGATE DOS BENS CULTURAIS DE JOÃO MONLEVADE	AÇÃO	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E TRADIÇÕES
Total Programa			

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: FUNDACAO MUNICIPAL CRE-SER - SIAFIC

Programa: 0804 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDAÇÃO CRÊ-SER

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM A MINIMIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; CAPACITAR ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDER ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

Unidade Gestora: FUNDACAO MUNICIPAL CRE-SER - SIAFIC

Programa: 0805 - PROGRAMA HUMANIZAR

OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESANAIS, LÚDICAS, PEDAGÓGICA E ESPORTIVAS; CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.031	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.126	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	CRIANÇAS ABRIGADAS
2.127	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	INICIAÇÃO PROFISSINAL DE ADOLESCENTES
2.128	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
2.129	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
Total Programa			

Câmara Municipal de J. Monlevade
830

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS
OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS ÀS QUAIS NÃO SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS/COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	DÍVIDA QUITADA
0.005	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	PAGAMENTO GARANTIDO

Câmara Municipal de J. Monlevade 231

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVISÕES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESSÁRIAS PARA DAR SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.019	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.020	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.026	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.031	APOIO E SUPORTE A EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	SUPORTE A EVENTOS GOVERNAMENTAIS
2.032	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.033	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.034	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	CAMPANHA	POULAÇÃO INFORMADA - UTILIDADE PÚBLICA
2.035	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.036	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.040	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.058	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.077	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.083	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.093	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.149	GESTÃO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E P	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS

Prefeitura Municipal de J. Monlevade 239

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 0402 - ESTRUTURAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA GOVERNANÇA
OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO UMA ESTRUTURA MODERNA, EFICIENTE, QUALIFICADA E DIGNA AO SERVIDOR PÚBLICO E À POPULAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO RESPOSTAS ÁGEIS E EFETIVAS ÀS DEMANDAS E OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE INFORMAÇÕES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.010	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.021	GESTÃO E SUPERVISÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	REGIONAL	CIDADÃO OUVIDO
2.023	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.025	GESTÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	SERVIÇO	MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ORGÃO PÚBLICO E A SOCIEDADE
2.027	GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS - ENTES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.037	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.038	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.039	AÇÕES DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.135	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP GESTÃO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 0403 - GESTÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ
OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROCESSOS DE GERENCIAMENTOS MODERNOS E EFICAZES VOLTADOS PARA O INCREMENTO DA RECEITA MUNICIPAL E CONSEQUENTE MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNÍCIPES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.003	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	PERCENTUAL DE INCREMENTO DA RECEITA	INCREMENTO TRIBUTÁRIO
2.041	GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO	SERVIÇO	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 0601 - POLÍTICAS DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PREPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AFETADAS POR SITUAÇÃO DE DESASTRE E EMERGENCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.078	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	OCORRÊNCIA	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Prefeitura Municipal de J. Monlevade 233

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMA ,PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DA CAPACITAÇÃO, APOIO TÉCNICO E GESTÃO DO SUAS. APOIAR O CONTROLE SOCIAL E A GESTÃO DESCENTRALIZADA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.062	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.063	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇO	DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ZELADOS
2.064	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.073	GESTÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	SERVIÇO	UM FUTURO MELHOR
2.074	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.075	GESTÃO E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÃO	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0802 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DAS FAMÍLIAS, PREVENIR A RUPTURA DE SEUS VÍNCULOS, PROMOVER SEU ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE AÇÕES DE CARÁTER PREVENTIVO, PROTETIVO E PROATIVO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.066	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	ENTIDADES ASSISTIDAS
2.069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PESSOA	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, A DEFESA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO E RISCO SOCIAL E PESSOAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.065	APOIO E PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PESSOA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
2.070	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.071	AÇÕES DE AMPARO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA	PESSOA	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA
2.072	AÇÕES DE PROTEÇÃO A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS
2.139	AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA RESIDÊNCIA INCLUSIVA	PESSOA	MORADIA DIGNA AO DEFICIENTE

Câmara Municipal de J. Monlevade
234

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 1201 - APOIO ADMINISTRATIVO À EDUCAÇÃO
OBJETIVO: ATENDER À REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCELÊNCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.042	GARANTIA DOS AUXÍLIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.043	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	SECRETARIA MANTIDA

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 1202 - POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA
OBJETIVO: GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE POR MEIO DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL, DO CUIDADO COM OS ESPAÇOS FÍSICOS PARA QUE TAMBÉM SEJAM OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE CONEXÃO COM O MUNDO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE TODOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES- ENS. FUNDAMENTAL	PRÉDIO	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
1.005	INFORMATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA- EDUCAÇÃO CONECTADA	ALUNO	ALUNOS CONECTADOS
1.007	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE CEMEI'S	PRÉDIO	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS, CONSERVADOS E MOBILIADOS
2.044	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
2.045	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	ALUNOS ALIMENTADOS
2.046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.048	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/PÓS MÉDIO	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.050	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.051	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	ENSINO SUPERIOR APOIADO
2.052	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.053	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.054	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.056	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
2.057	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO

Câmara Municipal de J. Monlevade 234

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1501 - MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA EM FOCO

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO UM SISTEMA VIÁRIO ADEQUADO PARA O TRÁFEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VEÍCULOS, PEDESTRES, CICLISTAS,MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, BEM COMO UM SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
2.080	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
2.134	APORTE FINANCEIRO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	UNIDADE	TRANSPORTE PÚBLICO SUBSIDIADO
2.145	SUBSÍDIO PARA MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL	UNIDADE	TRANSPORTE PÚBLICO SUBSIDIADO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EFICIENTES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA, LIMPEZA, SEGURANÇA E OUTROS SERVIÇOS, NECESSÁRIOS À GARANTIA DO BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.017	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.018	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	CIDADE MAIS BONITA E URBANIZADA
1.019	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS EM ÁREAS PÚBLICAS	UNIDADE	MANEJO DE ANIMAIS
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS DIVERSOS	UNIDADE	ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS E LAZER
2.085	MANUTENÇÃO DAS REDES E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.086	AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	MONLEVADE SEGURA
2.087	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CUIDADOS
2.088	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	TORRE	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
2.089	ESTRTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	SERVIÇOS MORTUÁRIOS GARANTIDOS
2.140	MANUTENÇÃO DO CONSMEPI- CONTRATO DE RATEIO	SERVIÇO	AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Programa: 1503 - GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE UMA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DESDE SUA COLETA À DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.090	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS	TONELADA	CIDADE LIMPA
2.091	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	TONELADA	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
2.092	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO

Câmara Municipal de J. Monlevade
8838

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 1601 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
OBJETIVO: GARANTIR HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.014	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMILIA	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1.015	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	CASAS CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS
2.081	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 1801 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
OBJETIVO: DESENVOLVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE VISEM PROTEÇÃO, DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, MELHORIA E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.021	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.094	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	ÁREA SUSTENTÁVEL
2.095	AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	LEGISLAÇÃO APLICADA
2.096	AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	AÇÃO	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
2.142	AÇÕES PARA GARANTIA AOS DIREITOS, PROTEÇÃO, DEFESA E BEM ESTAR ANIMAL	UNIDADE	PROTEÇÃO ANIMAL

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E INOVAÇÃO
OBJETIVO: PROMOVER, LEGITIMAR E REALIZAR A MANUTENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL E DE INOVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA, APOIANDO AÇÕES VOLTADAS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES EMPREEENDEDORAS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.002	INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS E STARTUP'S	MÓDULO	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
1.012	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
2.150	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PROJETOS ESTRATÉGICOS	FAMILIA	FOMENTO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
2.151	AÇÕES DE FOMENTO AO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGRICULTURA.	FAMILIA	FOMENTO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Câmara Municipal de J. Monlevade 239

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 2701 - DESENVOLVENDO O FUTURO: ESPORTE EM AÇÃO
OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO, INCENTIVANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ALÉM DE MELHORIAS E CONSTRUÇÕES DE NOVOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.008	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUÍDA/REVITALIZADA
2.059	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.060	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	ENTIDADES E ATLETAS SUBVENCIONADOS
2.061	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
OBJETIVO: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
Total Programa			
Total Geral			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 15/05/2024 , às 09:30:01 .

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevista no § 2º do art. 165 da Constituição Federal de 1988, compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital, para o exercício financeiro subsequente, bem como a orientação para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim, a LDO procura antecipar a direção dos gastos públicos, definindo os parâmetros que nortearão a elaboração orçamento.

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade
0040

ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

EXERCÍCIO DE 2025

***Quadro 1** - Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção*

Originado de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem às correntes abstraídas da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

***Quadro 2** - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita*

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração, a partir do exercício anterior (abril a dezembro de 2023) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido no mesmo, neste caso os meses de janeiro e março (2024), ou seja, ele aplica nas receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção e análise de contexto referente a cada receita estimada.

Quadro 3 - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Despesa

Estabelece fatores a serem aplicados sobre o valor de determinada despesa segundo o critério utilizado, demonstrado na memória de cálculo das despesas.

Os fatores são fixados a partir de decisão gerencial, ou para atendimento de limites estabelecidos em lei, para adequação do valor total das despesas aos valores projetados para receita.

Quadro 4 - Memória de Cálculo da Receita

O quadro demonstra:

- ✓ a receita efetivamente realizada nos exercício de 2021, 2022 e 2023;
- ✓ a receita projetada para 2024, tendo por base a receita efetivamente realizada no período compreendido entre abril a dezembro de 2023, somada às receitas efetivamente realizada nos meses janeiro a março de 2024, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2025, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita;
- ✓ projeção da receita para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, realizada partir da receita projetada para 2024, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita; e

J. Monlevade · Câmara Municipal de 243

- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Quadro 5 - Memória de Cálculo da Despesa

O quadro demonstra:

- ✓ A despesa efetivamente realizada nos exercícios de 2021, 2022 e 2023;
- ✓ A despesa projetada para 2025 tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre abril a dezembro de 2023, somadas as despesas realizada nos meses janeiro a março de 2024, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2025, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Projeção da despesa para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, realizada a partir da despesa projetada para 2024, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Quadro 6 - Meta Fiscal – Resultado Nominal

(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023, menos amortização do exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2025: Dívida Consolidada de 2024, menos amortização do Exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2026: Dívida Consolidada de 2025 menos amortização do Exercício de 2026, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e
- ✓ Para 2027: Dívida Consolidada de 2026, menos amortização do exercício de 2027, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

Quadro 7 - Anexo de Metas Anuais

AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para

Câmara Mun. de J. Monlevade
245

os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Quadro 8 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício

AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados.

Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

Quadro 9 - Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios

AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

Quadro 10 - Evolução do Patrimônio Líquido

AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos e Autarquias nos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

***Quadro 11** - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos*

AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

***Quadro 12** - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*

ARF (LC 101, art 4º, § 3º)

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

***Quadro 13** - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

Quadro 14 - Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

Quadro 15 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.